

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



**OS DIREITOS DAS MULHERES NO TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS
HUMANOS: UMA ANÁLISE DOS CASOS ADMITIDOS DE VIOLAÇÕES AOS
DIREITOS COM BASE NO GÊNERO.**

MARIANA MEDEIROS DANTAS

**MESTRADO CIENTÍFICO EM DIREITO – CIÊNCIAS JURÍDICO-
INTERNACIONAIS**

Lisboa
2017

MARIANA MEDEIROS DANTAS

**OS DIREITOS DAS MULHERES NO TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS
HUMANOS: UMA ANÁLISE DOS CASOS ADMITIDOS DE VIOLAÇÕES AOS
DIREITOS COM BASE NO GÊNERO.**

Dissertação apresentada como pré-requisito
para conclusão do Mestrado Científico em
Direito – Ciências Jurídico-Internacionais da
Universidade de Lisboa.

**Orientadora: Profa. Dra. Maria José
Rangel de Mesquita.**

Lisboa

2017

*À memória de meus pais, Cristina e
Ribeiro, com saudades e gratidão. E ao meu
irmão, José, amigo da vida toda.*

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria José Rangel de Mesquita, pela sua orientação, disponibilidade e apoio. Pelo saber que transmitiu desde as aulas no primeiro ano do Mestrado, todas as opiniões, críticas e colaboração no solucionar das dúvidas que surgiram ao longo da realização deste trabalho.

A Universidade Federal de Pernambuco que investiu para que eu pudesse viver essa experiência fora da minha Nação e trazer de volta todo o conhecimento adquirido.

Aos Professores Doutores Jorge Miranda, Jaime Valle e Eduardo Correia Baptista, pelo privilégio de ter adquirido tantos conhecimentos nas suas aulas.

Às minhas amigas e colegas, Karyn Seki, Renata Menezes e Ruth Santos que foram minha família em Lisboa e que continuarão sendo em qualquer lugar do mundo, pelo apoio, incentivo, exemplo de vida e de coragem, entre outros que não menciono, mas sabem que também fazem parte dessa caminhada.

À Lisboa e Odivelas, por terem me acolhido como se lá tivesse nascido, por todas as experiências maravilhosas que fizeram do tempo que lá estive os melhores anos da minha vida.

Por último, dirijo um agradecimento especial à minha família, que sempre me apoiou e incentivou a buscar novos desafios, pelo suporte incondicional. A eles dedico este trabalho!

SUMÁRIO

Resumo	V
Abstract	VI
Abreviaturas	7
Introdução	8
1 MULHERES E DIREITOS HUMANOS: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO	12
1.1 A construção dos Direitos Humanos das Mulheres	12
1.2 O desenvolvimento da proteção especial para promoção da igualdade.....	18
1.3 As diferenças conceituais entre sexo e gênero.....	28
1.4 A proteção contra a violência de gênero no sistema europeu de direitos humanos.....	32
2 A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO: UMA LUTA NECESSÁRIA PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	43
2.1 Igualdade de gênero: situação atual e perspectivas futuras	43
2.2 A relação entre Feminismo e Direitos Humanos	46
2.3 Direitos Sexuais e Reprodutivos.....	54
2.4 Violência de gênero: muito além da agressão física.....	59
2.4.1 <i>Violência doméstica</i>	64
3 A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS PARA GARANTIR OS DIREITOS DAS MULHERES.....	71
3.1 Casos julgados pelo TEDH: análise da violação de gênero	71
3.1.1 <i>Da discriminação de gênero</i>	74
3.1.2 <i>Dos Direitos reprodutivos</i>	83
3.1.3 <i>Da violência contra a mulher</i>	91
3.1.4 <i>Da violência doméstica</i>	94
3.2 A aplicação dos direitos humanos às mulheres no caso de violação com base no gênero	98
4 Conclusão.....	100
5 Bibliografia	104

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a proteção aos Direitos Humanos das Mulheres no âmbito regional Europeu, por meio da análise dos instrumentos internacionais de proteção e a densificação da questão de gênero na jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. A motivação pelo tema surgiu pela relevância da matéria, que afeta todas as mulheres e crianças do sexo feminino do planeta e que, mesmo formalmente protegidas pelos instrumentos internos e internacionais de salvaguarda aos Direitos Humanos, tem, na prática, ainda vivido inúmeras situações de violações de direitos e vulnerabilidade. A atuação dos Tribunais internacionais tem contribuído para a efetivação dos direitos das mulheres e adoção de medidas internas que corroborem para esse objetivo. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos tem aplicado as normas específicas de proteção da mulher nas apreciações acerca das violações à Convenção Europeia, contribuindo para a eliminação da violência contra a mulher e violência doméstica, para as discriminações de gênero e para o respeito pelos direitos reprodutivos. A metodologia aplicada a este trabalho está fundamentada numa revisão de literatura, análise de artigos, periódicos, jurisprudência, e em Instrumentos jurídicos internacionais sobre o tema. Os dados coletados serviram de alicerce ao desenvolvimento da pesquisa que está disposta em três capítulos. O primeiro trata sobre a construção histórica e jurídica dos Direitos Humanos as Mulheres como proteção especial, traz esclarecimentos sobre a questão de sexo/gênero no direito internacional humanitário e inicia a abordagem do tema em âmbito europeu, principalmente no toante à violência de gênero, que é o tipo mais recorrente de violação aos direitos das mulheres. O segundo Capítulo especifica as contribuições do feminismo para a efetivação dos direitos humanos das mulheres e evidencia os direitos que possuem o mais elevado nível de violações nos acórdãos do TEDH, nomeadamente, os direitos reprodutivos, a violência contra a mulher e a discriminação de gênero. O terceiro Capítulo versa sobre a atuação do Tribunal Europeu de Direitos Humanos sobre as demandas que envolvem violações aos direitos das mulheres, congregando dados quantitativos e qualitativos sobre a ocorrência dessas demandas. E, finalmente, as conclusões acerca da investigação.

Palavras chave: Direitos Humanos. Gênero. Mulheres. Violência. Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the protection of women's human rights at the European regional level, through the analysis of international protection instruments and the densification of the gender issue in the jurisprudence of the European Court of Human Rights. The motivation for the theme arose because of the relevance of the matter, which affects all the women and girls of the planet and who, even formally protected by the internal and international instruments for the protection of Human Rights, has, in practice, still lived numerous situations of violations of rights and vulnerability. The work of the International Courts has contributed to the realization of women's rights and the adoption of internal measures that corroborate this objective. The European Court of Human Rights has applied specific rules for the protection of women in assessments of violations of the European Convention, contributing to the elimination of violence against women and domestic violence, gender discrimination and respect for reproductive rights. The methodology applied to this work is based on a literature review, article analysis, periodicals, jurisprudence, and international legal instruments on the subject. The data collected served as a foundation for the development of research that is arranged in three chapters. The first deals with the historical and legal construction of the Human Rights of Women as special protection, brings clarification on the issue of sex / gender in international humanitarian law and begins to approach the theme at European level, especially in relation to gender violence, which is the most recurrent type of violation of women's rights. The second chapter specifies the contributions of feminism to the realization of women's human rights and highlights the rights that have the highest level of violations in ECHR judgments, including reproductive rights, violence against women and gender discrimination. The third chapter deals with the work of the European Court of Human Rights on the demands that involve violations of women's rights, gathering quantitative and qualitative data on the occurrence of these demands. And finally, the conclusions about the investigation.

Keywords: Human Rights. Gender. Women. Violence. ECHR.

ABREVIATURAS

Art.(s) - Artigo(s)

CEDAW - *Convention on Elimination of all forms of Discrimination Against Women*

CEDH- Convenção Europeia de Direitos Humanos

CDFUE - Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Cfr. - Confira

FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

IPPF - *International Planned Parenthood Federation*

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

PNI - Plano Nacional para Igualdade de Gênero

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

TEDH - Tribunal Europeu de Direitos Humanos

TFUE - Tratado sobre o funcionamento da União Europeia

TG - Tribunal Geral

TJ - Tribunal de Justiça

TJCE - Tribunal de Justiça do Conselho da Europa

TJUE - Tribunal de Justiça da União Europeia

TUE - Tratado da União Europeia

UE - União Europeia

INTRODUÇÃO

Os direitos humanos das mulheres têm alcançado reconhecimento e efetivação em âmbito interno e internacional gradativamente. A posição secundária que a mulher ocupou em relação ao homem historicamente, submeteu-a a uma série de discriminações e violência, muitas vezes justificadas pelo costume, cultura e religião. A busca pela equidade teve início com a Revolução Francesa, mas as conquistas de direitos são muito mais recentes. O advento da Revolução Industrial, que levou as mulheres ao trabalho fora do ambiente doméstico, junto com o surgimento do movimento feminista iniciou os debates acerca da igualdade de tratamento e de oportunidades para ambos os sexos.

As consequências das Guerras Mundiais levaram a uma preocupação global com os Direitos Humanos, o que também intensificou as discussões acerca dos direitos femininos como grupo especialmente vulnerável e discriminado, levando à globalização dos direitos humanos. O desenvolvimento da proteção especial das mulheres envolve a criação de instrumentos protetivos específicos, e particular atenção dos Estados e da Sociedade Internacional em promover os seus direitos e punir as violações com base no gênero.

Dentre os documentos específicos de direitos das mulheres, destaca-se a Convenção de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas Discriminação contra as Mulheres, a qual convencionou-se, nesta pesquisa, utilizar a abreviação da sigla em inglês *CEDAW*, que abarca direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e familiares, visando a eliminação de toda discriminação baseada no gênero e igualdade de fruição de direitos. Em âmbito europeu destaca-se a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

Devido ao corte metodológico adotado nessa investigação, que busca verificar se os mecanismos de proteção da mulher e de igualdade de gênero no sistema europeu de direitos humanos têm refletido na atuação do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) para garantir os direitos femininos no que se refere à violência de gênero. Para tanto, far-se-á a análise do sistema protetivo do Conselho da Europa ao qual estão vinculados a Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Sem deixar, contudo, de mencionar a importância do Sistema da União Europeia, bem como da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Para o desenvolvimento da pesquisa, levou-se em consideração que os Tribunais Internacionais contribuem especialmente para a efetivação dos direitos garantidos nesses instrumentos, pois interpretam a generalidade das legislações, definindo o conteúdo e alcance das normas de Direito Internacional. Logo, quando o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, que tem grande relevância jurídico-política, emite um acórdão, delimita a tangibilidade dos direitos, sua exigibilidade e aplicação, influenciando não apenas os Estados sob sua jurisdição, mas a Comunidade Internacional por inteiro.

Nesse sentido, esta investigação científica buscou analisar se os mecanismos de proteção da mulher e de igualdade de gênero no sistema europeu de direitos humanos têm refletido na atuação do TEDH para garantir os direitos femininos no que se refere, especialmente à violência de gênero. Também está sob o prisma investigativo, neste trabalho a questão da incidência de demandas que envolveram violações aos direitos humanos das mulheres no Tribunal Europeu de Direitos Humanos entre 2011 e 2015, onde a condição de ser mulher foi determinante para a ocorrência da violação. Quais os tipos de violação mais recorrentes, qual o impacto dessas demandas para a efetivação dos direitos humanos das mulheres e a importância de um estudo focado nos direitos femininos.

O estudo do Sistema do Conselho da Europa, ao qual estão vinculados a Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) foi escolhido por se tratar do modelo mais antigo e desenvolvido em comparação com os demais sistemas regionais. A análise da sua interpretação sobre a aplicação dos instrumentos internacionais para a proteção da mulher no contexto europeu é relevante para definir os limites de efetividade desses direitos no Continente e, contribuir para a densificação das questões de gênero na sua jurisprudência, especialmente quanto a violência contra a mulher que é o objeto central da maioria das demandas analisadas.

Considerando que a violência de gênero é um problema mundial e traduz a discriminação aguda em relação às mulheres e crianças do sexo feminino, trazendo consequências diversas sobre a saúde física e psicológica. Neste trabalho, procurou-se destacar essa violação, fazendo referência aos instrumentos de proteção específicos e analisando alguns dos casos que envolvem estupro, tráfico de seres humanos para prostituição forçada e violência doméstica, examinando também as demandas relativas à discriminação de gênero e direitos reprodutivos das mulheres, sem, contudo, deixar de citar outros casos que envolvem violações aos direitos femininos que tiveram decisões definitivas emitidas pelo TEDH no período em análise.

No escopo deste trabalho, restringir-se-á o olhar à litigância de gênero no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, órgão judicial de Organização Internacional que emite decisões de caráter vinculativo e definitivo para os Estados que ratificaram a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Para a análise quantitativa, foram investigados o número de casos que envolvem violações aos direitos das mulheres por países na União Europeia entre 2011 e 2015, o quantitativo de acórdãos por ano emitidos pelo TEDH na matéria e os tipos de violações identificadas nos trinta e sete casos encontrados. Na análise qualitativa, foram estudados os casos de acordo com uma divisão temática, escolhida devido ao número mais elevado de violações aos direitos das mulheres, nomeadamente, as demandas de violência contra a mulher, direitos reprodutivos e discriminação de gênero. Para tanto, foram analisados os acórdãos disponíveis na página eletrônica oficial do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, quanto aos fatos, argumentos das partes, admissibilidade e os direitos reconhecidos pela Corte no seu posicionamento.

O objetivo desse trabalho é verificar se o Tribunal Europeu de Direitos Humanos tem corroborado com a efetivação dos direitos humanos das mulheres através da aplicação das normas internacionais específicas de proteção, garantindo a melhoria da situação da mulher, a igualdade material e a proteção dos direitos. A análise dos casos visa identificar o posicionamento da Corte, se há novos entendimentos ou interpretações quanto às questões de gênero. Nesse sentido, buscou-se observar os direitos reivindicados e os argumentos utilizados pelos recorrentes e pelo Tribunal.

A metodologia utilizada assenta num estudo de temas de direito internacional humanitário e direito das mulheres, análise de livros, artigos, periódicos e em Instrumentos jurídicos internacionais sobre o tema. A análise jurisprudencial foi feita através da coleta de dados no site oficial do TEDH, que disponibiliza os acórdãos integralmente. Buscou-se as demandas que envolviam alegadas violações aos direitos das mulheres, ressaltando as de violência e discriminação contra a mulher e as de direitos reprodutivos. Os casos analisados com mais profundidade foram escolhidos com base na sua relevância e repercussão dentro do contexto europeu, além dos casos que envolviam multiplicidade de violações ou discriminações. Logo, foram escolhidos casos de estupro e tráfico humano, discriminação de gênero para colocação em posto de trabalho, violência doméstica e direitos reprodutivos, em especial de minorias discriminadas.

Quanto a estrutura formal do trabalho para desenvolvimento do tema, o Capítulo 1 explica a evolução histórica e jurídica dos direitos humanos das mulheres, sua positivação no direito internacional e consequências em âmbito interno, as medidas de promoção da proteção especial, que incluem discriminações positivas. Justifica-se um tópico dedicado à historicidade dos direitos das mulheres devido à análise temporal da conquista de direitos, que é diferente, se comparada aos direitos dos homens. O reconhecimento dos direitos específicos das mulheres é posterior à consagração dos direitos humanos em geral e continua em construção. Na continuidade da pesquisa, buscou-se clarificar os conceitos de sexo e gênero e sua utilização no direito internacional. Neste capítulo também são tecidas as considerações acerca da proteção aos direitos das mulheres no sistema europeu de direitos humanos, especialmente quanto à violência de gênero.

No segundo Capítulo, observa-se a evolução das teorias feministas e sua relação com os direitos humanos das mulheres, ressaltando as conquistas já alcançadas nesse âmbito, passando então a analisar as violações de direitos das mulheres mais recorrentes, e que, por isso, merecem destaque na pesquisa. Como e em quais instrumentos de direitos estão assegurados e a importância do seu reconhecimento e efetivação para o direito internacional humanitário.

No Capítulo 3 está disposta a análise jurisprudencial dos casos que envolveram violações aos direitos das mulheres entre 2011 e 2015 no Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Evidenciando os fatos, os argumentos das partes, os direitos violados, a legislação relevante para o julgamento e o posicionamento do Tribunal. Se tem aplicado a legislação internacional específica, se tem criado novos entendimento em casos semelhantes e se tem, de fato, melhorado a situação das mulheres.

Por fim, serão apresentadas as conclusões acerca do presente estudo, tentando responder aos questionamentos levantados.

1 MULHERES E DIREITOS HUMANOS: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Inicia-se esta investigação, expondo a evolução histórica e jurídica dos direitos das mulheres, que, em comparação aos direitos humanos em geral tem uma linha cronológica posterior. Dando continuidade à pesquisa, serão elucidados os conceitos de sexo e gênero e sua utilização no direito internacional. Na sequência, será abordada a proteção aos direitos das mulheres no Sistema do Conselho da Europa, ao qual estão vinculados a Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), especialmente quanto à violência de gênero.

1.1 A construção dos Direitos Humanos das Mulheres

Os Direitos Humanos,¹ positivados são produto de uma longa composição histórica e social, que, no direito Internacional teve como marco a criação da Organização das Nações Unidas em 1945. Até este momento, os tratados internacionais existentes, além de dispersos na ordem jurídica internacional, diziam respeito à proteção de determinadas minorias no âmbito da sucessão de Estados².

Os preceitos de criação da ONU giram em torno da proteção dos direitos do homem, buscando a paz no trato entre os Estados³ e a igualdade entre os povos, bem como seu direito à autodeterminação, o que impulsionou a descolonização⁴ e emancipação gradativa dos Estados em África. A Carta das Nações Unidas,⁵ ⁶prima pela promoção e respeito às liberdades fundamentais, sem quaisquer distinções, além de incentivar a cooperação internacional.

¹Niño se refere aos Direitos Humanos como sendo “o antídoto criado pela Humanidade para neutralizar as fontes de desgraças”. NIÑO, Carlos Santiago. *Ética y Derechos Humanos: Um Ensayo de Fundamentación*. 2 ed. Buenos Aires: Astrea, 1989, p.2.

² REZEK, Francisco. *Comentário ao Preâmbulo*. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; Colaboração: Daniela Rodrigues Vieira ... [et al.] *Comentário à Carta das Nações Unidas*. Belo Horizonte: CEDIN, 2008, p. 28.

³ Nesse sentido cfr. BRITO, Wladimir. *Direito Internacional Público*. 2ª Ed. Coimbra Editora. 2014, p. 59.

⁴ Acerca do movimento descolonizador e consequente reestruturação da sociedade internacional cfr. BRITO, Wladimir. *Direito Internacional Público*. 2ª Ed. Coimbra Editora. 2014, p. 61.

⁵ Sobre a Carta das Nações Unidas de 1945, vide: PIOVESAN, Flávia. *Proteção Internacional da Pessoa Humana*. In: GUERRA, Sidney (coord.). *Tratado de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2008, p. 404.

⁶ “A Carta das Nações Unidas consolida, assim, o movimento de internacionalização dos direitos humanos, a partir do consenso de Estados que elevam a promoção desses direitos a propósito e finalidade das Nações Unidas. Definitivamente, a relação de um Estado com seus nacionais passa a ser uma problemática internacional”. PIOVESAN, Flávia. *Proteção Internacional da Pessoa Humana*. In: GUERRA, Sidney (coord.). *Tratado de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2008, p. 407.

Acerca da historicidade⁷ da qual dimana a Construção dos Direitos Humanos, Bobbio ensina que “os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer”. Para o autor, mesmo os direitos mais fundamentais são históricos, ou seja, decorrem de certos acontecimentos⁸.

Nesse sentido, o fortalecimento do debate, proteção e positivação dos Direitos Humanos manifesta-se em consequência da Segunda Guerra Mundial, período de massivas violações⁹ aos direitos e que, juntamente com a globalização, iniciou o processo de internacionalização e universalização¹⁰ desses direitos¹¹. O que se denomina como “fenómeno da globalização dos direitos do homem”¹².

Neste momento pós-Guerra “desenha-se o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea. Se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra deveria significar a sua reconstrução”. Ressalta-se ainda a importância da matéria, que não pode ser limitada ao âmbito Estatal, mas, é interesse e responsabilidade internacional. O que fomentou a internacionalização dos direitos humanos através dos Tratados e Declarações, delimitando a soberania estatal¹³.

Mesmo com o término da Segunda Guerra, a ameaça à paz da qual primava a Carta das Nações Unidas pelas disputas de poder vindas da Guerra Fria, rondava a sociedade internacional. Essa questão “bloqueou a estrutura de manutenção da paz na Carta”(…) se a manutenção da paz, até o fim da Guerra Fria, passou à Margem das Nações Unidas, estas tiveram um decisivo papel em outros domínios, sobretudo por intermédio das organizações

⁷ "Historizar significa ubicar cada una de esas concreciones socioculturales en el interior de una red de prácticas interconectadas e interactuantes que funcionan en un específico punto en el tiempo y el espacio, para mostrar cómo sus efectos no pueden ser entendidos más que dentro del complejo campo de poder (es) que articulan las conexiones entre diferentes prácticas". COLAIZZI, Giulia. *Feminismo y Teoría del Discurso: Razones para un debate*. In: COLAIZZI, Giulia. *Feminismo y Teoría del discurso*. Madrid: Catedra Teorema, 1990, p. 14

⁸ BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 7ª Impressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.9.

⁹ Nesse sentido, Tardu ensina que “after the atrocities of the Second World War, human rights aspirations initially focused on the United Nations. The recognition of human rights in the United Nations Charter seemed to justify hopes for the creation of effective implementation mechanisms at universal level. These hopes met with early frustration as the Cold War immobilized human rights at the United Nations for a long time”. TARDU, Maxime. *The European Systems for the Protection of Human Rights*. In: SYMONIDES, Janusz. (Ed.) England: Unesco publishing, 2003, p. 135.

¹⁰ BOROWSKI, Martin. *La estructura de los derechos fundamentales*. Trad. Carlos Bernal Pulido. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003, p.31.

¹¹ Cfr. LOPES, Ana Maria D'Ávila. *La Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948 y la Constitución Federal Brasileña de 1988: exposición comparativa*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. Et al. (Org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premius, 2014, p. 27.

¹² HOMEM, António Pedro Barbas. *Sobre os Direitos do Homem*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. Et al. (Org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premius, 2014, p. 96.

¹³ PIOVESAN, Flávia. *Proteção Internacional da Pessoa Humana*. In: GUERRA, Sidney (coord.). *Tratado de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2008, p. 400.

especializadas, como no auxílio ao desenvolvimento, e, sobretudo, na descolonização”¹⁴. Nesse momento pós-guerra, como já referimos, começou a ser delineado o aparato normativo internacional de proteção aos direitos humanos, tanto em âmbito interno como internacional, prezando pela universalidade e indivisibilidade desses direitos.

Esta indissociabilidade traduz-se na complementação entre os direitos civis e políticos e direitos sociais, econômicos e culturais para a consolidação dos direitos da pessoa humana e liberdades fundamentais. A fortalecer essa premissa, a Declaração das Nações Unidas de 1948 equipara a importância entre essas gerações de direitos, sua inseparabilidade e interdependência, abalizando a “concepção contemporânea de direitos humanos”¹⁵.

A Declaração Universal de 1948¹⁶, funda-se nos princípios da igualdade¹⁷, da universalidade e da indivisibilidade de todos os direitos humanos. Mesmo sem força vinculativa, a sua relevância política e histórica trouxe amplo reconhecimento ao documento, “a ponto de o Tribunal Internacional de Justiça afirmar que seus princípios valem como norma imperativa do Direito Internacional Comum”¹⁸, conferindo “valor de direito costumeiro”, obrigando moralmente a comunidade internacional a atentar às suas disposições.^{19 20}

Os princípios da Carta das Nações Unidas inspiraram a elaboração de outros documentos de direito internacional, tanto no domínio universal como regional, e de direito interno²¹. Dos quais pode-se salientar, os Pactos Internacionais sobre os Direitos civis e políticos, e econômicos, sociais e culturais, ambos de 1966. O primeiro, já no preâmbulo, corrobora o princípio da igualdade e inalienabilidade de direitos que a Carta enuncia, como decorrentes da dignidade humana.

¹⁴ BAPTISTA, Eduardo Correia. *Direito Internacional Público: Conceito e Fontes*. Lex: Lisboa, 1998. p.46.

¹⁵ PIOVESAN, Flávia. *Proteção Internacional da Pessoa Humana*. In: GUERRA, Sidney (coord.). *Tratado de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2008, p. 413.

¹⁶ ONUBR. *Declaração Universal dos direitos do homem da ONU*, 1948. Disponível em < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 23/07/15.

¹⁷ Canotilho aponta o princípio da igualdade como estruturante do regime dos direitos fundamentais, refletindo que a igualdade formal ou jurídica (igualdade na aplicação do direito) é intrínseca à liberdade individual. CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª Edição. Coimbra: Almedina, 2003, p. 426.

¹⁸ BRITO, Wladimir. *Direito Internacional Público*. 2ª Ed. Coimbra Editora. 2014, p. 378.

¹⁹ Consoante às disposições da Carta das Nações Unidas, “embora juridicamente obrigatórias em razão do seu caráter de convenções, estas disposições não enunciam mais do que princípios gerais que é preciso traduzir em termos concretos diretamente aplicáveis (...) no que diz respeito ao seu valor jurídico, a Declaração Universal não é, apesar da sua importância histórica e política excepcional, diferente das outras resoluções declarativas de princípios adoptados pela Assembleia Geral”. DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. (Trad. Vítor Marques Coelho) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p. 600-601.

²⁰ “(...) todas as normas humanitárias que tiverem carácter costumeiro, visto imporem obrigações *erga omnes*, salvo expressa prática em contrário, devem ser consideradas como *iuris cogens*”. BAPTISTA, Eduardo Correia. *Ius Cogens em Direito Internacional*. Lisboa: Lex, 1997, p. 434.

²¹ HOMEM, António Pedro Barbas. *Sobre os Direitos do Homem*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. Et al. (Org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premium, 2014, p. 96-97.

Da mesma forma o artigo 2º afirma o compromisso dos Estados Partes em garantir os direitos reconhecidos no Pacto sem nenhuma distinção. O artigo 3º enfatiza esta igualdade de tratamento quando afirma que "os Estados partes no presente Pacto comprometem-se a assegurar o direito igual dos homens e das mulheres a usufruir de todos os direitos civis e políticos enunciados no presente Pacto"²².

O Pacto referente aos direitos econômicos, sociais e culturais evidencia no artigo 2º, 2, a não discriminação, no artigo 3º, a igualdade entre homens e mulheres no gozo dos direitos; no artigo 7º trata da equidade de gênero nas relações laborais. No mesmo sentido, a Conferência Mundial ocorrida em Teerã, em 1968, reafirma o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais sem quaisquer distinções, ratificando a indivisibilidade e interdependência dos mesmos²³.

A enunciação dos Direitos Humanos, contudo, não foi suficiente para garantir a aplicação dos princípios e normas que conferiam igualdade²⁴ de tratamento entre homens e mulheres. A luta contra a discriminação e por equidade de gênero evoluiu aos poucos e continua em seguimento. Barreiras culturais, sociais e religiosas persistem, muitas vezes, dificultando a igualdade material, servindo como desculpas no tratamento diferenciado, atrasando o progresso econômico²⁵, social e cultural das mulheres sujeitas a essas contingências e vitimadas pelo comportamento machista que persiste em muitos Estados.

²² No mesmo sentido vide art. 25, c, sobre a igualdade de aceder às funções públicas; art. 26, que trata da igualdade perante a lei. Nações Unidas. *Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1966*. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>>. Acesso em 10/03/2017.

²³ "Como os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis, a realização dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais resulta impossível a realização de um progresso duradouro na aplicação dos direitos humanos depende de boas e eficientes políticas internacionais de desenvolvimento econômico e social". *Proclamação de Teerã*. Proclamada pela Conferência de Direitos Humanos em Teerã a 13 de Maio de 1968. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/teera.htm>>, Acesso em 13 mar 2017.

²⁴ "Em geral, os conceitos gêmeos de <<direito no papel>> e <<direito na realidade>> são essenciais para a investigação no campo do Direito das Mulheres. Actualmente a discriminação subsistente na lei é pequena. A razão porque ainda assim ocorrem consequências absurdas, resultando em diferenciação entre os dois sexos, apesar da igualdade jurídica, é um dos temas mais importantes do Direito das Mulheres". DAHL, Tove Stang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993, p.58.

²⁵ Pesquisa da BMC Public Health, realizada em 138 países, e publicada em 2015, aponta que as taxas de mortalidade infantil estão relacionadas às desigualdades de tratamento dispensados aos gêneros. Os pesquisadores afirmam que, "a desigualdade de gênero está conectada com muitos males sociais e os torna hereditários através das gerações". Normalmente, as altas taxas de mortalidade infantil estão associadas a países terceiros em decorrência de fatores de ordem social e cultural, a exemplo da preferência por filhos do sexo masculino, que, destaca-se em muitas sociedades. As "meninas indesejadas (...), têm significativamente menos probabilidades de sobreviver e crescem, muitas vezes em circunstâncias psicossociais adversas". Conforme apontam os pesquisadores, países, onde as mulheres apresentam melhor escolaridade e participação no trabalho, tem melhores resultados econômicos e alcançaram maiores reduções em suas taxas de mortalidade infantil. BRINDA, Ethel Mary; RAJKUMAR, Anto P.; ENEMARK, Ulrika. *Association between gender inequality index and child*

Sobre os direitos das mulheres, as lutas por igualdade²⁶ de gênero, tiveram início com a Revolução Francesa²⁷ de 1789. Em 1791, Olympe de Gouges²⁸, feminista, escritora e revolucionária, elaborou em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em parceria com suas colaboradoras, apresentando como diretriz a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres na vida pública e privada, o que, junto com outros escritos revolucionários a levou à execução pela guilhotina sob a acusação de ser contra revolucionária e uma mulher "desnaturada"²⁹.

No século XX, o tema ganhou relevância em âmbito público e internacional a partir da criação da Liga das Nações, em 1919³⁰, instalada pelo Tratado de Versalhes, quando o Pacto da Sociedade das Nações estabeleceu no seu texto a condição de trabalho equitativa entre homens e mulheres, o papel da organização internacional em fiscalizar o tráfico de mulheres e crianças e quando dispõe sobre a igualdade de acessibilidade a funções e serviços da Sociedade³¹.

A Primeira Guerra Mundial representou uma porta de saída das mulheres do trabalho no ambiente doméstico para exercer as suas atividades também fora de casa, em fábricas, ou mesmo nas enfermarias, assumindo a liderança e sustento do lar, que à época eram de responsabilidade quase exclusiva da figura masculina³². Já durante a Segunda Guerra, a atuação

mortality rates: a cross-national study of 138 countries. (Research article), 2015. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/1471-2458/15/97>>. Acesso em: 08 out. 2015.

²⁶ Viegas ensina que dentre todos os princípios constitucionais o mais importante é o da igualdade e acrescenta que “sinônimo da própria justiça, tem sido a aspiração milenária dos subjugados, e sob a sua bandeira se libertam progressivamente os escravizados, os explorados, os oprimidos. Em cada época e em cada sociedade, o princípio da igualdade é o princípio da não discriminação”. VIEGAS, Lia. *A Constituição e a Condição da Mulher*. Lisboa: Diabril, 1977, p.45.

²⁷ Sobre o legado da Revolução Francesa para os Direitos Humanos cfr. BRANDÃO, Claudio; HOMEM, A.P.B. *Do direito natural aos direitos humanos*. Almedina: Coimbra, 2015, p. 51-71.

²⁸ Acerca da *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, Pinho explica que “se proclamava que a mulher possuía, tanto como o homem, direitos naturais e que deveria participar na formação das leis, direta ou indiretamente, pela eleição de representantes (...) Assentada na igualdade natural entre a mulher e o homem, preceituava a declaração sobre a liberdade, a propriedade, a segurança, a resistência à opressão, o acesso ao poder e até sobre a justiça tributária”. PINHO, Leda de Oliveira. *Princípio da Igualdade: investigação na perspectiva de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005, p.28-29.

²⁹ Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791. Biblioteca virtual de Direitos Humanos. USP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>>, Acesso em 13 mar 2017.

³⁰ RANGEL, Leandro de Alencar. *Comentário ao Art. 8º*. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; Colaboração: Daniela Rodrigues Vieira ... [et al.] *Comentário à Carta das Nações Unidas*. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.p. 210.

³¹ Biblioteca Virtual de Direitos Humanos - USP. *Pacto da Sociedade das Nações - 1919*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>>. Acesso em 14/03/17.

³² PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. *Noções fundamentais de Direito Internacional Humanitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 386.

da mulher foi mais expressiva, inclusive atuando como membro dos serviços e unidades militares³³.

Durante os conflitos armados, as mulheres também são, junto com as crianças, vítimas da violência e subjugação que os confrontos, entre tantas outras consequências trazem consigo. No decorrer da Segunda Guerra, vários crimes de tortura e de ordem sexual foram cometidos contra elas. A exemplo das chamadas “*Comfort Women*”³⁴, escravas sexuais das tropas japonesas. Não raros são os casos de violações ocorridas nesses períodos, quer cometidas pelas tropas ou por pessoas que se aproveitam da condição especialmente vulnerável das mulheres nos locais atingidos ou mesmo nos campos de refugiados.

Nesse sentido, é premente que se dispense especial atenção à essa classe humana. A proteção aos grupos vulneráveis como as mulheres, em âmbito internacional, além de chamar a atenção dos Estados para os problemas de violações de direitos com base no gênero, assegura a melhora na condição feminina tanto na esfera pública quanto privada. A importância dos Tratados específicos de direitos das mulheres, vincula então, os pactuantes a cumprir as suas disposições, seja na promoção e proteção à mulher, ou na punição dos incumpridores.

Muitos são os instrumentos³⁵ de proteção aos direitos humanos, de uma forma geral, e que de alguma maneira inclui o direito das mulheres na esfera internacional. No entanto, para fins do presente trabalho, e em virtude do corte metodológico que se pretende abordar, destacar-se-á a Convenção Para Eliminação Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, também referida como CEDAW, da sigla em inglês, *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*, de 1979, a qual se analisará adiante.

³³Na União Soviética, as mulheres constituíram um total de 8% das forças armadas durante a Segunda Guerra. CHARLOTTE, Lindsay. *Women and War, an Overview*. Article, International Review of the Red Cross, n° 839, 2000. Disponível em: <<https://www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/57jqj3.htm>>. Acesso em 08/10/15.

³⁴ PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. *Noções fundamentais de Direito Internacional Humanitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 387.

³⁵ Cfr. Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (1948); Convenções da OIT n. 100, 103, 111, 156, 171; Convenção Americana de Direitos Humanos, São José (1969); I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México, 1975); Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979); II Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhague, 1980); III Conferência Mundial Sobre a Mulher (Nairóbi, 1985); Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 92); II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993); III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 94); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994); IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 95).; II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos- Habitat II'96 (Istambul, 96); Declaração do Milênio (2000); III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas Conexas de Intolerância (Durban, 2001); Convenção e Recomendação da OIT sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Genebra, 2011).

1.2 O desenvolvimento da proteção especial para promoção da igualdade

Até a elaboração da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, houve um longo processo histórico e jurídico, que é importante ressaltar pois nem sempre as mulheres estiveram protegidas. E, muito embora, exista a convenção, a efetividade dos seus direitos ainda deixa a desejar. O que torna a necessidade de dispensar especial proteção a essa categoria humana ainda mais evidente.

Historicamente o tratamento conferido à mulher afastava-a da posição de sujeito de direito, o que a enquadrava como uma espécie de bem ou propriedade pertencente à figura masculina, patriarcal ou marital.^{36 37}

É no âmbito familiar que as relações de desigualdade entre homens e mulheres começam a ser tecidas. Mesmo as brincadeiras infantis que direcionam o comportamento das crianças, refletem traços da sociedade predominantemente patriarcal e machista, quando há incentivos distintos aos meninos e meninas, estas, geralmente condicionadas a brincadeiras com bonecas e de cunho doméstico e aqueles, a jogar bola, brincar com carros e heróis, que estimulam mais o uso da força e a dominação masculina³⁸.

Nesse sentido, Bourdieu³⁹ ensina que "é, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quando à igreja, marcada pelo antifeminismo

³⁶A esse respeito Naffine ensina que *"If a human being is not a person in law, she can be treated as a species of property: she can be bought and sold. It is because animals are not legal persons that they can be destroyed by their owners, almost with legal impunity. The offences against the person are not designed to afford legal protection or dignity to the family pet. Closely allied with the legal concept of the person is the moral standing, which is why animal liberationists have aguerd for the legal personhood of the non-human primates – it is thought that with legal standing comes moral standing"*. NAFFINE, Ngaire. *Can Women be Legal Persons?*In: JAMES, Susan; PALMER, Stephanie. *Visible Women - Essays on Feminism Legal Theory and Political Philosophy*. Portland: Hart Publishing, 2002, p. 69.

³⁷ Acerca do tratamento de inferioridade dispensado às mulheres ao longo da história, Oliveira ensina que "(...) a condição da mulher sempre foi de inferioridade em relação ao homem. A História mostra-a, desde a mais remota antiguidade, como um ser submetido, subordinado ao homem e dele dependente. Na China e na Índia, na Mesopotâmia e no Egito, na Grécia e em Roma, leis e costumes mantiveram-na dependente e submetida ao pai, ao marido, ao irmão e até mesmo ao filho, visto que era o homem, ao varão, que se deferia a direção da sociedade, tanto no que respeita à família quanto no concernente à religião, à política e às armas. Vêmo-la, no curso dos séculos, muitas vezes, transformada em objeto de comércio e em força de trabalho do homem, frequentemente reduzida à condição de sua escrava para a satisfação dos impulsos libidinosos do macho". OLIVEIRA, Almir de. *A Mulher no Direito Internacional*. In: Revista de Informação Legislativa. Ano 27, número 106. ISSN 0034-835X. Brasília: Senado Federal, 1990, p. 231.

³⁸ ZEMUNER, Adiloar Franco. *Cidadania da Mulher – Um Direito em Construção*. In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira; RIBEIRO, Maria de Fátima. (Coord.) *Direito Internacional dos Direitos Humanos. Estudos em homenagem à Professora Flávia Piovesan*. Curitiba: Juruá, 2004, p. 15.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. *Masculine Domination*. Translated by Richard Nice. Stanford: Stanford University Press, 1998, p.85.

profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres".

A opressão à mulher, traduzida na subjugação de natureza econômica, familiar, religiosa, entre tantas outras, varia conforme a sociedade em que está posta. O modelo de família monogâmica e patriarcal perdurou na sociedade romana, “o *Pater família* governava e era dono de todos os bens, possuindo direito de vida e morte sobre seus filhos, mulher e escravos”⁴⁰. Na Grécia antiga a divisão social era semelhante, subjugando a mulher a condição de mero objeto⁴¹, o que implicava, na inferioridade tanto em esfera familiar, quanto pública, traduzida na subordinação moral derivada da dependência jurídica.

A sujeição feminina era tão evidente na sociedade romana que até mesmo o direito ao nome lhes era negado, diferentemente dos homens, pois a elas era atribuído o nome do pai, enquanto os homens recebiam um nome ao nascer⁴².

Importa observar que mesmo nos dias atuais a questão do nome continua a ser objeto de discriminação de gênero, como no caso *Tanbay Tuten c. Turquia*⁴³, onde o Tribunal Europeu de Direitos Humanos evidenciou a discriminação de gênero, quando da proibição da utilização do nome de solteira por uma professora universitária, que ao casar, tomou o sobrenome de seu marido conforme exigido por Lei, mas teve negado o direito pelos Tribunais nacionais de usar o nome de solteira do qual tinha reconhecimento na sua profissão.

Até pouco tempo a mulher estava predominantemente exercendo atividades de cunho doméstico, limitadas à criação dos filhos e afazeres do lar. Muitas vezes lhes sendo negadas as possibilidades de aceder ao conhecimento científico, acadêmico e filosófico. O que gerou uma herança de desigualdade jurídica e social, que aos poucos vem sendo reduzida, ainda enfrentando resistências apoiadas em tradições e sujeições sociais, culturais e religiosas⁴⁴.

⁴⁰ COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. *O Gênero no Direito Internacional: discriminação, violência e proteção*. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2014, p.64 e 65.

⁴¹ SANTOS, Márcio S. *A condição feminina na Grécia antiga*. 2009. Disponível em: <<https://cpantiguidade.wordpress.com/2009/10/19/a-condicao-feminina-na-grecia-antiga/>>. Acesso em 21/05/17.

⁴² COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. *O Gênero no Direito Internacional: discriminação, violência e proteção*. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2014, p. 66.

⁴³ *Tanbay Tuten c. Turquia*, Caso n. 38249/09, decisão em 10/03/2014. Disponível em: <<http://swarb.co.uk/tanbay-tuten-v-turkey-echr-10-dec-2013/>>. Acesso em 11/05/17.

⁴⁴ OLIVEIRA, Almir de. *A Mulher no Direito Internacional*. In: Revista de Informação Legislativa. Ano 27, n. 106. ISSN 0034-835X. Brasília: Senado Federal, 1990, p.232.

As conquistas são muito recentes no que concerne aos direitos políticos, nomeadamente ao exercício do voto e cargos eletivos da vida pública, as lutas por igualdade de gozo de direitos começou em 1830, com o movimento sufragista⁴⁵, nos Estados Unidos. Mas foi só após a I Guerra Mundial, que as mulheres começaram a obter direitos políticos. A Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos políticos da Mulher foi aprovada em 1948, levando o tema à esfera jurídico-internacional. Em 1953 na cidade de Nova York foi aprovada a Convenção sobre os direitos políticos da Mulher⁴⁶.

Ambos os documentos, estabeleceram normas que equiparam homens e mulheres no gozo e exercício de direitos políticos, com base no princípio da igualdade de Direitos Humanos contido na Carta das Nações Unidas. Normas estas que foram ratificadas através do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966. Sobre a importância do Pacto para a judicialização desses direitos, destaca-se a criação da Comissão de Direitos Humanos, que possibilitou a criação de um Tribunal Internacional que viabilizou sua defesa no plano supra estatal⁴⁷.

Face aos direitos culturais, também foi no século XX que as mulheres iniciaram a conquista dos espaços culturais e intelectuais, passaram a ocupar espaço nas escolas e universidades. Nesse sentido, em âmbito internacional, a Convenção relativa à luta contra a Discriminação no campo do Ensino de 1960, veio corroborar a importância da igualdade de tratamento e de oportunidades em matéria de ensino.

A relevância do reconhecimento de direitos humanos das mulheres, como grupo especial de proteção se deve as violações de direitos específicos com base no gênero, a exemplo da gravidez e esterilização forçadas, estupro, mutilação genital, testes de virgindade, violência doméstica física e moral, exclusão ou limitação de oportunidades de ensino. Tais transgressões, afetam diretamente os direitos fundamentais, a integridade física e moral, a vida em família e a privacidade e são perpetradas com base na condição de ser mulher⁴⁸.

⁴⁵ “The suffragists claims were more than just requests to extend men's rights to women; they were a radically different way of understanding constitutional interpretation, opposed to reasoning by original intent and seeking to update the principles of the text to societal and legal changes in the status of women”. WINKLER, Adam. *A revolution too soon: woman suffragists and the living constitution*. New York University Law Review, Vol. 76, Issue 5 (November 2001), p.1458/1459. “In the long history of suffrage activism in the states, from just after the Civil War until 1920, when the federal suffrage amendment was ratified, suffragists engaged in a variety of tactics designed to persuade both politicians and the public that women should be formal members of the polity”. MCCAMMON, Holly J. *Out of the Parlors and into the Streets: The Changing Tactical Repertoire of the U.S. Women's Suffrage Movements*. Social Forces, Vol. 81, Issue 3 (March 2003), p. 790.

⁴⁶ OLIVEIRA, Almir de. *A Mulher no Direito Internacional*. In: Revista de Informação Legislativa. Ano 27, número 106. ISSN 0034-835X. Brasília: Senado Federal, 1990, p.239.

⁴⁷ OLIVEIRA, Almir de. *A Mulher no Direito Internacional*. In: Revista de Informação Legislativa. Ano 27, número 106. ISSN 0034-835X. Brasília: Senado Federal, 1990, p.240.

⁴⁸ HENKIN, Louis [et.al.]. *Human Rights*. New York: Foundation Press, 2003, p. 359.

Nesse sentido, é inegável que as mulheres e crianças do sexo feminino figuram como principais sujeitos passivos dessas violações⁴⁹. Nesse sentido, em face da violência doméstica contra crianças, idosos, mulheres e doentes, “a vulnerabilidade e as estruturas sociais de distribuição desigual de poder tornam essas categorias estatisticamente mais prováveis como vítimas”⁵⁰.

Vulnerabilidade física - posto que as estruturas corporais das mulheres, se comparadas as dos homens, são mais frágeis - econômica e social, em razão da desigualdade entre os gêneros que ainda é realidade na grande maioria das sociedades, principalmente no que concerne ao mercado de trabalho e salários, além do tratamento diferenciado em razão do gênero, muitas vezes apoiado em ideologias religiosas e/ou machistas de inferioridade ou incapacidade da mulher em exercer determinadas atividades consideradas ainda de domínio masculino⁵¹.

No mesmo sentido, o desrespeito à universalidade dos direitos humanos, que alguns Estados subjagam aos interesses de ordem econômica, segurança social e hábitos locais⁵². O chamado “relativismo cultural” assente na premissa de que o direito conecta-se aos sistemas socioeconômico, político-cultural e moral e deve respeitar as especificidades de cada sociedade. Em contraposição a esta concepção, os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, tem cariz universalista. Sendo assim, não menosprezando o direito a exercer a cultura, não há que se consentir violações aos direitos humanos com base em particularidades de cada sociedade⁵³. Nesse sentido, corrobora a Declaração de Viena de 1993⁵⁴. Que afirma expressamente a preocupação com a discriminação e violência contra as mulheres.

Vale transcrever o disposto no 5º da Declaração de Viena que afirma: “todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade

⁴⁹ HENKIN, Louis [et.al.]. *Human Rights*. New York: Foundation Press, 2003, p. 369-370.

⁵⁰ BELEZA, Tereza Pizarro. *Violência Doméstica*. In: Revista do CEJ – 1º Semestre 2008 – Número 8 (Especial). Jornadas sobre a revisão do Código penal: estudos, p. 281.

⁵¹Recentemente em debate sobre a desigualdade salarial com base no gênero, no parlamento europeu, o eurodeputado polaco JanuszKorwin-Mikke, afirmou que “as mulheres devem ganhar menos do que os homens porque são mais fracas, mais pequenas e menos inteligentes”. Dias depois da declaração sexista, o Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, impôs sanções ao deputado, a saber, suspensão das diárias por 30 dias, assim como da representação da Assembleia durante um ano. O Presidente declarou inadmissível o comportamento do deputado, que classificou como “desprezo aos valores mais fundamentais” de um representante dos povos da Europa. Infelizmente fica claro que ainda em vários setores da sociedade hajam defensores da perpetuação da desigualdade. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/03/2017. *Punido eurodeputado que acha as mulheres “menos inteligentes”*. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/punido-eurodeputado-que-acha-as-mulheres-mais-fracas-e-menos-inteligentes-5723505.html>>. Acesso em 14/03/17.

⁵²Também neste sentido Cfr. ANISTIA INTERNACIONAL. *Mulheres e Direitos Humanos*. Edição da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional. Portugal, abril de 1995, p. 12.

⁵³ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 6ª Edição. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 157-158.

⁵⁴ Declaração de Viena de 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em 20/03/17.

internacional deve tratar os direitos humanos globalmente, de maneira justa e equânime, com os mesmos parâmetros e com a mesma ênfase. As particularidades nacionais e regionais e bases históricas, culturais e religiosas devem ser consideradas, mas é obrigação dos Estados, independentemente de seu sistema político, econômico e cultural, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”.

O art. 18 da Declaração expressa a universalidade e inalienabilidade dos direitos das mulheres, assim como a não discriminação e participação igualitária nos diversos setores da sociedade como prioridade da comunidade internacional, repudiando toda forma de violência de gênero, assédio e exploração sexual. Também os artigos 36 a 44 da parte II, trazem contribuições para os direitos das mulheres, nomeadamente quanto a eliminação da violência e discriminação em esfera pública e privada⁵⁵. Ademais, a Plataforma de Ação de Pequim de 1995, enfatiza a concepção universalista dos direitos humanos das mulheres, ao ressaltar sua inalienabilidade, integralidade e indivisibilidade⁵⁶.

Políticas anti-discriminatórias, de inclusão sociopolítica e redução das desigualdades vem sendo adotadas pelos Estados e Organizações que buscam maior igualdade de gênero e proteção da mulher. Nesse sentido, “a promoção da igualdade de gênero é actualmente considerada um objectivo fundamental a nível internacional e, por isso, as organizações internacionais, entre as quais se destaca a Organização Internacional do Trabalho (OIT), multiplicam-se na produção de declarações, recomendações, convenções e outras medidas destinadas a incentivar maior equilíbrio no que respeita às questões de género”⁵⁷.

A questão da igualdade perante a lei não exclui a possibilidade de práticas discriminatórias. É necessário, muitas vezes, dispensar um tratamento desigual para alcançar a igualdade de fato para os grupos vulneráveis e desfavorecidos. Enquanto as oportunidades e condições de vida forem diferenciadas para homens e mulheres, também a lei os afetará de maneira diferente⁵⁸.

O Direito das Mulheres, “indica, antes de mais, um ponto de vista e uma intenção: fazer uma investigação do mundo jurídico que tome as mulheres como centro de atenção de quem investiga e o olhar o Direito de forma interrogativa e crítica, a partir da verificação prévia de

⁵⁵ Declaração de Viena de 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em 20/03/17.

⁵⁶ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 6ª Edição. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 198-199.

⁵⁷ FILIPE, Odete. *A OIT e a Igualdade de Gênero: uma reflexão crítica*. In: *Cadernos Sociedade e Trabalho - XVI. A OIT e a Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho*. Lisboa: MESS/GEP, 2013, p. 21.

⁵⁸ DAHL, Tove Stang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993, p.4.

que as mulheres são social e juridicamente desfavorecidas”⁵⁹. Essa atenção especial dispensada à mulher, certamente fortalece sua proteção, sob o ponto de vista jurídico, refletindo em alterações positivas na situação feminina.

Para que o direito das mulheres determine quais situações devem sujeitar-se à Lei, melhorando a situação da mulher, é necessário transformar as questões relacionadas ao trabalho e assistência em âmbito da vida privada, que envolve questões de sexualidade e de caráter afetivo em questões de foro jurídico. Segundo Dahl⁶⁰, "entre outras coisas, isso iria perturbar a relação entre a família e o Estado, e contribuir para alterar a distinção, actualmente existente, entre privado e público".⁶¹

Como visto, a positivação dos direitos das mulheres vem sendo construída gradativamente, dentre os documentos que protegem a mulher, em âmbito de Direito Internacional, destaca-se a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher, da sigla em inglês *CEDAW*, de 1979, que entrou em vigor em 1981. No mesmo ano foi criado o Comitê para a eliminação da discriminação contra as mulheres, que tem como função o acompanhamento da aplicação da Convenção pelos Estados Partes. A partir do Protocolo opcional da *CEDAW*⁶² de 1999, foi dado também ao Comitê competência para receber reclamações individuais contra os Estados Partes que violem a Convenção⁶³.

A Convenção objetiva a promoção dos direitos das mulheres visando a igualdade de gênero, a rejeição a qualquer tipo de discriminação e a mudança dos estereótipos de gênero⁶⁴. Atualmente conta com a ratificação de 189 Estados Partes e é a segunda convenção com maior

⁵⁹ BELEZA, Tereza Pizarro. *Gênero e Direito: da Igualdade ao "Direito das Mulheres"*. In: Themis Revista da Faculdade de Direito da UNL. Ano I, n. 2. Coimbra: Almedina, 2000, p. 38.

⁶⁰ DAHL, Tove Stang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993, p.8 e 9.

⁶¹ "Despite the influence that sex/gender – as it intersects with other identity constituents – has on the form of human rights abuse, international human rights law has not properly addressed sex/gender difference. The main operating framework of (mainstream) international human rights law – the public/private divide – has been constructed in a manner that obscures the experiences of women and fails to challenge women's disadvantage. The principle of equality and non-discrimination has been inadequate to remedy the problem, since equality is predominantly conceived of as equal treatment". RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 240.

⁶² ONU. *Protocolo Facultativo CEDAW*, 1999, p. 28 a 32. Disponível em: < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em 30/05/17.

⁶³ BYRNES, Andrew. *The Committee on the Elimination of Discrimination against Women*. In: HELLMUM, Anne; AASE, Henriette Sinding. *Women's human rights: CEDAW in International, Regional and Nacional Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 28.

⁶⁴ HOLTMAAT, Rikki. *The CEDAW: a holistic approach to women's equality and freedom*. In: HELLMUM, Anne; AASE, Henriette Sinding. *Women's human rights: CEDAW in International, Regional and Nacional Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p.95.

número de ratificações. Mas, apesar da grande aceitação pela comunidade internacional, é, também, a convenção com o maior número de reservas⁶⁵.

Muitos Estados Partes impuseram restrições⁶⁶ a alguns artigos essenciais da Convenção, a exemplo do artigo 2º, sobre o comprometimento dos Estados em proteger e promover o princípio da igualdade de gênero e da não discriminação⁶⁷, inclusive modificando ou revogando leis, costumes ou práticas que configurem discriminação contra as mulheres. No artigo 9º, sobre as leis de nacionalidade, 15, da igualdade em matérias jurídicas e civis, e 16, acerca da não discriminação no direito de família.

Importa observar que alguns aspectos da Convenção merecem destaque, dentre eles a definição contida no artigo 1º de discriminação contra a mulher que “significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

Outra particularidade da *CEDAW* assenta na possibilidade de admissão de “ações afirmativas” para acelerar a concretização dos objetivos de igualdade⁶⁸ e não discriminação. As ações afirmativas traduzem-se em medidas de compensação que visam a diminuição dos efeitos que as desvantagens históricas discriminatórias geraram⁶⁹. Em outras palavras, as discriminações positivas, são aquelas em sentido favorável ao grupo discriminado⁷⁰.

O art. 2º da Convenção estabelece as obrigações dos Estados Partes que a ratificam, quanto à promoção da não discriminação com base no gênero adotando medidas legislativas

⁶⁵ UN WOMEN. *Declarations, Reservations and objections to CEDAW*. 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/reservations-country.htm>>. Acesso em 30/05/17.

⁶⁶ Para maior desenvolvimento sobre a questão das reservas cfr. PHILIPPE, Manin. *Droit International Public*, ed. Masson, Paris, 1979, p.91 a 97. Também a respeito das reservas, consultar MIRANDA, Jorge. Curso de Direito Internacional Público. 5ª Ed. Estoril: Principia, 2012, p. 71 a 75. Cfr. BRITO, Wladimir. *Direito Internacional Público*. 2ª Ed. Coimbra Editora. 2014, p. 174.

⁶⁷ “O princípio da não discriminação, também muitas vezes invocado como princípio da igualdade, significa que, à mulher, são reconhecidos todos os direitos consagrados em termos gerais nos instrumentos jurídicos de proteção humanitária (...) e aparece consagrado nas quatro convenções de Genebra e nos dois Protocolos Adicionais”. Cfr. Arts. 12 da I e II Convenções de Genebra; art. 16 da III Convenção; art. 27 da IV; arts. 75 e 4º do I e II, respectivamente. PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. *Noções fundamentais de Direito Internacional Humanitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p.392.

⁶⁸ A igualdade material pode ser verificada quando se “admitir o tratamento diferenciado de situações fáticas desiguais, tendo em vista, no essencial, a proteção e a defesa dos interesses dos indivíduos social e economicamente desfavorecidos, como forma de persecução de um equilíbrio social e econômico”. DRAY, Guilherme Machado. *O princípio da igualdade no direito do trabalho. Sua aplicabilidade no domínio específico na formação de contratos individuais de trabalho*. Coimbra: Almedina, 1999, p.77 e ss.

⁶⁹ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 6ª Edição. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 196.

⁷⁰ KRILL, Françoise. *La protection de la femme dans le droit international humanitaire*. RICR, n° 249, 1985, p.340.

protetivas não apenas no âmbito estatal, mas também quanto aos entes privados, os indivíduos, organizações ou empresas. Outro aspecto nesse artigo que é de difícil concretização, está na alínea f, e diz respeito ao Estado aderir medidas que modifiquem costumes ou práticas discriminatórias. Como visto, a relativização dos direitos humanos ainda oprime as mulheres, seus direitos à igualdade de gênero e não-discriminação. A adoção de políticas públicas de conscientização sobre a não discriminação e eliminação de atos que prejudiquem a situação da mulher, são exemplos de medidas que poderiam ser adotadas.

Sobre a variedade de formas de discriminação de gênero, as mulheres ficam sujeitas a condições passíveis de prejuízos, além do gênero, tais como a pertença a uma minoria ou deficiência, o que, leva ao “fenômeno que começa a ser designado por multidiscriminação”⁷¹.

Na intenção de estabelecer um diálogo construtivo com os Estados, o Comitê *CEDAW* já elaborou trinta e quatro Recomendações Gerais que versam, entre outros assuntos, sobre educação e programas de informação pública⁷², reservas dos Estados Partes⁷³, violência contra a mulher⁷⁴, igualdade de remuneração⁷⁵, mutilação genital feminina⁷⁶ e saúde da mulher⁷⁷. Essas recomendações têm sido citadas como fontes de direito internacional na análise dos casos levados aos Tribunais Regionais de direitos humanos, pois especificam os direitos dispostos na Convenção, delimitando a aplicação dos direitos e as obrigações dos Estados. Dentre as contribuições mais relevantes no âmbito das recomendações, destacam-se a atribuição do conceito de violência contra as mulheres como forma de discriminação; a obrigação dos Estados Partes na diligência devida; e a elaboração da noção de não discriminação, especialmente na Recomendação n. 25⁷⁸.

Nesse sentido, ficam evidentes os esforços da comunidade internacional e das Nações Unidas em criar Tratados Internacionais que versam sobre a não discriminação, que especificam

⁷¹ FILIPE, Odete. *A OIT e a Igualdade de Gênero: uma reflexão crítica*. In: *Cadernos Sociedade e Trabalho - XVI. A OIT e a Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho*. Lisboa: MESS/GEP, 2013, p. 22.

⁷² Recomendação Geral n. 3 do Comitê CEDAW. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em 20/05/17.

⁷³ Recomendação Geral n. 4 do Comitê CEDAW. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em 20/05/17.

⁷⁴ Recomendações Gerais n. 12 e 19 do Comitê CEDAW. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em 20/05/17.

⁷⁵ Recomendação Geral n. 13 do Comitê CEDAW. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em 20/05/17.

⁷⁶ Recomendação Geral n. 14 do Comitê CEDAW. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em 20/05/17.

⁷⁷ Recomendação Geral n. 24 do Comitê CEDAW. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em 20/05/17.

⁷⁸ BYRNES, Andrew. *The Committee on the Elimination of Discrimination against Women*. In: HELLMUM, Anne; AASE, Henriette Sinding. *Women's human rights: CEDAW in International, Regional and National Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 40-41.

e promovem o pleno gozo dos direitos das mulheres e a igualdade para com os homens. Mas como esses tratados dependem da aceitação por parte dos Estados, que muitas vezes enfrentam obstáculos para sua efetivação com base em religiões e culturas, a igualdade nem sempre encontra espaço na realidade.

No direito há duas perspectivas de igualdade, uma como fator de justiça social e a outra como dimensão real da justiça, traduzida no tratamento equitativo. A busca pela justiça social no acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres, por exemplo, assemelha-se às demandas de outros grupos alvos de discriminação, assim como a raça ou religião. É preciso reconhecer a desigualdade de fato entre homens e mulheres no acesso à carreira profissional como herança de perspectivas ultrapassadas de papéis atribuídos aos gêneros. Nesse sentido, é papel do direito intervir, por meio de ações positivas⁷⁹ em benefício da sociedade em geral⁸⁰.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia determina no art. 23 que "deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração" e que "o princípio da igualdade não obsta a que se mantenham ou adoptem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado"⁸¹.

Da mesma forma o Pacto europeu para igualdade entre homens e mulheres orienta aos Estados-Membros que tomem medidas que ponham fim às disparidades entre homens e mulheres e combatam a "segregação sexista no mercado de trabalho"⁸².

Também a diretiva 76/207/CEE, pronunciando-se acerca da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no mercado de trabalho, dispõe no art. 2º, 4, que "a presente directiva não constitui obstáculo à medidas que tenham em vista promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, em particular às que corrijam as desigualdades de facto que afectam as oportunidades das mulheres"⁸³.

⁷⁹ "Affirmative action can take any number of forms; but the most familiar, and most disapproved of, consists of artificially lowering standards of admission so that more women enter the preserves typically dominated by men". RICHARDS, Janet Radcliffe. *Feminism and equality*. In: *Journal of Contemporary Legal Issues*, Vol. 9, 1998, p.244.

⁸⁰ GARCÍA-CASTRILLÓN, Carmen. *Igualdad, género y medidas de acción-discriminación positiva en la política social comunitaria*. In: *Revista de Derecho Comunitario Europeo*. 12, año 6. Mayo/agosto 2002, p. 489-491.

⁸¹ UE. *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Nice, 2000. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf> Acesso em 05/04/17.

⁸² CONSELHO DA UE. *Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011/2020)*, 2011. Disponível em: <[http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011XG0525\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011XG0525(01))>. Acesso em 05/04/17.

⁸³ CONSELHO DA UE. *Diretiva 76/207/CEE* de 1976, relativa à concretização do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31976L0207>>. Acesso em 05/04/17.

Sendo assim, as ações positivas⁸⁴ representam um meio legal de medidas que promovem o tratamento igualitário⁸⁵ entre homens e mulheres, eliminando a discriminação existente. E, em âmbito laboral, podem ser categorizadas como medidas de solução a situações que desfavoreçam as mulheres, focando no aconselhamento e formação profissional; as medidas que estabeleçam maior equilíbrio entre a família e o trabalho, nomeadamente quanto à divisão de tarefas entre os sexos, traduzidas no suporte à maternidade; e às medidas de compensação pelas discriminações históricas, reservando cotas de preferência para o grupo discriminado e sub representado. Estas últimas, em particular devem ter caráter transitório, até que as desigualdades sejam sanadas⁸⁶.

Versam como argumentos contrários às ações positivas, que sexo, raça, não constituem relações válidas de distinção, “nem para prejudicar, nem para beneficiar”; que a “discriminação inversa”, traduz-se numa espécie prejudicial de “reparação histórica” relativamente a determinados grupos, que pode inclusive, prejudicar individualmente os que pertencem a grupos de conduta historicamente discriminatória; além do enfraquecimento da meritocracia e a inadequação do meio ao fim, podendo as cotas gerarem “hostilidade social”⁸⁷.

Quanto aos tipos de ações positivas em âmbito laboral, pode-se citar como exemplo, desde incentivos à orientação e formação profissional, melhor divisão de responsabilidades familiares e profissionais através de medidas de flexibilização de horários de trabalho, apoio à

⁸⁴ "Apesar do esforço conjunto do conselho de Ministros e do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia (TJCE) em elaborar um quadro jurídico eficaz, de forma a permitir uma efectiva igualdade de tratamento das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho, cedo se chegou à conclusão que uma igualdade de facto só seria possível de se atingir através da introdução de medidas de acção positiva que permitam corrigir as desigualdades infligidas no passado. As medidas de acção positiva neste contexto (affirmative action), constituem todo tipo de medidas legislativas que são adoptadas com vista a eliminarem os obstáculos com que as mulheres se deparam no dia a dia de uma atividade profissional, sobretudo a nível de recrutamento e promoção na carreira". Obstáculos traduzidos na minoria em ocupação de cargos de hierarquia laboral mais alta, maior incidência de desemprego, mesmo estando equiparadas em número aos quantitativo de homens em idade laboral ativa. ALVES, Sofia. *Igualdade de tratamento entre homens e mulheres: discriminação positiva (sistema de quotas) a decisão Kalanke de 17 de outubro de 1995*. In: Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. nº 20, novembro, 1996.p. 179.

⁸⁵ "Community law recognises different special principles of equal treatment which are found in both primary and secondary law. The equal treatment of men and women in relation to education, appointments, working conditions and payment is guaranteed by Article 141. Article 12 EC prohibits discrimination on grounds of nationality in relation to cross-border cases, the details of which are more precisely structured in the fundamental freedoms of the internal market. Further prohibitions on discrimination can be found in connection with the fundamental freedoms of the internal market. Prohibitions on discrimination and principles of equal treatment located at different levels have influenced national constitutional law in different ways and complement each other". BOGDANDY, Armin von; BAST, Jürgen. *Principles of European Constitutional Law*. Vol. 8. Oregon: Oxford and Portland, 2006, p. 130.

⁸⁶ GARCÍA-CASTRILLÓN, Carmen. *Igualdad, género y medidas de acción-discriminación positiva en la política social comunitaria*. In: Revista de Derecho Comunitario Europeo. 12, año 6. Mayo/agosto 2002, p. 491.

⁸⁷ CARLUCCI, Aída Kemelmajer de. *Bioética, mujer y acciones positivas*. In: CASADO, María; ROYES, Albert. *Sobre Bioética y Género*. Thomson Reuters.Pamplona, 2012, p. 66, 67, 68.

maternidade e educação das crianças, até a determinação de quotas. Nesse sentido, "um terceiro tipo de acção positiva constitui a imposição de um tratamento preferencial em relação às mulheres de forma a compensar a desigualdade de facto com que estas se deparam na realidade, e traduz-se pelo estabelecimento de quotas ou goals"⁸⁸.

Alguns países europeus adotam essa política de busca de equilíbrio entre os sexos nas ofertas de postos de trabalho. Visando a igualdade de tratamento, estabelecem quotas que beneficiam as mulheres nos casos de sub-representação, a exemplo da Dinamarca, Países-Baixos, Suécia e Finlândia. Na Alemanha e Áustria, há legislação federal e regional que, determina, no serviço público, preferência às mulheres nos casos de recrutamentos e promoções⁸⁹.

Relativamente à política, "as quotas são uma forma relativamente recente de acções afirmativas em relação às mulheres. Aparecem em duas modalidades diferentes: quotas de atribuição e quotas de prioridade". Como exemplo do primeiro tipo, pode-se citar o percentual de representação política em um partido ou organização. As quotas de atribuição podem ter como exemplo para um número reservado de vagas de acesso às posições, como acesso às escolas ou inclusão em listas eleitorais. Já as quotas de prioridade, consistem na prática de admissão preferencial de mulheres⁹⁰.

Nesse sentido, compartilha-se do entendimento de que medidas discriminatórias podem e devem ser adotadas para efetivação da igualdade. Pois o princípio da igualdade de oportunidades é compatível e conexo ao princípio de não discriminação⁹¹.

1.3 As diferenças conceituais entre sexo e gênero

⁸⁸ "As quotas diferem dos goals na medida em que as primeiras reservam um certo número ou percentagem de postos de trabalho ou de promoções a uma categoria desfavorecida no passado (seja em função de raça ou do sexo), enquanto que os segundos estabelecem um sistema que atribui vantagens a tais categorias de pessoas nos mecanismos que permitem alcançar os resultados pretendidos, isto é, o recrutamento ou a promoção". ALVES, Sofia. *Igualdade de tratamento entre homens e mulheres: discriminação positiva (sistema de quotas) a decisão Kalanke de 17 de outubro de 1995*. In: Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. n.º 20, novembro, 1996, p. 180.

⁸⁹ ALVES, Sofia. *Igualdade de tratamento entre homens e mulheres: discriminação positiva (sistema de quotas) a decisão Kalanke de 17 de outubro de 1995*. In: Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. n.º 20, novembro, 1996, p. 180.

⁹⁰ DAHL, ToveStang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993, p.49-50.

⁹¹ GARCÍA-CASTRILLÓN, Carmen. *Igualdad, género y medidas de acción-discriminación positiva en la política social comunitaria*. In: Revista de Derecho Comunitario Europeo. 12, año 6. Mayo/agosto 2002, p. 494.

A clarificação dos conceitos de sexo e gênero, visa dirimir as dúvidas que possam surgir acerca da utilização dos termos que varia dentro dos instrumentos internacionais de proteção. Num momento histórico e social, onde questões jurídicas acerca da identidade de gênero estão em debate, carecendo ainda de positivação, a terminologia utilizada interfere na interpretação das normas, principalmente quanto à identificação dos sujeitos de direito.

Apesar de serem usados muitas vezes como sinônimos, os conceitos de sexo e gênero diferem tecnicamente. A confusão em torno da utilização dos termos se dá, segundo Costa, em razão da deficiência de interdisciplinaridade entre os ramos de conhecimento, que dificulta ou impede a interação entre os conceitos e seus significados. Somado a isso, a tradução de termos de outros idiomas pode causar distorções semânticas quando não há um vocábulo correspondente⁹².

Há divergências de significado nas línguas de matriz latina e anglo-saxônica, esta última atribuindo um sentido mais literal para a palavra sexo, como ato e não na caracterização biológica como àquelas, já em relação ao gênero, há maior diversidade semântica e interpretativa em ambas⁹³.

Contudo, os significados de sexo e gênero carregam uma complexidade muito maior do que valores semânticos em determinados idiomas e estão associados também a como cada sociedade construiu seus conceitos com base na historicidade de suas relações com o sexo, gênero, sexualidade, vindos muitas vezes de interpretações religiosas e culturais.

A expressão sexo relaciona-se, primordialmente as particularidades biológicas dos seres humanos, das características que diferenciam homem e mulher e que são visíveis e palpáveis anatomicamente. Nesse sentido corrobora a definição do dicionário "conformação física, orgânica, celular, particular que permite distinguir o homem e a mulher, atribuindo-lhes um papel específico na reprodução"⁹⁴.

Já o gênero remete às diferenças normativas, valorativas, sociais e culturais que são atribuídas ao comportamento masculino e feminino⁹⁵. Sendo assim, gênero pode ser definido

⁹² COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. *O Gênero no Direito Internacional: discriminação, violência e proteção*. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2014, p. 93.

⁹³ PINHO, Leda de Oliveira. *Princípio da Igualdade: investigação na perspectiva de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2005, p. 51.

⁹⁴ Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1ª Edição. Objetiva: Rio de Janeiro, 2009, p.1740.

⁹⁵ ACOSTA, Miguel Lorente & ACOSTA, José Antonio Lorente. *Agresión a la mujer: maltrato, violación y acoso*. Entre la realidad social y el mito cultural. Granada: Comares, 1998. p. 44.

como o "conjunto modificável de características culturais, sociais e educacionais atribuídas pela sociedade a um comportamento humano, qualificando-o de masculino ou feminino"⁹⁶.

Ainda acerca do gênero, “como categoria analítica, é um modo de se referir à organização social das relações entre os sexos. Numa rejeição total ao determinismo biológico, que busca as explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa ou na força física masculina, o gênero enfatiza as qualidades fundamentalmente sociais das distinções baseadas no sexo. É uma categoria relacional, que define homens e mulheres”^{97 98}.

A distinção entre sexo e gênero⁹⁹ reside então na associação do primeiro à biologia e do segundo à “construção social e cultural”. Como ensina Beleza, “(...) o gênero pode ser descrito como uma característica das pessoas (ainda que cultural e não *biológica*), como um sistema de relacionamento social que vai buscar chão definitivo ao “pretexto” sexual (biológico), ou ainda acentuando o seu traço de representação simbólica de dominação (desigualdade)”¹⁰⁰.

O problema da desigualdade de gênero reside nas relações de poder estabelecidas pela sociedade sobre ele, que, empoderam o homem em detrimento da mulher. Como ensina Giddens, “as diferenças de gênero raramente são neutras - em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam, influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado. Embora os papéis dos homens e das mulheres variem de cultura para cultura,

⁹⁶ LOPES, Ana Maria D'Ávila. *Discriminação de gênero contra as mulheres e a violência sexual*. In: LOPES, Ana Maria D'Ávila; MAUÉS, Antonio Moreira. (org.) *A Eficácia Nacional e Internacional dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 17.

⁹⁷ Para Butler "gender is the apparatus by which the production and normalization of masculine and feminine take place along with the interstitial forms of hormonal, chromosomal, psychic, and performative that gender assumes. To assume that gender always and exclusively means the matrix of the "masculine" and "feminine" is precisely to miss the critical point that the production of that coherent binary is contingent, that it comes at a cost, and that those permutations of gender which do not fit the binary are as much a part of gender as its most normative instance. To conflate the definition of gender with its normative expression is inadvertently to reconsolidate the power of the norm to constrain the definition of gender. Gender is the mechanism by which notions of masculine and feminine are produced and naturalized, but gender might very well be the apparatus by which such terms are deconstructed and denaturalized". BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. Routledge New York and London: New York, 2004, p. 42.

⁹⁸ CARVALHO, Nancy Valadares. *A Condição Feminina*. São Paulo: UEP, 1988, p. 290.

⁹⁹ “O gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica”. GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Ed. Trad. FIGUEIREDO, Alexandra [et all]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 109.

¹⁰⁰ BELEZA, Teresa Pizarro. *Direito das Mulheres e da Igualdade Social: a Construção Jurídica das Relações de Gênero*. Coimbra: Almedina, 2010, p. 63.

não se conhece nenhuma sociedade em que as mulheres tenham mais poder do que os homens”¹⁰¹.

Nesse sentido, para se visualizar essas relações de poder, tanto o ambiente doméstico quanto o laboral externo tornam-se “parcialmente sexualizados”. O primeiro é normalmente associação à maternidade, cuidado com os filhos e com o lar, tornando-se feminino. Como resultado, a sociedade restringe culturalmente a participação do homem nesse meio, limitando inclusive sua atuação, quando há uma associação à excelência dessas atividades pelos homens ao comportamento estranhamente feminino. Já a mulher que exerce com extrema competência suas atividades laborais, assumindo o suporte econômico da família, é associada a um comportamento masculino¹⁰².

Questão importante diz respeito à viabilidade dos estudos das questões de gênero, que mesmo apresentando um conceito sujeito a alterações por ter cunho, por um lado “relacional” e “mutável”, a investigação científica e normativa não se prejudica na sua tarefa de avaliar como as variações histórico e sociais e a organização social classificam os seres humanos em dois grupos mesmo que inconstantes e segmentários, homem e mulher. “Nada é universal também neste campo, exceto uma aparente continuidade na desvalorização das actividades e traços associados ao feminino, por contraposição ao masculino”¹⁰³.

Quanto à utilização dos termos no Direito Internacional, o primeiro Tratado que apresenta uma definição de gênero é a Convenção de Istambul, de 2011, quando afirma que “gênero refere-se aos papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera serem adequados para mulheres e homens”¹⁰⁴. Segundo o Estatuto de Roma, “entende-se que gênero se refere aos dois sexos, masculino e feminino, no contexto da sociedade. O termo gênero não terá acepção diferente da que precede”¹⁰⁵. As Nações Unidas e os documentos internacionais adotam a expressão violência de gênero para representar a violência contra a mulher.

¹⁰¹ GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Ed. Trad. FIGUEIREDO, Alexandra [et al]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 114.

¹⁰² SEGAL, Edwin S. *Cultural constructions of gender*. In: EMBER, Carol. R.; EMBER, Melvin. *Encyclopedia of Sex and Gender: Men and Women in World's Cultures*. Vol I and II. New York: Published in conjunction with the Human Relations Area Files at Yale University Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2004, p. 4.

¹⁰³ BELEZA, Teresa Pizarro. *Direito das Mulheres e da Igualdade Social: a Construção Jurídica das Relações de Género*. Coimbra: Almedina, 2010, p. 64 e 65.

¹⁰⁴ CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica (Convenção de Istambul)*, 2011. Art. 3, c. Disponível em: <<https://rm.coe.int/1680685fcb>>. Acesso em 25/05/17.

¹⁰⁵ NAÇÕES UNIDAS. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. 1998. Art. 7º. Disponível em: <<http://legal.un.org/icc/statute/romefra.htm>>. Acesso em 13/05/17.

Nesse sentido, vale observar que a maioria das interpretações acerca das normas jurídicas neutralizam sua aplicação no tocante ao gênero. O que pode, de certa forma tornar os grupos minoritários ou vulneráveis invisíveis, tendo em vista que a enunciação da igualdade nem sempre resulta em equidade material. A questão da inclusão da questão de gênero nos tratados acima referidos representa um avanço no sentido de atrair o olhar do direito para a questão da mulher.

No que se refere à dimensão semântica, adotou-se neste trabalho o sentido latino das expressões sexo e gênero acrescidos dos significados sociais e de comportamento que exprimem a ideia de gênero como masculino e feminino para a abordagem jurídica do tema. Também os aspectos físico e psíquico devem ser levados em consideração para diferenciar sem discriminar.

Contudo, a questão da formação psíquica do gênero que envolve formação da identidade de gênero não será abordada neste trabalho, tendo em vista a subjetividade e falta de positividade na ordem jurídica internacional e jurisprudência nas cortes supranacionais. O que não diminui a importância do tema, mas, em conformidade com a historicidade do direito, que, como já referido, nasce em função de circunstâncias que surgem ao longo do tempo, a questão da identidade de gênero e transsexualidade ainda está em processo de construção no meio jurídico.

Dito isto, as normas que abrangem a questão de gênero corroboram com a proteção mais efetiva da mulher, tendo vista que o direito só pode punir as violações e salvaguardar garantias e liberdades que estejam positivadas. Como visto, a generalidade das normas pode gerar hiatos jurídicos e enfraquecer a proteção de determinados grupos que carecem de maior atenção.

1.4 A proteção contra a violência de gênero no sistema europeu de direitos humanos

A violência de gênero é um grave tipo de discriminação que atinge mulheres e crianças no mundo inteiro. Essa violação aos direitos humanos não está concentrada apenas em países em desenvolvimento ou em classes sociais mais baixas. É um problema de ordem pública que ultrapassa os limites do âmbito doméstico e tem motivado órgãos internacionais e sistemas regionais de proteção a adotarem modelos de salvaguarda dos direitos das mulheres.

A grande adesão pelos Estados, aos tratados internacionais celebrados na esfera regional, eleva a efetivação dos direitos humanos neles consagrados. O Estado que se compromete voluntariamente em âmbito internacional, através dessas vias de proteção,

submete-se a responsabilização nos casos de violação ou omissão de direitos assegurados no tratado internacional¹⁰⁶.

Devido à proximidade às realidades socioeconômicas e culturais dos territórios a eles submetidos, os sistemas regionais de proteção aos Direitos Humanos, criaram instrumentos precisos de proteção que permitem a justicialização dos seus direitos em âmbito supra-nacional, elevando o indivíduo à categoria de sujeito de direito internacional, consentindo o acesso à justiça frente aos Estados que não renderam obediência aos direitos estabelecidos nos tratados¹⁰⁷.

O Sistema Regional Europeu é o mais antigo, instalado a partir da aprovação da Convenção Europeia de Direitos Humanos, em 1950 e também mais maduro, seguido do Interamericano e do Africano, nomeadamente no que tange à justicialização dos direitos humanos e atuação da Corte¹⁰⁸. Por essa razão adota-se o sistema regional europeu como parâmetro de verificação dos direitos das mulheres neste trabalho. No entanto, não se pretende fazer uma digressão sistemática de formação e composição desse sistema, uma vez que fugiria ao foco adotado no tema.

Todavia, importa distinguir as realidades jurídicas do Sistema do Conselho da Europa ao qual estão vinculados a Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, do Sistema da União Europeia, instituído pelo Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) - depois do Tratado de Lisboa, que em 2007 modificou os tratados institutivos da União - e pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE), que diferem em modos de garantia de direitos e em Instrumentos jurídicos fundadores, contudo, estão relacionados entre si, configurando um sistema internormativo tridimensional de proteção aos Direitos Humanos no Continente, uma vez que dialoga com juízes e Tribunais dos Estados Partes¹⁰⁹.

Tendo em vista a ausência normativa originária, apesar da previsão de não discriminação em virtude da nacionalidade, quanto à tutela dos direitos fundamentais em âmbito comunitário¹¹⁰, bem como as impugnações de particulares contra atos jurídicos prejudiciais a

¹⁰⁶ GARCIA, Emerson. *Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Breves reflexões sobre os sistemas Convencional e Não-Convencional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.p. 81-82.

¹⁰⁷ NANJIRA, Daniel D. C. Don. *The Protection of Human Rights in Africa: the African Charter on Human and Peoples' Rights*. In: SYMONIDES, Janusz.(Ed.)England: Unesco publishing, 2003, p. 24.

¹⁰⁸ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 63.

¹⁰⁹ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 9ª Edição. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2015, p. 1001.

¹¹⁰ "The development of fundamental rights protection by the ECJ is well known and may be divided into three phases. The early stage of the caselaw of the ECJ was shaped by a more or less negative attitude of the Court with regard to the recognition of fundamental rights as part of the Community legal order. It was not until 1969, 15

esses direitos consagrados no direito constitucional interno, o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE, anteriormente denominado Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias), passou a tratar das questões de direitos fundamentais. Apesar de a proteção a esses direitos estar expressa nos Tratados de Maastricht e Amsterdam, não havia uma sistematização dos direitos fundamentais escritos¹¹¹.

Nesse sentido, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, instituída em 2000 serviu de meio para evidenciar a importância desses direitos em âmbito comunitário, e reforçar a legitimidade da UE¹¹². No início, a CDFUE possuía natureza jurídica de acordo interinstitucional em meio as fontes de Direito comunitário, tendo em vista que a “Convenção” encarregada pelo Conselho Europeu de elaborar a carta, era composta por representantes dos Chefes de Estado e de Governo, do Parlamento Europeu, dos Parlamentos Nacionais, além do representante do presidente da Comissão Europeia¹¹³. Nesse sentido, “a aprovação de uma Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia recebeu finalmente o acolhimento do Conselho Europeu, mas com um objetivo político bem determinado: o reforço da visibilidade dos direitos fundamentais junto dos cidadãos da União”¹¹⁴.

Tendo como um dos objetivos principais a segurança jurídica e proteção dos cidadãos, a Carta não criou novos direitos, mas tornou visível os já existentes, inspirando-se na CEDH, quanto aos direitos civis e políticos, nos Tratados acerca de direitos do cidadão e, quanto aos direitos sociais, guiou-se pela Carta Comunitária de Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores de 1989 e na Carta Social europeia de 1961¹¹⁵.

*years after its first session, that the ECJ recognised in an obiter dictum of its much discussed ruling in Stauder that fundamental human rights form an integral part of the general principles of Community law. It is a well documented fact that the Court undertook this expansion of legal principles as well as its later extension not least because of the critical dialogue with national (constitutional) courts, supported by initiatives of the other Community institutions, especially those of the European Parliament. The ECJ had realised that the legitimacy, the primacy and the uniform application of Community law were endangered by the lack of fundamental rights protection under Community law. Regarding this development and the now quite impressive catalogue and scope of fundamental rights as developed by the Court, it is sufficient to refer to the extensive accounts contained in numerous essays and more recent literature. The third phase of fundamental rights protection is shaped by the extension of its scope as regards the Member States as addressees of fundamental rights". BOGDANDY, Armin von; BAST, Jürgen. *Principles of European Constitutional Law*. Vol. 8. Oregon: Oxford and Portland, 2006. p. 504-505.*

¹¹¹ JALES, Lycia Cybelle Porto. *A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia como ponto de referência nas políticas da União*. Disponível em: < http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15824>. Acesso em 22/05/17.

¹¹² SOARES, António Goucha. *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: A protecção dos direitos fundamentais no ordenamento comunitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p. 34.

¹¹³ QUADROS, Fausto de. *Direito da União Europeia: Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2004, p.146-147.

¹¹⁴ SOARES, António Goucha. *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: A protecção dos direitos fundamentais no ordenamento comunitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p. 35.

¹¹⁵ MARTINS, Ana Maria Guerra. *Constitucionalismo europeu e Direitos Fundamentais após o Tratado de Lisboa*. p. 5. Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/822-1351.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

A Carta¹¹⁶, no preâmbulo enuncia os valores nos quais assentam a comunidade europeia, a saber, a indivisibilidade e universalidade da dignidade humana, da liberdade, igualdade e solidariedade baseado nos princípios de democracia e do Estado de direito. Além de referenciar as fontes supracitadas que influenciaram os direitos nela reconhecidos. O que significa que “a Carta nasceu com o intuito muito ambicioso de codificar os direitos consagrados nos referidos textos das Nações Unidas, na CEDH e nos seus protocolos, nos tratados comunitários, na jurisprudência quer do TJ, quer do TEDH, e nas tradições constitucionais dos Estados membros”¹¹⁷. Passando a conferir, portanto, maior proteção aos direitos do Homem, não apenas aos cidadãos dos Estados membros, mas a todos sob sua jurisdição.

A Carta Inclui no seu texto direitos como à dignidade, à vida, integridade, a proibição da tortura e da escravidão, como também os direitos econômicos, sociais e culturais. Além de anunciar as liberdades civis e políticas. O que aponta para a universalidade e indivisibilidade dos direitos fundamentais. O artigo 21 trata sobre a não discriminação e o art. 23 enuncia a igualdade entre homens e mulheres, ressaltando que tratamentos diferenciados são permitidos em favor do sexo sub representado.

Quanto à igualdade e não discriminação, "embora consagradas parcelarmente nos Tratados desde a sua versão originária, são, pela primeira vez, equacionadas num texto oficial com valor idêntico aos dos Tratados numa perspectiva global. Reconhece-se a igualdade perante a lei (artigo 20.º), a proibição da discriminação em função da nacionalidade (artigo 21.º, n.º 2) e a proibição da não discriminação em função de quinze categorias suspeitas, nas quais, entre outras, se incluem o sexo, a raça ou origem étnica, a religião ou crença, a deficiência, a idade e a orientação sexual. A igualdade entre homens e mulheres (artigo 23.º) foi sujeita a um tratamento específico”¹¹⁸.

Em âmbito de aplicação, a Carta estabelece que são destinatários das disposições do documento, as instituições e órgãos da União, bem como os Estados-Membros. Sob a ótica dos

¹¹⁶ " Acrescente-se que a CDFUE pretendia constituir um forte impulso ao processo de constitucionalização da União Europeia, bem como consolidar um movimento de implicação dos indivíduos, isto é, dos seres humanos enquanto tais, no processo de integração europeia, o que é notório em vários considerando do seu preâmbulo (a referência aos povos da Europa, a afirmação expressa de que a União coloca o ser humano no cerne da sua acção e a precisão de que as pessoas individualmente consideradas, assim como a comunidade humana e as gerações futuras adquirem responsabilidades e deveres, por força do gozo dos direitos enunciados na Carta). Em suma, a elaboração da CDFUE pretendeu significar, na época, um passo mais no sentido da constitucionalização da União". MARTINS, Ana Maria Guerra. *Constitucionalismo europeu e Direitos Fundamentais após o Tratado de Lisboa*. 2010, p. 5. Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/822-1351.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

¹¹⁷ QUADROS, Fausto de. *Direito da União Europeia: Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2004, p.149.

¹¹⁸ MARTINS, Ana Maria Guerra. *Constitucionalismo europeu e Direitos Fundamentais após o Tratado de Lisboa*. 2010, p. 6-7. Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/822-1351.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

direitos assegurados, vale transcrever a parte 3 do art. 52 que evidencia a complementaridade dos sistemas, aumentando o nível de proteção no âmbito da União: “na medida em que a presente Carta contenha direitos correspondentes aos direitos garantidos pela Convenção europeia para a proteção dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, o sentido e o âmbito desses direitos são iguais aos conferidos por essa convenção, a não ser que a presente Carta garanta uma proteção mais extensa ou mais ampla. Esta disposição não obsta a que o direito da União confira uma proteção mais ampla”¹¹⁹.

Inicialmente, a CDFUE era referida como *soft law*¹²⁰, sem identidade vinculativa, carecendo de poder ser invocada judicialmente¹²¹. Passou a ter força vinculante a partir da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009 e representa um mecanismo de proteção paralelo ao do Conselho da Europa, que tem sido invocado muitas vezes nas decisões do TJUE, assim como nos Tribunais nacionais. Nesse sentido, “a CDFUE passava finalmente a fazer parte do ‘direito primário’ (constitucional) da UE, vinculando suas instituições, órgãos e agências e protegendo os cidadãos europeus e demais pessoas e entidades sujeitas à jurisdição da União face à sua atividade política, legislativa e administrativa lesiva dos seus direitos”¹²².

Algumas disposições decorrentes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa merecem destaque quanto ao sistema jurisdicional da União Europeia. A primeira, refere-se à organização do sistema jurisdicional disposto no art. 13, nº 1 do TUE que abarca entre outros órgãos o TJUE. A segunda, remete ao art. 19 que elenca os tribunais da União, quais sejam, o Tribunal de Justiça (TJ), o Tribunal Geral (TG) e os Tribunais especializados, o princípio da tutela jurisdicional efetiva pelos Estados nas esferas de direito da União, bem como a composição dos dois primeiros Tribunais. O artigo 19 também delimita a competência genérica do TJUE. O TFUE define em concreto a organização dos tribunais da UE e suas competências e meios de concretização¹²³.

¹¹⁹ JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. 2000. Disponível em: < http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf>. Acesso em 30/05/17.

¹²⁰ “The designation as soft law of instruments such as recommendations, notices, resolutions, conclusions, guidelines, declarations, programmes, codes of practice etc is induced by the fact that they can all be typified as Community legal instruments that have not been attributed legally binding force”. SENDEN, Linda. *Soft Law in European Community Law*. Oregon: Oxford and Portland, 2004. p. 23.

¹²¹ MOREIRA, Vital. “*República*” *Europeia: Estudos de Direito Constitucional da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 173.

¹²² MOREIRA, Vital. “*República*” *Europeia: Estudos de Direito Constitucional da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p.174.

¹²³ MESQUITA, Maria José Rangel de. O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa. p. 2. Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/824-1353.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

Além da previsão da adesão da União Europeia à CEDH, dispostas no art. 6º, 3 do TUE, que implica em sujeição e acesso da União à jurisdição do TEDH¹²⁴. O que significa que "a União Europeia adere à CEDH a dois importantes níveis: (i) substancial, aceitando um núcleo duro de direitos e liberdades e (ii) jurisdicional, reconhecendo a jurisdição do TEDH no domínio dos direitos fundamentais"¹²⁵.

O artigo 6.º, n.º 1, do Tratado da União Europeia (TUE) determina que “a União reconhece os direitos, as liberdades e os princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (...), que tem o mesmo valor jurídico que os Tratados”. Sendo constituída como direito primário da UE, pode ser utilizada como modelo para avaliar a validade do direito derivado da UE e das disposições nacionais¹²⁶. Nesse sentido, a Carta figura como "principal repositório dos direitos em matéria social", constituindo o modelo social da União, que possibilita maior intervenção da UE na esfera das competências partilhadas¹²⁷.

O sistema de garantia desse modelo de proteção é via Tribunal de Justiça da União Europeia¹²⁸ e Tribunais nacionais. Após o tratado de Lisboa, o Tribunal passa a poder interpretar e aplicar a CDFUE¹²⁹. A instituição jurisdicional da União tem competência contenciosa, realizada por acórdãos e despachos e consultiva, por via de pareceres, nos termos previstos nos Tratados¹³⁰.

¹²⁴ Para esclarecimento sobre as implicações jurídicas dessa adesão, Cfr. : MESQUITA, Maria José Rangel de. *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 27; 230 e ss.

¹²⁵ "Do lado da União Europeia, as dificuldades associadas a essa adesão são inúmeras, o que tem levado alguma doutrina, de entre a qual destacamos, entre nós, FAUSTO DE QUADROS, a expressar sérias dúvidas quanto às vantagens desta adesão. Para este Autor, do ponto de vista substantivo, o catálogo de direitos da CEDH limita-se aos direitos civis e políticos, enquanto que o Direito da União abrange as três gerações de direitos (vide, a Carta) e, do ponto de vista jurisdicional, a adesão da União à CEDH significaria incluir no âmbito do Direito da União a necessidade de esgotamento dos meios de jurisdição internos (nacionais e da União), o que dificultaria o acesso ao TEDH. No fundo, a adesão da União à CEDH acabaria por reverter num nivelamento por baixo da protecção". MARTINS, Ana Maria Guerra. *Constitucionalismo europeu e Direitos Fundamentais após o Tratado de Lisboa*. p. 3. Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/822-1351.pdf>>. Acesso em 30/05/17. p. 20-22.

¹²⁶ SY, Sara. *A Carta dos Direitos Fundamentais*. Disponível em: < http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_1.1.6.html>. Acesso em 22/05/17.

¹²⁷ RAMALHO, Maria do Rosário Palma. *O Tratado de Lisboa e o modelo social da união Europeia. Algumas notas*. p. 7 Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/825-1354.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

¹²⁸ “Ao TJUE, órgão (principal) da União Europeia, é conferida jurisdição em sentido material (*jurisdiction*), enquanto autoridade ou competência para declarar o direito, para a resolução de um diferendo através de uma decisão obrigatória (para as partes quando existam) e pela aplicação do Direito da União Europeia. E a jurisdição do TJUE é configurada pelos Tratados, após entrada em vigor do Tratado de Lisboa, no essencial, como uma jurisdição permanente, obrigatória, que não admite *qua tale* e tendencialmente exclusiva”. MESQUITA, Maria José Rangel de. *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 50.

¹²⁹ CVRIA. *O Tribunal de Justiça da União Europeia. Direitos Fundamentais*. Disponível em: < https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7024/pt/#avantpropos>. Acesso em 31/05/17.

¹³⁰ MESQUITA, Maria José Rangel de. *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 54.

sistema de garantia de direitos passou a ser jurisdicional, a reforma do sistema de controle da Convenção, instituiu uma Corte única permanente, fazendo desaparecer a Comissão. Após a entrada em vigor do Protocolo nº14, a garantia de execução dos acórdãos fica a cargo da Intervenção do Comitê de Ministros após recebimento da sentença definitiva pelo TEDH, conforme art. 56º, 2¹³⁶.

O sistema de garantia de proteção aos Direitos da Convenção está então, desde a entrada em vigor do Protocolo nº 11 em 1998, sob a égide do Tribunal Europeu dos Direitos que emite decisões de caráter definitivo e vinculativo. O Tribunal tem competência para interpretar e aplicar a Convenção, conforme art. 32. E de receber demandas interestaduais (art.33) e individuais de pessoa singular, organização não-governamental ou grupo de pessoas que se considerem vítimas de alguma violação aos direitos reconhecidos na Convenção e seus protocolos, por algum Estado Parte, conforme art. 34. Essa disposição eleva a categoria do Tribunal em âmbito de proteção regional e densifica sua jurisprudência¹³⁷.

Desde a sua instituição, o Tribunal Europeu tem recebido demandas relacionadas a violações aos direitos das Mulheres. Sendo a maior incidência relativa a violência contra a mulher, que pode representar entre outras, violação ao art. 3º da Convenção; aos direitos reprodutivos, com implicações no art. 8º; discriminações em função do sexo, dispostas no art. 14, além do tráfico de pessoas e assédio sexual. O elevado número de casos de violência de gênero, que será analisado no terceiro capítulo desta pesquisa, reflete a vulnerabilidade da mulher e, conseqüentemente, a necessidade de uma proteção eficaz e rápida.

Nesse sentido, a Resolução do Parlamento Europeu sobre a igualdade de gênero afirma que “a violência contra as mulheres constitui um obstáculo importante à realização da igualdade entre as mulheres e os homens; convida a Comissão a iniciar a elaboração de uma proposta de directiva global sobre a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, sejam estas físicas, sexuais ou psicológicas, incluindo o tráfico de mulheres”¹³⁸. A Resolução acrescenta que não obstante os esforços a nível da União, em combater a violência contra as mulheres, o fenômeno permanece grave. Instruindo os Estados membros a adotarem

¹³⁶ CONSELHO DA EUROPA. *Protocolo nº 14 à Convenção Europeia de Direitos Humanos*.2004, p.6. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Library_Collection_P14_ETS194E_ENG.pdf>. Acesso em 01/06/17.

¹³⁷ *Convenção Europeia de Direitos Humanos*, arts. 32, 33 e 34. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. Acesso em 01/06/17.

¹³⁸ Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Março de 2011, sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia – 2010 (2010/2138(INI)) §65. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52011IP0085>>. Acesso em 31/05/17.

providências no sentido de prevenir a violência em razão do gênero, aumentando a proteção à mulher¹³⁹.

Nesse seguimento, vale referir no domínio do direito derivado da UE, as diretivas do Conselho da Europa que dizem respeito à igualdade de homens e mulheres: Diretiva 2006/54/CE, de 5 de julho de 2006, sobre a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento quanto à atividade profissional; Diretiva 2004/113/CE, de 13 de dezembro de 2004, sobre igualdade no acesso a bens e serviços; Diretiva 2010/18/UE do Conselho, de 8 de março de 2010, sobre a licença parental; Diretiva 2010/41/UE, de 7 de julho de 2010, sobre a igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma atividade independente; Diretiva 2011/36/UE, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas¹⁴⁰.

De acordo com inquérito realizado pela FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, no tocante a violência contra as mulheres no Continente, realizado em 2012, “cerca de 8% das mulheres foram vítimas de violência física e/ou sexual nos 12 meses anteriores à entrevista realizada no âmbito do inquérito, e uma em cada três sofreu alguma forma de agressão física e/ou sexual desde a idade de 15 anos”.

Desde essa faixa etária, 10% das mulheres sofreram algum tipo de violência sexual e 5% foram violadas¹⁴¹. Dados que podem ser de fato muito maiores, tendo em vista que os crimes sexuais afetam também a honra, causando vergonha e intimidação às vítimas, que nem sempre denunciam ou assumem terem sido vítimas.

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, conhecida como Convenção de Istambul, de 2011 é um dos instrumentos internacionais de enfrentamento da questão na União Europeia. Tendo como diretrizes a prevenção da violência, proteção das vítimas e responsabilização judicial dos agressores, a Convenção apela a uma conscientização do problema e maior igualdade entre homens e mulheres.

O referido instrumento jurídico reconhece a violência contra a mulher como violação aos direitos humanos e forma grave de discriminação. Podendo responsabilizar os Estados que

¹³⁹ Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Março de 2011, sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia – 2010 (2010/2138(INI)) §66. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52011IP0085>>. Acesso em 31/05/17.

¹⁴⁰ PARLAMENTO EUROPEU. *Igualdade entre homens e mulheres. Diretivas do Conselho*. Disponível em: < http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.10.8.html>. Acesso em 20/05/17.

¹⁴¹ FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. p. 9.

não enfrentarem a questão apropriadamente, além de estabelecer infrações penais à certas práticas culturais de violência, nomeadamente a mutilação genital feminina, casamento, esterilização e fertilização forçadas¹⁴².

Essas infrações penais demonstram que a Convenção entende que a violência contra as mulheres e a violência doméstica não são questões de foro privado. Mas penalizam mais gravemente o agressor que é companheiro íntimo da vítima. O que representa um grande avanço no enfrentamento à violência contra a mulher.

O inquérito já referido menciona a importância de encarar a violência doméstica como assunto de foro público e não privado. Segundo a pesquisa, 22% das mulheres entrevistadas sofreram violência física e/ou sexual por parte dos seus parceiros íntimos, muitas delas com episódios recorrentes, mesmo após o término da relação. A FRA ressalta ainda a importância da implementação de políticas que incentivem a denúncia e consequente melhoria na recolha de dados e do aumento dos recursos destinados aos serviços especializados de apoio à vítima no Continente Europeu¹⁴³.

O medo da violência de gênero é limitador inclusive do direito à liberdade de ir e vir, “o medo que as mulheres têm da criminalidade, especialmente da violência baseada no gênero, deve ser reconhecido e defrontado a nível da União Europeia e dos seus Estados-Membros, bem como a nível local, devido às limitações que impõe à liberdade de movimentos das mulheres na sua vida quotidiana”¹⁴⁴.

Ainda segundo o inquérito, no ano de recolha dos dados, 2012, o país da União europeia com maior índice de violência física e sexual contra a mulher foi a Dinamarca, onde 32% das mulheres afirmaram ter sofrido violência pelo parceiro íntimo, 40% por parte de alguém que não o parceiro e 52% foram abusadas pelo parceiro ou outra pessoa. A Polónia apresentou o menor índice, sendo respectivamente 13, 11 e 19%. Em Portugal os índices são de 19, 10 e 24%¹⁴⁵.

O Parlamento Europeu e Conselho, através da diretiva nº 29/2012 definem violência de gênero como “a violência dirigida contra uma pessoa devido ao seu gênero, à sua identidade de

¹⁴²Convenção de Istambul, 2011. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Pdf/Comesp/Convencoes/ConvencaoIstambul.pdf>>. Acesso em 08/04/17.

¹⁴³ FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. p. 10.

¹⁴⁴ FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. p. 14.

¹⁴⁵ FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. p. 20.

gênero ou à sua expressão de gênero, ou que afete de forma desproporcionada pessoas de um gênero particular, é considerada violência baseada no gênero"¹⁴⁶.

A definição se complementa especificando os tipos de violência, a saber, danos físicos, sexuais, emocionais ou psicológicos. A diretiva afirma ainda que "a violência baseada no gênero é considerada uma forma de discriminação e uma violação das liberdades fundamentais da vítima, e inclui a violência nas relações de intimidade, a violência sexual (nomeadamente violação, agressão e assédio sexual), o tráfico de seres humanos, a escravidão e diferentes formas de práticas perniciosas, tais como os casamentos forçados, a mutilação genital feminina e os chamados «crimes de honra»"¹⁴⁷.

A definição de violência de gênero da referida diretiva, reflete o entendimento do conceito de construção social de gênero, abrangendo a identidade e expressão de gênero e não apenas o fator biológico caracterizante do sexo feminino. Assim como abarca aspectos físicos, psíquicos e emocionais da violência e suas consequências para as mulheres e crianças, principalmente quando o ato parte do parceiro íntimo, abalando a estrutura familiar.

Para além das diretivas, outras políticas de promoção e proteção aos direitos das mulheres têm sido adotadas pela União, a exemplo da criação em 2006 do Instituto Europeu da Igualdade entre Homens e mulheres, pelo Parlamento Europeu e o Conselho. A adoção em 2010 pela Comissão à Carta das Mulheres e o compromisso estratégico para a igualdade de gênero. Além da adoção em 2015, pelo Conselho do Plano de Ação sobre o Gênero para 2016-2020¹⁴⁸.

Como visto, o Sistema Europeu de proteção aos direitos humanos, tanto o do Conselho da Europa, quanto o da UE tem voltado seu olhar à condição da mulher, nomeadamente através da adoção de instrumentos específicos de proteção, que evidenciam a questão do gênero como um problema de ordem jurídica a ser debatido, para a melhoria da condição da mulher, eliminação da discriminação de gênero em todos os setores e erradicação da violência contra a mulher.

¹⁴⁶ Diretiva nº 29/2012 do Parlamento Europeu e Conselho. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:315:0057:0073:pt:PDF>>. Acesso em 15/05/17.

¹⁴⁷ Diretiva nº 29/2012 do Parlamento Europeu e Conselho. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:315:0057:0073:pt:PDF>>. Acesso em 15/05/17.

¹⁴⁸ PARLAMENTO EUROPEU. *Igualdade entre homens e mulheres. Diretivas do Conselho*. Disponível em: < http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.10.8.html>. Acesso em 20/05/17.

2 A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO: UMA LUTA NECESSÁRIA PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Neste capítulo tratar-se-á de demonstrar brevemente a situação atual e perspectivas futuras na luta pela igualdade de gênero. Também será analisada a contribuição que os movimentos de emancipação feminina e os direitos humanos em conjunto já trouxeram para a proteção à mulher.

E, partindo do princípio de que a maior incidência de violações aos direitos das mulheres, que são específicas do gênero, gira em torno da violência e dos direitos sexuais e reprodutivos, enfatiza-se neste capítulo os direitos que protegem as mulheres desses tipos de violações em âmbito internacional, regional e também citando alguns exemplos de legislação doméstica que recentemente trouxeram contribuições significativas para alguns Estados na melhoria da situação da mulher.

2.1 Igualdade de gênero: situação atual e perspectivas futuras

Como se viu, a violência contra a mulher representa uma forma de discriminação¹⁴⁹ e evidencia, entre outras coisas, o tratamento desigual que é dispensado entre os gêneros. O alcance da igualdade material, pode representar a diminuição da violência contra a mulher, que se encontra numa posição de vulnerabilidade socioeconômica e cultural.

Não se pode negar que existem diferenças entre os gêneros, no entanto, o problema não reside nas diferenças, mas sim na sua hierarquização, e em como a sociedade atribui juízos de valores aos comportamentos, subordinando a importância das mulheres em favorecimento aos homens. Essa posição inferiorizada da mulher atrasou seu reconhecimento como sujeito de direito e, conseqüentemente sua proteção como grupo especial¹⁵⁰.

¹⁴⁹ “Há que se reconhecer que a história do fenómeno da discriminação feminina está longe de ter um destaque minimamente equiparável ao que outras práticas discriminatórias tiveram, desde logo as que envolvem questões raciais ou até religiosas”. CALHEIROS, Clara. *Género e igualdade: há um futuro para o feminismo?* In: Scientia Iuridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro. Setembro-Dezembro 2013. Tomo LXII. Número 333. p. 489.

¹⁵⁰ DAHL, Tove Stang. *O direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 6.

Contudo, a aplicação da igualdade no direito e colocação da mulher como no foco da “indagação jurídica” enfrenta alguns embaraços¹⁵¹. Nesse sentido até o próprio direito pode contribuir para a perpetuação da preeminência cultural dos homens na medida em que "uma hegemonia cultural significa que aceitar uma visão da realidade específica dum grupo dominante é considerado como sendo normal no enquadramento da ordem natural das coisas, mesmo por quem, na realidade, lhe está subordinado"¹⁵².

Em contrapartida, o Direito é também o instrumento transformador da realidade na relação entre os sexos, por meio das regras que estabelece, melhorando a situação da mulher¹⁵³. É, portanto, responsabilidade do Direito dirimir esses tratamentos diferenciados e discriminatórios, atuando positivamente não apenas na proibição desse tipo de atitude, mas compelindo à adoção de medidas de diminuição e erradicação das desigualdades, tais como as cotas de participação política das mulheres e em setores econômicos onde há sub-representação feminina,¹⁵⁴ a criminalização da violência contra a mulher e a violência doméstica. Ações que tem avançado, mas que ainda tem um longo caminho a percorrer para o alcance da igualdade de fato.

A proteção aos direitos e liberdades das mulheres tem crescido com a adoção de instrumentos jurídicos internacionais. Diversos Tratados, Convenções e Recomendações tem levado à questão da mulher ao foco jurídico sob os prismas de trabalho, educação, saúde, dentre outros. Destacam-se mais recentemente, sob o foco dessa pesquisa, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também denominada de Convenção de Belém do Pará, de 1994; e a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica, a também chamada Convenção Istambul, de 2011 as quais far-se-á uma análise nos próximos tópicos, mas, desde logo, é importante ressaltar que ambas tem trazido melhoria na condição das mulheres, principalmente no que se refere aos mecanismos de proteção à violência de gênero que dispõem, atribuindo aos Estados a adoção de medidas que previnam e punam essa violação aos direitos humanos.

¹⁵¹ BELEZA, Teresa Pizarro. *Gênero e Direito: da Igualdade ao Direito das Mulheres*. In: Themis Revista da Faculdade de Direito da UNL. Ano I – No. 2. Coimbra: Almedina, 2000, p. 38.

¹⁵² DAHL, Tove Stang. *O direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 6-7.

¹⁵³ DAHL, Tove Stang. *O direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 6-7.

¹⁵⁴ BELEZA, Teresa Pizarro. *Gênero e Direito: da Igualdade ao Direito das Mulheres*. In: Themis Revista da Faculdade de Direito da UNL. Ano I – No. 2. Coimbra: Almedina, 2000, p. 38.

Nesse sentido, os Estados têm, gradativamente implementado as recomendações e exigências da comunidade internacional em matéria de gênero. Consoante dados do relatório ONU Mulheres de 2014/2015¹⁵⁵, em 2014, 167 países apresentaram um balanço nacional sobre a implementação dos compromissos assumidos na Declaração e Plataforma de ação de Pequim de 1995 para igualdade de gênero.

A partir desse documento, os Estados assumiram a responsabilidade de "mobilizar um compromisso renovado com uma ação transformadora e mais acelerada antes de 2020, que culminará em um << Planeta 50:50 para 2030>>".¹⁵⁶ Ao que parece, as Nações Unidas estão empenhadas em garantir a igualdade de gênero, e a ONU Mulheres em conjunto com os movimentos feministas tem prestado sua contribuição ao direito feminino.

A ONU mulheres atua desde 2010¹⁵⁷ para igualdade de gênero e não discriminação, a partir das recomendações sobre as diversas faces do direito para alcançar o seu objetivo, que é a equidade entre homens e mulheres. Além disso, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, no informe sobre o mercado de trabalho, apresentado em 2015, expõe os desequilíbrios de gênero na economia mundial, apresentando recomendações de implantação de medidas aos governos, que facilitem o acesso ao mercado de trabalho e igualdade de salários¹⁵⁸.

O relatório supracitado aponta que na Turquia houve um aumento de 4% na ocupação de cargos eletivos pelas mulheres, chegando a 18%. Em 2014 a Bolívia alcançou a paridade política na Câmara baixa, sendo o terceiro país do mundo a alcançar esse resultado. Outros países também apresentaram maior participação política das mulheres, quando comparada a relatórios anteriores, a exemplo da Guiné Bissau, Ilhas Salomão e Fiji¹⁵⁹.

O informe anual reforça que o problema da violência contra a mulher continua grave, mas ressalta várias melhorias. Em 2014 alguns países do Pacífico adotaram leis de combate a esse crime, a Geórgia, seguindo a Convenção de Istambul criminalizou o casamento forçado e

¹⁵⁵ UN WOMEN. *Annual report UN Women*. 2012-2013. Disponível em <<http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2013/6/unwomen-annualreport2012-2013-en%20pdf.pdf>>. Acesso em 23/07/15.

¹⁵⁶ MLAMBO-NGCUKA, Phumzile. *Informe anual ONU Mulheres 2014-2015*. p.2. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/annual_report_SP_2014_2015.pdf>, Acesso em 10/04/2017.

¹⁵⁷ ONU Mulheres. *Sobre a ONU Mulheres: garantir os direitos das mulheres no mundo*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>, Acesso em 18/04/17.

¹⁵⁸ MLAMBO-NGCUKA, Phumzile. ONU Mulheres. *Informe anual 2014-2015*, p.3. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/annual_report_SP_2014_2015.pdf>, Acesso em 10/04/2017.

¹⁵⁹ MLAMBO-NGCUKA, Phumzile. ONU Mulheres. *Informe anual 2014-2015*, p. 6 Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/annual_report_SP_2014_2015.pdf>, Acesso em 10/04/2017.

ampliou a autoridade policial para afastar do lar os agressores nos casos de violência doméstica. No Brasil foi criada a Lei do feminicídio que tipifica criminalmente o homicídio contra a mulher, tornando-o agente qualificador¹⁶⁰.

Contudo, “mais de 600 milhões de mulheres ainda vivem em países onde a violência doméstica não é um crime. As disparidades de gênero no mercado de trabalho tem crescido em muitas regiões desde a crise financeira americana e europeia de 2008. Questões de desigualdade, discriminação, violência, privações de direitos são realidades diárias para muitas mulheres e meninas”¹⁶¹. Independentemente da classe social, da idade ou da região, são situações corriqueiras, que por vezes são tratadas com normalidade, mas que afetam milhares de mulheres mundialmente.

O relatório de 2016 da aplicação da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia afirma que “em um contexto de crescente intolerância, é também importante que a UE reitere veementemente e promova direitos iguais para todos. O Terceiro Colóquio Anual sobre os Direitos Fundamentais em 2017 será dedicado a promoção dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Esta será uma oportunidade para abordar a capacitação econômica e política das mulheres, os direitos das mulheres nas esferas públicas e privadas da vida e a luta contra a violência contra as mulheres em todas as suas formas”¹⁶².

Como visto, ações importantes de igualdade de gênero e não discriminação continuam em andamento na sociedade internacional. Um dos movimentos que vem acompanhando e lutando pela melhoria da situação da mulher desde a Revolução Francesa é o feminismo. Apesar de ter mudado ao longo das décadas e de divergir internamente em ideologias e políticas de ação, o movimento é um dos pilares da luta pela igualdade de gênero e demanda uma análise, principalmente no que tange a sua relação com os direitos humanos das mulheres.

2.2 A relação entre Feminismo e Direitos Humanos

Atualmente, o pouco conhecimento, ou mesmo a ausência de interesse das novas gerações acerca das correntes feministas e de emancipação da mulher provocam uma falta de

¹⁶⁰ MLAMBO-NGCUKA, Phumzile. ONU Mulheres. *Informe anual 2014-2015*, p. 11 Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/annual_report_SP_2014_2015.pdf>, Acesso em 10/04/2017.

¹⁶¹ UN WOMEN. *Annual report UN Women. 2012-2013*. Disponível em <<http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2013/6/unwomen-annualreport2012-2013-en%20pdf.pdf>>. Acesso em 23/05/17.

¹⁶² Report on the application of the EU Charter of Fundamental Rights, 2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/newsroom/just/item-detail.cfm?item_id=59189>. Acesso em 24/05/17.

identificação com o feminismo¹⁶³, e na maioria das vezes informações equivocadas que correm risco de desvirtuar a natureza do movimento. Tanto é que frequentemente ouve-se comentários, advindos de homens e mulheres, que são infundados e pejorativos acerca dos seguidores do movimento e suas supostas ideologias, como o ódio aos homens, a superioridade feminina e até sobre a sexualidade das militantes.

Cabe, portanto, elucidar a base do conceito de feminismo, citando as principais correntes do movimento, para que a sociedade se informe sobre a proposta real do feminismo. De modo que possa efetivamente integrar as transformações propostas que envolvem, entre outros fins, a equidade de gênero, melhoria da condição socioeconômica e cultural das mulheres, e a conscientização sobre a mudança do pensamento que ainda discrimina o gênero e marginaliza os direitos humanos das mulheres.

O dicionário de língua portuguesa define feminismo como a "doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade (...); teoria que sustenta a igualdade política, social e econômica de ambos os sexos"¹⁶⁴. Apesar de conciso, o conceito, aponta elementos substanciais presentes em todas as correntes do movimento, que mesmo divergindo em posicionamentos políticos e meios de alcance dos seus objetivos, convergem para o mesmo propósito, de equidade e de não discriminação da mulher.

Para muitos estudiosos, o Feminismo moderno começou a se formar a partir da Revolução Francesa, através da contribuição de Olympe de Gouges, com a já citada Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e que incluía uma proposta de Contrato social entre os sexos. As tentativas anteriores de levar o assunto à discussão, giram em torno de textos acerca da situação de inferioridade da mulher¹⁶⁵.

Também contribuíram para a construção do conceito de feminismo Nicolas Condorcet, com o escrito "*Sur l'Admission de femmes au droit de l'homme*" de 1790¹⁶⁶ e Mary Wollstonecraft, com a "*Vindication of the rights of women*" de 1792¹⁶⁷. Condorcet, numa concepção avançada para a época, afirma que o poder do hábito familiariza as pessoas à

¹⁶³ "O feminismo, hoje, ora é mencionado como um fenômeno ou movimento inequivocadamente datado, ora surge associado a actividades de movimentos extremistas radicais (como o Femen, por exemplo, em tempos mais recentes)". CALHEIROS, Clara. *Gênero e igualdade: há um futuro para o feminismo?* In: Scientia Iuridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro. Setembro-Dezembro 2013. Tomo LXII. Número 333, p. 489.

¹⁶⁴ Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1ª Edição. Objetiva: Rio de Janeiro, 2009. p. 885.

¹⁶⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª edição. Volume 1. Editora UNB: Cidade, 1998, p.487.

¹⁶⁶ CONDORCET, Nicolas. *Sur l'Admission de femmes au droit de l'homme*. 1790. Disponível em: <<https://fr.slideshare.net/Museu-Bertha/sur-ladmission-des-femmes-au-droit-de-cit-condorcet-1790>>. Acesso em 25/04/17.

¹⁶⁷ WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication of the rights of women*. 1792. Disponível em: <<http://pinkmonkey.com/dl/library1/vindicat.pdf>>. Acesso em 25/04/17.

violação dos seus direitos naturais, a ponto de metade da população, que é constituída por mulheres, ser privada de contribuir para a formação do direito e participação na cidadania, tendo violado seu direito à igualdade. Sobre a suposta inferioridade intelectual da mulher e pouca participação nas descobertas científicas, artes e literatura, o filósofo e matemático francês atribui à diferença ao acesso à educação, dado aos sexos de maneira diferenciada e não a uma superioridade masculina.

Durante a Revolução Industrial, a participação da mulher na produção foi acentuada. A miséria levava as crianças e mulheres a aceitarem os baixos salários pagos pela indústria em crescimento. As remunerações delas, em comparação aos dos homens incentivaram os empresários a contratar essa mão-de-obra barata e igualmente produtiva. Nesse momento, as reivindicações feministas saem do plano teórico, encontrando critérios econômicos que justificam sua luta e preocupando a classe operária masculina, que passa a encará-las como perigosas concorrentes¹⁶⁸.

O novo movimento feminista nasceu nos Estados Unidos em meados dos anos 1960 e fez surgir ao longo das décadas seguintes várias teorias que visam a emancipação feminina, vindicando a igualdade jurídica, política e econômica entre os sexos. Acerca do seu significado mais genérico, o “feminismo como denúncia da opressão da mulher, como recusa do conceito de desigualdade natural, e, portanto, de inferioridade, como visão conflituosa da relação entre os sexos e como reivindicação de igualdade, revelou-se, no decorrer dos tempos de formas variadas, todas elas estreitamente dependentes da sociedade onde tiveram origem¹⁶⁹ e da condição histórica das mulheres”¹⁷⁰.

O feminismo nos Estados Unidos e na Inglaterra, países onde o movimento teve maior representatividade, baseiam seu poder retórico no modelo de patriarcado, onde as mulheres estão numa posição de subordinação aos homens, desprovidas de poder, excluídas da participação plena na sociedade¹⁷¹. Dentre as ideias feministas, estão a aspiração à ruptura total

¹⁶⁸ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo: fatos e mitos*. 4ª Edição. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1970, p.17.

¹⁶⁹ Nesse sentido "*las desventajas físicas, económicas, legales o educativas siempre tienen un carácter específico en cada cultura, pero el hecho de la subordinación trasciende lugar y tiempo, de igual manera que lo hace el género de los oprimidos*". ARMSTRONG, Nancy. *Occidentalismo: una cuestión para el feminismo internacional*. In: COLAIZZI, Giulia. *Feminismo y Teoría del discurso*. Madrid: Catedra Teorema, 1990, p. 34-35.

¹⁷⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª edição. Volume 1. Editora UNB: Cidade, 1998, p.486.

¹⁷¹ ARMSTRONG, Nancy. *Occidentalismo: una cuestión para el feminismo internacional*. In: COLAIZZI, Giulia. *Feminismo y Teoría del discurso*. Madrid: Catedra Teorema, 1990, p. 34-35.

com o pensamento tradicional “anti-mulher” para desconstruir os dogmas de inferioridade feminina, transformando a situação da mulher na sociedade¹⁷².

O pensamento feminista critica também a representação da mulher ao longo da história, a visão religiosa que assenta na ideia de assistência e submissão ao homem, condicionando-a primordialmente à maternidade que a biologia impõe ou de defini-la a partir do referencial masculino, como se ele fosse o parâmetro de normalidade¹⁷³.

O feminismo reivindica liberdade e igualdade, para consolidação da igualdade material, já que a igualdade formal não havia trazido grandes transformações na situação social das mulheres, principalmente em âmbito laboral e na questão da violência de gênero¹⁷⁴. As feministas dessa década, trouxeram movimentos políticos mais racionalistas (feminismo liberal¹⁷⁵ e feminismo marxista¹⁷⁶), se comparadas às suas antecessoras no século XIX na França e no início do século XX, que focavam em evidenciar as diferenças entre homens e mulheres. Aquelas, prezam por frisar as semelhanças na busca pela igualdade¹⁷⁷.

Apesar das divergências nas teorias que residem na ótica acerca das diferenças entre os sexos/gêneros e a inclinação política, seu ponto em comum é o foco na libertação feminina. A maneira de perseguir esse objetivo difere entre as teorias feministas liberais e o feminismo da diferença, que inclui o feminismo cultural, radical e pós-moderno¹⁷⁸.

¹⁷² CALHEIROS, Clara. *Género e igualdade: há um futuro para o feminismo?* In: Scientia Iuridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro. Setembro-Dezembro 2013. Tomo LXII. Número 333, p. 492.

¹⁷³ CALHEIROS, Clara. *Género e igualdade: há um futuro para o feminismo?* In: Scientia Iuridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro. Setembro-Dezembro 2013. Tomo LXII. Número 333, p. 492-493.

¹⁷⁴ CALHEIROS, Clara. *Género e igualdade: há um futuro para o feminismo?* In: Scientia Iuridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro. Setembro-Dezembro 2013. Tomo LXII. Número 333, p. 493-495.

¹⁷⁵ "Os liberais afirmam que a situação inferior da mulher é fruto da irracionalidade da sociedade: não porque as mulheres sejam diferentes dos homens (ou melhores do que eles), mas porque entre os sexos existe, realmente, uma semelhança fundamental que a sociedade ignora, em seu prejuízo, e se traduz em perda de recursos e em soluções impraticáveis". DAHL, ToveStang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993, p. 14.

¹⁷⁶ "Os marxistas consideram o capitalismo um sistema essencialmente opressor, tanto das mulheres como dos homens e, embora na realidade eles sejam iguais, acabam por se tornar diferentes devido à <<dupla opressão>> a que as mulheres estão sujeitas. Ou seja, para além da opressão geral que também afecta os homens, as mulheres são especialmente oprimidas por um mercado de trabalho que discrimina os sexos, utilizando as mulheres como mão-de-obra barata e de reserva, sem atender às necessidades sociais de direitos específicos para as mulheres, relativamente à gravidez e à maternidade". DAHL, ToveStang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993, p. 14.

¹⁷⁷ DAHL, ToveStang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993, p. 13.

¹⁷⁸ CALHEIROS, Clara. *Género e igualdade: há um futuro para o feminismo?* In: Scientia Iuridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro. Setembro-Dezembro 2013. Tomo LXII. Número 333, p. 492-493. p. 496.

Por um lado, "o feminismo liberal assume a irrelevância das diferenças de sexo/gênero e pede pelo igual tratamento entre mulheres e homens"¹⁷⁹. Considera a sub-representação feminina na vida pública uma forma central de opressão, que pode ser sanada através do tratamento igualitário¹⁸⁰. Nesse sentido, entende-se que o feminismo liberal associa suas concepções de desigualdade de gênero aos comportamentos sociais e culturais "as feministas liberais, por exemplo, preocupam-se com o sexismo e a discriminação das mulheres no local de trabalho, nas instituições educativas e nos meios de comunicação. Tendem a concentrar as suas energias no estabelecimento da igualdade de oportunidades para as mulheres através da legislação e de outros meios democráticos"¹⁸¹.

Já o feminismo da diferença critica a individualização abstrata do indivíduo, a proposição que coloca o humano como um ser sem gênero ou raça, afirmando que a universalidade não pode ser alcançada sem que seja dispensada atenção às diferenças. Todas as correntes dentro da teoria das diferenças colaboraram, de alguma maneira para que os direitos humanos trouxessem mais inclusão¹⁸². Nesse sentido, é importante comentar os feminismos de oposição ao liberal para que se perceba as diferenças.

O feminismo cultural surgiu no fim dos anos 1970 e foca nas diferenças de sexo/gênero, como fator social determinante para o tratamento dispensado a homens e mulheres, buscando reconhecimento e reavaliação das diferenças das mulheres. "Eles apelam à revalorização da <<ética do cuidado>>, uma ética que representa uma abordagem relacional e contextual dos problemas morais que valoriza o cuidado e a empatia, que essas feministas associam às mulheres"¹⁸³.

As feministas culturais propõem que a liberdade que os direitos humanos devem promover não é uma liberdade no sentido da não interferência de outros, mas sim, numa associação sem dominação e violência, pois a liberdade não existe sem que haja interação com outros. Quanto ao tratamento, defendem que a equidade de gênero não dimana de um tratamento igual, mas diferente para homens e mulheres¹⁸⁴.

¹⁷⁹ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 264-265.

¹⁸⁰ ORTIZ, Daniel R. *Feminisms and the family*. Harvard Journal of Law & Public Policy, Vol. 18, Issue 2 (Spring 1995), p. 524.

¹⁸¹ GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Ed. Trad. FIGUEIREDO, Alexandra [et all]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 116-117.

¹⁸² RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 265.

¹⁸³ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 265.

¹⁸⁴ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 266.

O feminismo radical¹⁸⁵ surgiu nos anos 1970, e defende que a opressão feminina resulta dos papéis sociais atribuídos aos gêneros, assim como o controle dos corpos, da sexualidade e reprodução das mulheres pelos homens representa o instrumento central da dominação masculina. Além da repressão à homossexualidade. Argumentando que as mulheres não alcançaram ainda autonomia e liberdade, tendo em vista as inúmeras violações à sua integridade física e sexual, focam sua preocupação na exploração sexual e estupro. Sua luta por acesso a meios contraceptivos e aborto virou sinônimo do feminismo euro-americano dos anos 70¹⁸⁶.

Propõe ainda que, mais relevante que as diferenças, é a distribuição de poder entre homens e mulheres e a reestruturação das questões de foro público e privado, para que haja obrigações positivas dos Estados em promover igualdade e liberdade para as mulheres, assegurando punição para a violência de gênero¹⁸⁷.

O feminismo pós-moderno ou interseccional, surgiu no final do século XX em resposta a necessidade de novos prismas jurisprudenciais, nomeadamente quanto a teoria crítica da raça, jurisprudência lésbica e pós-colonial e teorias pós-modernas¹⁸⁸. As feministas dessa era criticam a afirmação de que existe uma teoria única que possa explicar a posição das mulheres na sociedade e a desigualdade de gênero¹⁸⁹ explicada pelas noções de patriarcado ou papéis sociais.

Na luta pela igualdade de gênero o movimento feminista como um todo esteve presente nas discussões, influenciando a elaboração dos documentos de direito internacional em favor das mulheres. Diante de todas as reivindicações, o Direito precisou submeter-se à perspectiva feminista e analisar continuamente disciplinas de todas as áreas do mundo jurídico onde há

¹⁸⁵ “O feminismo radical assenta na crença de que os homens são responsáveis pela exploração das mulheres e beneficiam desse facto. A análise do patriarcado - o domínio sistemático dos homens sobre as mulheres - é a questão principal para este ramo do feminismo”. GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Ed. Trad. FIGUEIREDO, Alexandra [et all]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 117.

¹⁸⁶ REILLY, Niamh. *Women's Human Rights*. Polity Press: Cambridge, 2009, p. 70.

¹⁸⁷ “The focus of radical feminists on male dominance over women (rather than sex difference per se), and the exploration of the role of law in maintaining it, has brought significant advances to both feminism and human rights”. RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p 267.

¹⁸⁸ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 268.

¹⁸⁹ “Os sociólogos definem a desigualdade de género como a diferença de estatuto, poder e prestígio que as mulheres e os homens adquirem em grupos, colectividades e sociedades. Ao reflectir sobre a desigualdade de género entre homens e mulheres, é possível colocar as seguintes questões: as mulheres e os homens têm o mesmo acesso a recursos societários valorizados - por exemplo, alimentação, salário, poder e tempo? Em segundo lugar, as mulheres e os homens têm opções de vida semelhantes? Os papéis e as actividades das mulheres e dos homens são valorizados de forma idêntica?”. Como a resposta a quase todas essas perguntas é negativa, fica claro que a desigualdade de gênero, mesmo havendo diminuído nas últimas décadas ainda está longe de ser alcançada. GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Ed. Trad. FIGUEIREDO, Alexandra [et all]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. p. 115.

desigualdade e discriminação e onde é necessária sua interferência para alcançar a justiça e a igualdade formal e material.

Nesse sentido, “a adoção da estratégia da perspectiva de gênero supõe um passo a mais na consecução da igualdade de gênero. Se antes se tratava de estabelecer políticas públicas setoriais para conseguir a igualdade material ou de fato entre mulheres e homens (medidas de ação positiva), agora se trata de uma estratégia global, que tem implicação e todas e em cada uma das políticas públicas para comprovar qual é sua incidência real nas relações entre homens e mulheres e se tendem realmente à consecução da igualdade de fato e em que medida”¹⁹⁰.

No que concerne à União Europeia, a perspectiva de gênero foi incorporada aos Tratados, o que se reflete na nova redação do artigo 8º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE)¹⁹¹ que estabelece que “em todas as suas ações, A União se fixará ao objetivo de eliminar as desigualdades entre o homem e a mulher e promover sua igualdade”¹⁹². Contudo, o objetivo de inclusão, não foi ainda alcançado. Apesar dos avanços trazidos com a positivação dos direitos¹⁹³ e colocação da questão de gênero em perspectiva e discussão internacional, as questões de direitos públicos e privados ainda marginalizam a mulher, no sentido de que não alcançam a proteção necessária e urgente¹⁹⁴.

No tocante aos direitos humanos, o feminismo censura a visão universalista do homem que desconsidera as diferenças de sexo/gênero existentes, pois isso resulta num menosprezo às violações dos direitos humanos das mulheres, que são, na maioria das vezes específicas do sexo, a exemplo das torturas que acontecem quando a mulher está sob custódia prisional, frequentemente convertidas em abuso sexual. A própria violência sexual, doméstica, tráfico

¹⁹⁰ CUENCA, Encarna Carmona. *La igualdad de Género em el Tribunal Europeo de Derechos Humanos: un reconocimiento tardío con relación al Tribunal de Justicia de la Unión Europea*. In: Revista Española de Derecho Constitucional, n. 104, año 35. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madrid, Mayo/Agosto 2015, p. 301.

¹⁹¹ CUENCA, Encarna Carmona. *La igualdad de Género em el Tribunal Europeo de Derechos Humanos: un reconocimiento tardío con relación al Tribunal de Justicia de la Unión Europea*. In: Revista Española de Derecho Constitucional, n. 104, año 35. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madrid, Mayo/Agosto 2015, p. 301.

¹⁹² UNIÃO EUROPEIA. *Tratado de Funcionamento da União Europeia*. Versão Consolidada. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:12012E/TXT>>. Acesso em 31/05/17.

¹⁹³ “Os instrumentos para a proteção e a expansão dos direitos das mulheres se ampliaram historicamente por meio da ratificação de tratados internacionais, planos, acordos, ou protocolos, e isso se deve ao empenho e à mobilização de movimentos de mulheres e feministas”. LAGE, Fernanda de Carvalho; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. *O Feminismo pós-moderno, a equidade de gênero e a condição de agente da mulher*. p. 2. Disponível em: < <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=dbe2ec22cee2bf46>>. Acesso em 23/05/17.

¹⁹⁴ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 275/276.

humano e mutilação genital, todas relacionadas ao gênero. Tais violações podem ainda ser agravadas por situações de multidiscriminação, a saber, raça, religião e orientação sexual¹⁹⁵.

Feminismo e direitos humanos apresentam similitudes, quanto aos ideais de transformação social e política continuada e na ênfase sobre o conceito de poder e sua influência nas relações sociais¹⁹⁶. Pode-se assumir que a situação de desvantagem da mulher ainda é notória, pois, partindo do princípio liberal de que todos devem ter acesso à educação e a assumir posições importantes, de liderança com base no mérito pessoal, a falta de representatividade feminina evidencia a injustiça ao gênero e demanda ações de mudança da posição "tradicional" da mulher¹⁹⁷.

O tratamento inclusivo dispensado pelos direitos humanos engloba percepções feministas diferenciadas. Em comum com o feminismo radical tem o reconhecimento da natureza universal e sistêmica da dominação masculina, que perpetua a violência, restrição de direitos e discriminação contra a mulher. Com o feminismo de diversidade, compartilha da ideia de as experiências de dominação masculina a que estão sujeitas as mulheres são diferentes e sensíveis à discriminação em diversos domínios¹⁹⁸.

Uma das críticas das feministas gira em torno da interpretação acerca da integridade física da mulher, que os direitos humanos entendem como parte dos direitos civis e políticos, intimamente ligado ao direito à vida, segurança, liberdade e de não submissão a tortura. Para as feministas, o conceito é alargado pela perspectiva de agressões físicas invasivas como violações de direitos humanos, normalmente centradas em abuso sexual e controle reprodutivo e sexual¹⁹⁹. Perspectiva que põe em causa o pensamento tradicional, desmistificando esfera pública e privada.

Para que haja diminuição da violência de gênero e maior reconhecimento e efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, é preciso que os Direitos Humanos aceitem a “natureza relacional” e a “relevância da diferença”. Outrossim, o conceito de igualdade deve ser revisto

¹⁹⁵ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 240.

¹⁹⁶ PALMER, Stephanie. *Feminism and the Promise of Human Rights: Possibilities and Paradoxes*. In: JAMES, Susan; PALMER, Stephanie. *Visible Women - Essays on Feminism Legal Theory and Political Philosophy*. Portland: Hart Publishing, 2002, p. 91.

¹⁹⁷ RICHARDS, Janet Radcliffe. *Feminism and equality*. In: *Journal of Contemporary Legal Issues*, Vol. 9, 1998, p. 245.

¹⁹⁸ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 270-271.

¹⁹⁹ REILLY, Niamh. *Women's Human Rights*. Polity Press: Cambridge, 2009, p. 70.

sob a perspectiva do gênero e de outros grupos vulneráveis. Nesse sentido, cabe aos Estados utilizar-se de ações que finem a desvantagem da mulher em plano público e privado²⁰⁰.

Esses dois grupos de direitos das mulheres tem sido o foco de discussões no movimento feminista e no campo de direitos humanos, principalmente, sobre a gama de direitos sexuais e reprodutivos e de proteção da violência contra a mulher demandam uma atenção especial por possuírem o número mais elevado de violações com base no gênero ao redor do mundo. Seja em âmbito regional ou universal, a violência de gênero representa o maior fator de vitimização e discriminação contra a mulher. Já os direitos sexuais e reprodutivos, entraram tardiamente no debate internacional e vem alcançando aos poucos status de direitos humanos.

Pode-se afirmar que as proposições feministas influenciaram, de certa maneira, as reflexões acerca dos direitos humanos, de forma a incluir os direitos das mulheres de modo mais efetivo. Apesar de tradicionalmente a questão da mulher não figurar como tema central de direitos humanos, mas periférico, as feministas reconhecem que estes podem viabilizar os objetivos do movimento, quais sejam, proteger e integrar direitos das mulheres, permitindo sua visibilidade no mundo jurídico²⁰¹. Nesse sentido, a inclusão da perspectiva de gênero nos instrumentos internacionais de proteção, como referido, fortalece a proteção feminina e corrobora com o alcance dos objetivos comuns do feminismo e dos direitos humanos que são a não discriminação e promoção da igualdade de fato entre homens e mulheres.

2.3 Direitos Sexuais e Reprodutivos

Uma questão relevante é a dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo, no que tange à escolha e vontade da mulher sobre a concepção e relações sexuais. O desrespeito desses direitos levou a integração dos direitos sexuais e reprodutivos na normativa internacional, que é relativamente recente em relação aos direitos das mulheres. É preciso compreender que a sexualidade da mulher sempre esteve ligada à condição biológica e natural da reprodução, além da repressão sexual historicamente construída. Transformar essa perspectiva e dotar a mulher de liberdade sobre o seu próprio corpo, sexualidade e escolha reprodutiva foi um processo social

²⁰⁰ RADACIC, Ivana. *Feminism and Human Rights: The Inclusive Approach to Interpreting International Human Rights Law*. UCL Jurisprudence Review, Vol. 14, Rev. 238 (2008), p. 275/276.

²⁰¹ PALMER, Stephanie. *Feminism and the Promise of Human Rights: Possibilities and Paradoxes*. In: JAMES, Susan; PALMER, Stephanie. *Visible Women - Essays on Feminism Legal Theory and Political Philosophy*. Portland: Hart Publishing, 2002, p. 92.

e jurídico de ruptura de concepções e reconhecimento de igualdade de direitos, que ainda está em via de desenvolvimento.

Durante a Conferência Internacional das Nações Unidas sobre população, em 1974, os debates sobre planejamento familiar, levaram a que constasse no plano de ação que a decisão sobre a quantidade de filhos e quando os ter, cabe aos casais²⁰². Contudo, o seu reconhecimento como direito humano veio com a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, do Cairo, em 1994²⁰³, quando, pela primeira vez, 184 Estados reconheceram que esses direitos integram o rol dos direitos humanos²⁰⁴. Contudo, esse reconhecimento está longe de ser aplicado na prática.

A Declaração e Plataforma de Pequim em 1995 deu continuidade às discussões acerca do tema, tendo sido o aborto amplamente discutido, por se tratar de questão de saúde pública, e “recomenda aos Estados que revisem suas leis internas sobre questão do aborto ilegal, visando evitar que as mulheres sejam punidas pela sua prática”²⁰⁵. Se reconheceu no parágrafo 96 que “os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência”²⁰⁶.

Além da igualdade entre mulheres e homens relativas às relações sexuais e à reprodução, mesmo sem status juridicamente vinculativos, as Declarações e os Programas e Plataformas de Ação de conferências internacionais, representam um “compromisso moral” dos Estados em promover as ações propostas²⁰⁷. A Plataforma de ação de Pequim também levantou a questão de que a violência contra a mulher é um fator agravante da saúde reprodutiva, mas, para decepção das perspectivas feministas não incluiu o acesso ao aborto legal e seguro como parte

²⁰² RAPOSO, Vera Lúcia. *O Direito à Imortalidade: o exercício de direitos reprodutivos mediante técnicas de reprodução assistida e o estatuto jurídico do embrião in vitro*. Coimbra: Almedina, 2014. p. 354.

²⁰³ SÉGUIN, Elida. *Direitos Sexuais como um Direito Humano*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. [et al] (org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premium, 2014, p. 249.

²⁰⁴ Reza o Princípio 4 que “o progresso na igualdade e equidade dos sexos, a emancipação da mulher, a eliminação de toda espécie de violência contra ela e a garantia de poder ela própria controlar sua fecundidade são pedras fundamentais de programas relacionados com população e desenvolvimento. Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena e igual participação da mulher na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional”. NAÇÕES UNIDAS. *Plataforma de Cairo. Relatório da Conferência Internacional Sobre a População e Desenvolvimento*. Cairo: 1994. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em 31/05/2017.

²⁰⁵ KNIPPEL, Edson Luz; NOGUEIRA, Maria Carolina de Assis. *Violência Doméstica – A Lei Maria da Penha e as Normas de Direitos Humanos no Plano Internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2010, p.35.

²⁰⁶ NAÇÕES UNIDAS. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em: < http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em 31/0/17.

²⁰⁷ MATTAR, Laura Davis. *Legal Recognition of Sexual Rights - A Comparative Analysis with Reproductive Rights* [article] *Sur - International Journal on Human Rights*, Vol. 8, 2008, p. 62.

do direito à saúde reprodutiva e também falhou em afirmar os direitos sexuais, incluindo a liberdade de expressão e orientação sexual.^{208 209}

Ademais a *International Planned Parenthood Federation* (IPPF) produziu a Carta dos Direitos Sexuais²¹⁰, na qual se baseia em direitos fundamentais presentes nos principais instrumentos de Direitos Humanos, acrescentando direitos que considera implícitos neles. De fato, é uma interpretação dos direitos humanos aplicados aos direitos sexuais e reprodutivos, visando o reconhecimento destes como direitos humanos²¹¹.

A Carta refere-se a princípios para justificar esse reconhecimento, como a sexualidade como parte integrante da personalidade; a não discriminação; a inerência da sexualidade ao ser humano, mesmo na escolha por reproduzir-se ou não; garantia de liberdade e proteção contra danos; a garantia de liberdade e sujeição apenas às limitações da lei; atenção especial aos menores de idade e a universalidade dos direitos sexuais²¹². A IPPF afirma que "os direitos sexuais são compostos por um conjunto de direitos relacionados à sexualidade que emanam dos direitos à liberdade, igualdade, privacidade, autonomia, integridade e dignidade de todas as pessoas, estando classificados em dez, os direitos sexuais, segundo a Carta²¹³.

Pode-se referir aos direitos sexuais de duas maneiras: em sentido positivo, que significa a liberdade de utilização das faculdades sexuais e em sentido negativo, ou seja, sob uma perspectiva defensiva, de se privar ou não se envolver em práticas sexuais involuntariamente. Nesse sentido, "a sexualidade deve ser entendida independentemente da reprodução, enquanto posição de equilíbrio e satisfação pessoal como direito fundamental autónomo". Contudo, alguns direitos figuram concomitantemente como sexuais e reprodutivos, a exemplo da utilização de contraceptivos. Os direitos reprodutivos, revestem-se de fundamentalidade e são

²⁰⁸ REILLY, Niamh. *Women's Human Rights*. Polity Press: Cambridge, 2009, p.86.

²⁰⁹ Sobre casos relacionados à orientação sexual, levados ao TEDH, cfr.: ECHR. *Factsheet: Sexual Orientation Issues*. 2017. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/FS_Sexual_orientation_ENG.pdf> Acesso em 13/05/17.

²¹⁰ IPPF. *Direitos Sexuais: uma declaração da IPPF*. 2008. Disponível em: http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/direitos_sexuais_ippf.pdf. Acesso em 08/05/17.

²¹¹ NEWMAN, Karen. *IPPF Charter on Sexual and Reproductive Rights*. (artigo) London, Medicine and Law, Vol. 18, Issue 2 (1999), p. 289.

²¹² IPPF. *Direitos Sexuais: uma declaração da IPPF*. 2008, p. V- VI. Disponível em: http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/direitos_sexuais_ippf.pdf. Acesso em 08/05/17.

²¹³ "Direito à igualdade, proteção igual perante a lei e liberdade de todas as formas de discriminação baseadas no sexo, sexualidade ou gênero; O direito de participação para todas as pessoas, independente do sexo, sexualidade ou gênero; Os direitos à vida, à liberdade, à segurança pessoal e à integridade física; Direito à privacidade; Direito à autonomia pessoal e reconhecimento perante a lei; Direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão; direito à associação; Direito à saúde e aos benefícios do progresso científico; Direito à educação e à informação; Direito de optar por casar ou não casar; constituir família; decidir ter ou não ter filhos, e como e quando tê-los; Direito de responsabilização e de reparação". IPPF. *Direitos Sexuais: uma declaração da IPPF*. 2008. Arts. 1-10. Disponível em: http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/direitos_sexuais_ippf.pdf. Acesso em 08/05/17.

inerentes a todas as pessoas, não apenas às mulheres, apesar de estas serem afetadas mais drasticamente em caso de violação desse direito²¹⁴.

Quanto ao reconhecimento dos direitos reprodutivos no ordenamento internacional, é vaga a abordagem, ou relacionada a direitos de saúde e de família. Os instrumentos internacionais juridicamente vinculativos não abordam o tema especificamente. Ficando sua referência restrita a documentos com status de *soft law*, como os supra referidos. Sem desmerecer a relevância destes para o debate e colocação do tema em análise em âmbito jurídico internacional, é preciso positivar os direitos sexuais e reprodutivos para que haja delimitação da sua efetividade e exigibilidade, vindo de fato a integrar o rol de direitos humanos e, conseqüentemente, melhorando a situação da mulher, mesmo que a sua efetividade não seja imediata, contribui para que aconteça.

Enquanto os direitos reprodutivos, que se referem, em suma, "ao direito de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e o momento de ter filhos e o direito de ter a informação e os meios para tomar essa decisão" possuem uma vaga proteção. Os direitos sexuais, traduzidos no exercício da sexualidade e a reprodução livre de discriminação, coerção e violência é praticamente esquecido por qualquer normativa²¹⁵. Tal situação demonstra o atraso social em relação aos direitos das mulheres.

Nesse sentido, assim como as decisões reprodutivas que envolvem o direito de escolha à maternidade e aos métodos contraceptivos, é dever do Estado, promover o acesso às informações e estrutura física de saúde em âmbito de planejamento familiar, como direitos das mulheres, para concretização do respeito à dignidade humana²¹⁶.

Se os direitos sexuais, como visto, pressupõem duas vertentes, positiva e negativa, aquela, voltada à liberdade sobre o próprio corpo e esta, acerca da não intervenção sexual de outros sem consentimento, o que caracteriza violência sexual, é claro que tais direitos são inerentes à pessoa e integram o rol de direitos humanos, mesmo porque o exercício da sexualidade representa consequências na saúde física e mental do ser humano.

As violações aos direitos sexuais se verificam a partir de milhões de casos de estupros e violência sexual que acontecem diariamente. Quando esses atos de violência recaem sobre as adolescentes, é comum que resulte em gravidez indesejada e, conseqüentes abortos

²¹⁴ RAPOSO, Vera Lúcia. *O Direito à Imortalidade: o exercício de direitos reprodutivos mediante técnicas de reprodução assistida e o estatuto jurídico do embrião in vitro*. Coimbra: Almedina, 2014, p. 123-125.

²¹⁵ MATTAR, Laura Davis. *Legal Recognition of Sexual Rights - A Comparative Analysis with Reproductive Rights* [article] *Sur - International Journal on Human Rights*, Vol. 8, 2008, p. 61.

²¹⁶ KNIPPEL, Edson Luz; NOGUEIRA, Maria Carolina de Assis. *Violência Doméstica – A Lei Maria da Penha e as Normas de Direitos Humanos no Plano Internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.p.33.

clandestinos. Somado a isto, práticas tradicionais como a poligamia e a violação conjugal podem aumentar o risco das mulheres de contrair doenças sexualmente transmissíveis.

Ademais, a vulnerabilidade socioeconômica das mulheres está ligada a um maior controle da sexualidade, inclusive nos rituais de mutilação genital feminina²¹⁷. O que significa que a violência e privação dos direitos sexuais e reprodutivos implicam em graves violações aos direitos humanos e demandam igual proteção no meio jurídico para alcance da igualdade na saúde reprodutiva e sexual, com acesso à educação, condições de trabalhos justas, planejamento familiar, tratamento de pessoas com HIV e assistência médica a mulher²¹⁸.

Nesse sentido, a Recomendação Geral, n. 24²¹⁹ sobre a saúde das Mulheres do comitê CEDAW interpreta o significado do art. 12 da Convenção das Mulheres, afirmando que os Estados devem eliminar a discriminação contra a mulher no acesso aos serviços de saúde durante toda a sua vida, em especial quanto à saúde reprodutiva, que inclui planejamento familiar, gravidez, parto e pós-parto.

A sexualidade é um direito de personalidade, do qual o desenvolvimento depende da satisfação de necessidades básicas, como a intimidade, prazer, expressão emocional, o que contribui para o bem-estar pessoal e social. "Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, dignidade e igualdade para todos os seres"²²⁰.

A saúde sexual resulta do respeito, reconhecimento e exercício dos direitos sexuais, nomeadamente, o direito à liberdade, autonomia, integridade, segurança, privacidade, livre associação, educação, além da escolha reprodutiva livre e responsável. Evidentemente respeitando o direito do próximo e excluindo todas as formas de "coerção, exploração e abuso em qualquer época ou situação de vida". A opção sexual também é integrante dos direitos sociais, já que é frequentemente motivo de discriminação, o que causa uma marginalização ao grupo, que pode ser considerado como minoria²²¹.

Como visto, os direitos sexuais e reprodutivos não alcançaram ainda o reconhecimento devido no campo dos direitos humanos, que acabam por referenciá-los mais como parte

²¹⁷ COOK, Rebecca J. *The interpretation and Application of Human Rights by Commonwealth Courts to Reproductive and Sexual Health*. *Commonwealth Law Bulletin*, Vol. 25, Issue 1 (Spring 1999), p.112.

²¹⁸ COOK, Rebecca J. *The interpretation and Application of Human Rights by Commonwealth Courts to Reproductive and Sexual Health*. *Commonwealth Law Bulletin*, Vol. 25, Issue 1 (Spring 1999), p.114.

²¹⁹ UNITED NATIONS. *General Recommendation CEDAW nº 24 de 1999*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT/CEDAW/GEC/4738&Lang=en>. Acesso em 31/05/17.

²²⁰ SÉGUIN, Elida. *Direitos Sexuais como um Direito Humano*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. [et al] (org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premius, 2014, p. 246-248.

²²¹ SÉGUIN, Elida. *Direitos Sexuais como um Direito Humano*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. [et al] (org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premius, 2014, p. 250-252.

integrante da saúde e não como direito humano propriamente dito. Após a declaração e plataforma de Ação de Pequim, encontros internacionais para verificar a eficácia do disposto da Declaração e complementar as discussões acerca dessa gama de direitos continuam acontecendo, mas até o momento, a questão sobre a legalização do aborto permanece ignorada pelas Nações Unidas.

Os direitos sexuais e reprodutivos, mais do que complementações do direito à saúde, integram a personalidade, liberdade e realização do humano enquanto ser social. As violações a esses direitos influenciam não só a vida da pessoa, mas da família, dos possíveis filhos e sua condição socioeconômica. O desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos também representam um tipo de violência, principalmente contra as mulheres e adolescentes, afetando seu direito à vida privada.

2.4 Violência de gênero: muito além da agressão física

A violência de gênero é considerada uma forma aguda de discriminação e atinge mulheres e crianças de todo o mundo, independentemente de classe social²²². É certo que em algumas sociedades o problema se agrava devido a desconsideração à legislação internacional, cultivo de práticas discriminatórias²²³ e nocivas, física e psicologicamente às mulheres, perpetuando sua posição de subalternidade frente ao homem. Em situação de desvantagem e vulnerabilidade, muitas sujeitam-se à opressão masculina de pais, maridos, irmãos, filhos, sofrendo abusos dos mais variados e dos quais, destaca-se nessa pesquisa, a violência física e sexual.

²²² Acerca do mito de que países menos desenvolvidos apresentam mais casos de violência contra as mulheres, *"this myth tries to dismiss gendered violence in this country as being less a problem compared to that in less modernized countries. The reality is that the United States has the highest levels of reported rape in the industrialized world. The rate is about 18 times higher than that in England and 9 times higher than that in Canada. Every six minutes a woman in this country is raped; every 18 seconds a woman is beaten, and every day four women are killed by their batterers. The rates of partner abuse tend to be high in other countries, but the rates in the United States are similar to many European countries. About 25 percent of women in the United States will experience abuse during their lifetime, which means about three million women are abused each year. Cultural differences may affect rates of reporting; therefore, actual rates in most countries can only be estimated"*. GROTHUES, Carol A.; MARMION, Shelly L. *Dismantling the Myths about Intimate Violence against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. *"Intimate" violence against women: when spouses, partners, or lovers attack*. Westport: Praeger, 2006, p.13-14.

²²³ *"It is not a new phenomenon, but in the contemporary world, gender violence is practiced under the guise of religious or cultural "law" and historical custom. In fact, much of Africa and Asia functioned under tribal law, which subsumed as "protection of women," the assumption that women's bodies are the encasement for family honor. This tribal or "customary" law is a direct outgrowth of a militaristic society that is patrilineal and patriarchic. There is only an eighth of a step from "Protection" to Control. And protection of women in this context is control as with other property."* FIELDS, Rona M. *Against Violence Against Women*. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p.1.

Ressalta-se que um dos fatores que mais contribuem com a violência contra a mulher é a falta de equidade entre os gêneros. Quando há uma divisão social, onde um grupo tem mais poder que o outro, os estereótipos negativos acerca do conjunto de pessoas menos favorecido ou vulnerável é evidenciado, fazendo com ambos os grupos acreditem na inferioridade deste. Associada à discriminação, a desigualdade produz condições favoráveis ao aumento da violência e exploração do conjunto não dominante²²⁴.

A Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres das Nações Unidas, de 1993 define violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada”²²⁵.

Apesar de não utilizar o termo violência doméstica propriamente dito, o texto refere-se a esta modalidade implicitamente, quando refere-se à ocorrência da violação em âmbito público ou privado. E estabelece as obrigações do Estado em prevenir e punir esse tipo de violação e compensar as vítimas²²⁶. A violência de gênero é voltada às pessoas em situação vulnerável por causa do seu gênero ou sexualidade e inclui, além da violência física e sexual²²⁷, o assédio sexual, pornografia, prostituição, infanticídio e mutilação genital femininas²²⁸.

Estima-se que mais de 100 milhões de mulheres e meninas são submetidas anualmente a algum tipo de mutilação genital. Prática comum em países da África, Ásia e oriente Médio, que promove o controle da sexualidade feminina, perpetuando sua sujeição. Devido a migração,

²²⁴ MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “Intimate” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.145.

²²⁵ NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres*. Art. 1. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm> . Acesso em 06/05/17.

²²⁶ REILLY, Niamh. *Women's Human Rights*. Polity Press: Cambridge, 2009, p. 82.

²²⁷ “Sexual abuse includes sadism and forcing a person to have sex when he or she does not want to; forcing a person to engage in sexual acts that he or she does not like or finds unpleasant, frightening, or violent; forcing a person to have sex with others or while others watch; or forcing a person into acts that make him or her feel sexually demeaned or violated. Sexual abuse may also include forcing a woman into reproductive decisions that are contrary to her wishes or forcing her to have sex without protection against disease or pregnancy.” NICHOLS, Brittney. *Violence against Women: the extent of the problem*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “Intimate” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.5.

²²⁸ MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “Intimate” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.145.

essa prática cultural e religiosa altamente nociva à saúde da mulher, tem sido introduzida também em parte da cultura ocidental²²⁹.

A mutilação genital feminina “é praticada de muitas formas, com níveis de gravidade variável, mas inclui frequentemente a remoção do clitóris e tecidos circundantes e a costura dos lábios externos da vagina, deixando apenas uma pequena abertura para a urina e fluxo menstrual. É frequentemente realizada em meninas como um rito de passagem, em condições brutais”²³⁰.

O ritual é realizado nas meninas sem a utilização de anestesia e realizada por pessoas sem conhecimentos médicos, utilizando materiais rudimentares e não esterilizados, além do dano irreversível à sexualidade feminina, pode causar diversas complicações que se estendem durante a vida, nomeadamente, infecções recorrentes, infertilidade e dificuldade no parto. É comum que na idade adulta, as mulheres submetidas à mutilação precisem ser cortadas novamente para que consigam ter relações sexuais ou parto natural. E mesmo após dar à luz, são costuradas para que voltem a ser “apertadas” para satisfação sexual do marido²³¹. A mutilação genital feminina é um exemplo claro de violência com base no gênero e as consequências que produz traduzem violações a vários direitos da mulher, diretos sexuais e reprodutivos, direito à igualdade, à integridade física e à vida.

É sabido que a violência contra a mulher é um fato histórico e recorrente, e, mesmo com a comunidade internacional voltada à discussão do tema e busca por maior proteção, nomeadamente através das Convenções Internacionais de proteção às mulheres, tem crescido o número de mortes pela honra, em várias sociedades, a exemplo da Turquia, principalmente nas zonas rurais. É preciso que a legislação internacional previna e puna as violações aos direitos humanos das mulheres. Somente quando as violações a esses Tratados possuem status criminal é que podem ser julgadas por tribunais internacionais, e, mesmo assim, os infratores se utilizam de meios de fuga e reivindicação de asilo para escapar ao julgamento²³².

²²⁹ MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “*Intimate*” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p. 147.

²³⁰ MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “*Intimate*” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.147.

²³¹ MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “*Intimate*” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.147.

²³² FIELDS, Rona M. *Against Violence Against Women*. Palgrave Macmillan: New York, 2013, p.9.

A violência sexual é outra forma de violação que se baseia no gênero. O estupro continua sendo perpetrado em situações de conflitos armados²³³ para humilhar, intimidar e aterrorizar os dominados. É utilizado como meio de tortura e também de “recompensa” para os soldados. Na Guerra do Congo²³⁴, tem sido utilizado para propagar a AIDS e dizimar a população²³⁵. O país enfrenta diferentes tipos de crises humanitárias em seu território, entretanto, a maior preocupação é a proteção de civis, especialmente mulheres e crianças.

A violência sexual contra a mulher é um tipo de dominação de gênero, que põe o masculino em posição de vantagem e direito não delegado sobre o corpo da mulher. O medo de quase toda mulher de ser estuprada é algo com o que tem-se que conviver todos os dias e durante toda sua vida, e se agrava quando situações de violência as alcançam, como assaltos, sequestros, situações de guerras, até mesmo limitando sua liberdade de locomoção e de como se vestir, temendo frequentar lugares que agravem sua vulnerabilidade. Diferentemente dos homens que dificilmente passarão a vida se preocupar que o abuso sexual lhes sobrevenha.

A vulnerabilidade da mulher jovem e das crianças do sexo feminino também as constitui como alvo mais fácil e provável do tráfico humano para escravidão sexual, chegando a representar 90% do tráfico de pessoas no mercado internacional. A prostituição forçada faz com que os sequestradores lucrem em média setenta e dois bilhões de dólares por ano com a prática. Gerando mais lucros do que o tráfico internacional de armas de fogo ou drogas²³⁶.

O artigo 4º da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos, determina que “tráfico de seres humanos designa o recrutamento, o transporte, a

²³³ “A violência sexual em tempos de guerra é muitas vezes perpetrada por forças armadas ou milícias, mas nem toda a violência contra as mulheres está ligada aos soldados. Frequentemente, civis, traficantes de sexo e até mesmo segurança local se aproveitam da falta de aplicação da lei dentro das zonas de combate, envolvendo-se em violência sexual por diversão, lucro ou vingança”. MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “*Intimate*” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.151. (tradução nossa)

²³⁴ “ABC News reported the widespread allegations of sexual exploitation and abuse of Congolese women, boys, and girls that have been made against the United Nations forces stationed in the Congo as peacekeepers. The range of abuse includes reported rapes of young girls by United Nations troops, an Internet pedophile ring run by a 151 Global Violence against Women senior United Nations official, and hundreds of underage girls having babies fathered and abandoned by United Nations soldiers. Ravaged by decades of civil war, the impoverished country of Congo has relied on United Nations protection and humanitarian aid”. MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “*Intimate*” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.151-152.

²³⁵ Nesse sentido, cfr. a primeira Comunicação (nº 227/99) entre estados levada à Comissão Africana de Direitos Humanos, na representação da República Democrática do Congo v. As Repúblicas do Burundi, Ruanda e Uganda, em 2003. Sobre violência sexual e transmissão sistemática do vírus da AIDS cometidos por oficiais as forças armadas contra meninas e mulheres congolesas. Communication 227/99 - D. R. Congo / Burundi, Rwanda and Uganda. Disponível em: <<http://www.lawschool.cornell.edu/womenandjustice/upload/DRC-v-Burundi-Rwanda-Uganda.pdf>>. Acesso em 04/10/15, p. 21.

²³⁶ MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “*Intimate*” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p. 152.

transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa com autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos”²³⁷.

Nesse sentido, é importante verificar o primeiro caso levado ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem acerca da matéria envolve uma multiplicidade de violações aos direitos humanos das mulheres, nomeadamente quanto à exploração sexual, tráfico de mulheres e violência. No caso *Rantsev c. República do Chipre e a Rússia*²³⁸ o Tribunal considerou violações ao art. 2º da Convenção Europeia sobre o direito à vida; ao art. 4º, quanto à proibição do trabalho forçado e 5º, sobre o direito à liberdade e segurança; além de citar disposições sobre o tráfico de pessoas, nomeadamente no art. 6º²³⁹ da CEDAW, e o Protocolo de Palermo. Além da Convenção para Supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição de outrem, estabelecendo pagamento de indenização ao pai da vítima.

A decisão ressaltou o debate acerca do nexó entre o tráfico de pessoas e a escravidão. Além de destacar as obrigações positivas dos estados em proteger seus nacionais quanto às violações de direitos humanos. Os fatos ocorridos neste caso refletem a discriminação de gênero, pois a prostituição forçada e tráfico são crimes predominantemente cometidos contra mulheres e meninas.

Em dados divulgados pela FRA, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, estima-se que no Continente, 13 milhões de mulheres sofreram violência física nos 12 meses anteriores às entrevistas realizadas, refletindo 7% das mulheres com idades entre os 18 e os 74 anos residentes na União. E que 3,7 milhões foram vítimas de violência sexual, o que corresponde a 2% das mulheres na faixa etária citada²⁴⁰.

²³⁷ CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos*. 2005. Disponível em: < http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIIPAG3_9_13.htm>. Acesso em 20/05/17.

²³⁸ *Rantsev c. Chipre e Rússia*, Caso no. 25965/04, decisão em 10/05/2010. Disponível em: < [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"appno":\["25965/04"\],"itemid":\["001-96549"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 20/05/17.

²³⁹ CEDAW. Art. 6º: “Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas, incluindo disposições legislativas, para suprimir todas as formas de tráfico das mulheres e de exploração da prostituição das mulheres”.

²⁴⁰ FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. p. 17. Disponível em: < <http://fra.europa.eu/pt>>. Acesso em 20/05/17.

A violência contra a mulher insere-se, como visto, numa conjuntura discriminatória em âmbito socioeconômico e cultural. Discriminações que culminam em diversos eventos prejudiciais à mulher, agravados por práticas de violência física, sexual e psicológica, propagadas historicamente na sociedade patriarcal, que inferioriza e subjuga o feminino em relação ao masculino²⁴¹. Essa violação aos direitos humanos tem base no gênero e sua posição desvantajosa socialmente construída e reflete um comportamento masculino de dominação que, muitas vezes tem lugar no ambiente familiar, onde incide a maior parte dos atos de violência contra a mulher.

2.4.1 Violência doméstica

A violência doméstica ou familiar²⁴² é o tipo mais recorrente de violência contra a mulher e outros grupos vulneráveis, como as crianças e idosos. O número de vítimas é bem maior do que apontam as estatísticas, pois esse tipo de violação, por ser perpetrada por membro familiar ou parceiro íntimo, gera maior intimidação, entre outras consequências. A vergonha ou ameaça, levam a redução do número de denúncias. A proteção contra a violência doméstica vem sendo discutida e assegurada aos poucos nos meios internos e supra-nacionais.

Durante muito tempo a violência familiar foi considerada, expressa ou implicitamente, justificada²⁴³. O tradicional poder marital permitia uma aceitação moral e legal da violência física e sexual contra a mulher, inclusive sobre a impunidade em casos feminicídio das que cometeram adultério²⁴⁴. O poder parental também presumia um controle absoluto do pai sobre

²⁴¹ ZEMUNER, Adiloar Franco. *Cidadania da Mulher – Um Direito em Construção*. In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira; RIBEIRO, Maria de Fátima. (Coord.) *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Estudos em homenagem à Professora Flávia Piovesan. Curitiba: Juruá, 2004, p. 19.

²⁴² “Domestic violence includes the repeated use of a number of tactics, including intimidation, threats, economic deprivation (controlling all money in the relationship and only providing necessary living expenses when one chooses to do so, usually when the partner is submissive and acting ‘appropriate’), isolation (keeping all friends and family members away), and psychological and sexual abuse. This abuse typically involves demeaning, destructive comments that crush self-esteem and any sense of self-confidence. When someone tells you constantly that you are ugly and stupid and no one else could possibly love you, you begin to believe it.” GROTHUES, Carol A.; MARMION, Shelly L. *Dismantling the Myths about Intimate Violence against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. “Intimate” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack. Westport: Praeger, 2006, p.9-10.

²⁴³ Nesse sentido, “O problema da violência doméstica ganhou atenção popular e acadêmica, durante a década de 70, em resultado do trabalho desenvolvido por grupos feministas nos centros de refúgio para mulheres maltratadas. Antes disso, a violência doméstica, bem como os maus-tratos às crianças eram fenômenos discretamente ignorados. Os estudos feministas sobre a violência doméstica chamaram a atenção para a prevalência e a severidade da violência dirigida contra as mulheres nas suas casas”. GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Ed. Trad. FIGUEIREDO, Alexandra [et al]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 196.

²⁴⁴ BELEZA, Tereza Pizarro. *Violência Doméstica*. In: Revista do CEJ. 1º Semestre 2008, número 8. ISSN: 1645-829X, p. 286.

as filhas, trazendo consequências graves para aquelas que escolhessem viver diferentemente do que o pai havia planejado. Muitas foram enviadas a conventos, manicômios ou até assassinadas quando se desviavam da função social e sexual a qual supostamente deveriam cumprir para encobrir a vergonha e preservar a honra familiar.

Em âmbito internacional, a *CEDAW*, junto com o respectivo Protocolo Opcional representa o conjunto de leis mais relevantes sobre proteção aos direitos das mulheres. Apesar de não se referir expressamente à violência, possivelmente porque na altura da sua aprovação em 1979, a discussão acerca do tema não havia alcançado suficiente relevância internacional, o Comitê *CEDAW* já se pronunciou, proibindo a violência de gênero nos termos da Convenção²⁴⁵.

A Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher, de 1993 não possui o mesmo efeito juridicamente vinculativo das Convenções, "mas dela se pode dizer não só que tem o estatuto de *soft law*²⁴⁶, mas também, porventura, que a matéria por ela coberta terá já atingido o estatuto de regras *ius cogens*, de Direito Internacional Comum"²⁴⁷. Algumas normas internacionais não vinculativas, especialmente as de direitos humanos tem uma relevância política grande, os Estados que se comprometem através delas, mesmo não tendo obrigação jurídica de cumprimento das obrigações, assume uma obrigação moral de fazer cumprir as normas estabelecidas. Essas normas com o passar do tempo, podem adquirir relevância jurídica como direito costumeiro²⁴⁸.

No âmbito regional Interamericano de enfrentamento da questão da violência de gênero, a Convenção de Belém do Pará, adotada em 1994 foi o primeiro tratado juridicamente vinculativo a dispor sobre esse tipo de violação de direitos humanos especificamente. O artigo 1 da Convenção ressalta que “entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”²⁴⁹.

²⁴⁵ BELEZA, Tereza Pizarro. *Violência Doméstica*. In: Revista do CEJ. 1º Semestre 2008, número 8. ISSN: 1645-829X, p. 284.

²⁴⁶ “A referência ao *soft law*, quase-direito, direito suave, normatividade não inteiramente vinculativa por oposição ao *hard law*, direito-direito sinaliza, de modo algo simbólico, a ruptura com um modelo basicamente dualista de fontes, inspirado pela vontade normativa dos Estados, de consentimento expresso (tratados) ou tácito (costume). Sob a égide deste modelo tradicional, o que não poderia ser considerado direito pertencia ao domínio da acção política”. DUARTE, Maria Luísa. *Direito Internacional Público e a ordem jurídica global do século XXI*. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 156.

²⁴⁷ BELEZA, Tereza Pizarro. *Violência Doméstica*. In: Revista do CEJ. 1º Semestre 2008, número 8. ISSN: 1645-829X, p. 285.

²⁴⁸ DUARTE, Maria Luísa. *Direito Internacional Público e a ordem jurídica global do século XXI*. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 157.

²⁴⁹ CIDH. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. 1994. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em 06/05/17.

O art. 2 complementa a definição, partilhando do entendimento de que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica, seja em âmbito doméstico ou público e cita como exemplos dessa violação o estupro, maus-tratos e abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local²⁵⁰.

A Convenção assegura ainda a igualdade de direitos civis e políticos e econômicos, sociais e culturais, elencando uma série de deveres dos Estados em prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, especialmente nos casos de multidiscriminação. Assegurando a qualquer pessoa ingressar com denúncias e queixas de violação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica representou um grande avanço dentro do contexto europeu. Também denominada Convenção de Istambul, foi adotada em 2011, pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa. Já a terminologia usada no nome da Convenção, revela a preocupação com a violência familiar, distinguindo violência contra a mulher de maneira geral e violência doméstica. Essa abordagem demonstra uma inovação, frente aos documentos anteriores que não explicitaram a violência doméstica, o que enfatiza o combate ao problema específico²⁵¹.

Nesse sentido, a Convenção define violência doméstica como “todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou econômica que ocorrem na família ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima”²⁵². Vale ressaltar que a violência econômica citada representa um fator adicional de controle e subjugação, especialmente no ambiente familiar, tendo em vista que este elemento pode contribuir para o aumento da dominação masculina, que, quando em posição econômica superior, gera uma dependência financeira, que inibe, muitas vezes, as denúncias de violência física, sexual e emocional.

Com relação a violência doméstica, a Convenção parece não excluir a possibilidade de a vítima ser homem. Apesar de todo o texto dispensar atenção especial à mulher, encoraja os Estados a zelar por todas as vítimas de violência doméstica. Nesse sentido, reforça esse

²⁵⁰ CIDH. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. 1994. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em 06/05/17.

²⁵¹ MCQUIGG, Ronagh. *A Contextual Analysis of the Council of Europe's Convention on Preventing and Combating Violence against Women*. International Human Rights Law Review, Vol. 1, Issue 2 (2012), p. 370.

²⁵² CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica*. Istambul: 2011. Art. 3. Disponível em: <<https://rm.coe.int/168046253d>>. Acesso em 07/05/17.

entendimento ao afirmar que “reconhecendo que a violência doméstica afeta as mulheres de forma desproporcional e que os homens também podem ser vítimas de violência doméstica”. E acrescenta que “as Partes são encorajadas a aplicar a presente Convenção a todas as vítimas de violência doméstica. Ao aplicarem o disposto na presente Convenção, as Partes deverão dar particular atenção às mulheres vítimas de violência de gênero”²⁵³.

Ratificando esta premissa, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem declarou, que *“the issue of domestic violence, which can take various forms ranging from physical to psychological violence or verbal abuse ... is a general problem which concerns all member States and which does not always surface since it often takes place within personal relationships or closed circuits and it is not only women who are affected. The [European] Court [of Human Rights] acknowledges that men may also be the victims of domestic violence and, indeed, that children, too, are often casualties of the phenomenon, whether directly or indirectly”*²⁵⁴.

O reconhecimento das ramificações da violência doméstica, incluindo a violência psicológica e da vitimização atinge tanto homens como mulheres e crianças é um aspecto inovador entre os sistemas de proteção regionais. A Convenção Interamericana, talvez por ser bem anterior à Europeia, não deixou margem para a vitimização do homem em casos de violência doméstica. Com o crescimento do número de casos contra o homem, é importante que se tenha abordado o problema num documento de tamanha relevância internacional. Mesmo porque, sabe-se que a violência doméstica atinge desproporcionalmente as mulheres, mas que estas não são vítimas exclusivas. O papel dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos é salvaguardar a pessoa, sem distinções. Nesse sentido, a Convenção europeia apresenta uma abordagem mais completa do tema.

A prevenção à violência e o processamento judicial dos agressores são os objetivos principais da Convenção que destaca ainda a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (art. 1º, b); a formação de um quadro global de ações protetivas e assistenciais às vítimas (art. 1º, c), seja através da adoção de medidas legislativas ou outras pertinentes pelos Estados Partes (art. 4º, 1) ou de abolição de leis discriminatórias (art. 4º, 2); estabelece as obrigações dos Estados e diligência devida (art. 5º); a disposição do art. 6º quanto

²⁵³ CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica*. Istambul: 2011. Art. 2, (2). Disponível em: <<https://rm.coe.int/168046253d>>. Acesso em 07/05/17.

²⁵⁴ *Opuz c. Turquia*, §132. Caso n. 33401/02, decisão em 09/06/2009. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{"itemid":\["003-2759276-3020932"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{)>. Acesso em 11/05/17.

à colocação da perspectiva de gênero nas políticas de igualdade também é relevante, como dito anteriormente para dar mais visibilidade à matéria²⁵⁵.

A obrigação disposta no art. 12º, 1, sobre a adoção de medidas que modifiquem padrões de comportamento discriminatório é das mais importantes e também das que mais encontram embaraços. Modificar o pensamento cultural de inferioridade da mulher e abolir costumes prejudiciais à igualdade de gênero é difícil de se concretizar, mas é possível, se houver comprometimento dos Estados em adotar políticas públicas de conscientização e se possível, adoção de normas de prevenção e punição a esses comportamentos²⁵⁶.

A Convenção é bem completa no que diz respeito às ações de apoio à vítima e de recursos civis que devem ser disponibilizados às vítimas contra o autor da infração. Expõe também as consequências civis do casamento forçado (art. 32); além de propor a criminalização de vários tipos de violações específicas de gênero, como a violência em todas as suas vertentes, a mutilação genital, feminina, o casamento forçado, a perseguição, aborto e esterilização forçados, instruindo os Estados a também punirem os cúmplices ou as tentativas de cometimento dessas infrações²⁵⁷.

A Convenção atribui importância especial ao princípio da responsabilidade do Estado no que diz respeito à violência contra as mulheres, propondo que sejam adotadas medidas legislativas ou outras que protejam os direitos de qualquer pessoa de viver sem violência e discriminação de qualquer natureza. Privando-se de perpetrar quaisquer atos de violência e incentivando a diligência devida aos casos de violações à Convenção realizados por entes não estatais²⁵⁸. O que também dispõe a Convenção Interamericana.

Acerca da referência que se faz à diligência devida, é importante ressaltar que "os princípios da responsabilidade do Estado e das obrigações positivas desempenharam um papel inestimável no reconhecimento da violência doméstica como sendo um problema de direitos

²⁵⁵ Cfr. CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica*. Istambul: 2011. Disponível em: < <https://rm.coe.int/168046253d> >. Acesso em 07/05/17.

²⁵⁶ Cfr. CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica*. Istambul: 2011. Disponível em: < <https://rm.coe.int/168046253d> >. Acesso em 07/05/17.

²⁵⁷ Cfr. CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica*. Istambul: 2011. Disponível em: < <https://rm.coe.int/168046253d> >. Acesso em 07/05/17.

²⁵⁸ Cfr. CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica*. Istambul: 2011. Art. 5º. Disponível em: < <https://rm.coe.int/168046253d> >. Acesso em 07/05/17.

humanos, e o conceito de diligência devida tem aumentado a influência sobre a jurisprudência em relação à violência doméstica e à violência contra as mulheres”²⁵⁹.

Os instrumentos regionais de proteção, têm sido utilizados pelas Cortes Internacionais e tem influenciado a adoção de normas internas de direito para proteção das mulheres. Dentre os casos de violência doméstica no qual se utilizou a Convenção de Belém do Pará destaca-se o caso *Maria da Penha c. Brasil*, que teve grande repercussão no país, quando da tentativa de homicídio por parte do marido da vítima, que resultou em paraplegia. Levado a julgamento por duas vezes, só foi preso 19 anos depois do crime. A história teve também visibilidade internacional, havendo denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil em 2001 ao pagamento de indenização e responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica, devido a demora de julgamento pelo Judiciário, recomendando a simplificação dos procedimentos judiciais penais com vista à redução do tempo processual²⁶⁰.

Nesse sentido o governo brasileiro, promulgou a lei 11.340/2006²⁶¹, conhecida como Lei Maria da Penha, que trata de mecanismos de coibição da violência doméstica contra a mulher, e, em 2015 entrou em vigor a lei 13.104/15²⁶², que alterou o código penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, o feminicídio, nomeadamente quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Demonstrando a preocupação dos legisladores em diminuir a violência e punir efetivamente os que cometem o crime, atendendo às recomendações da Corte Interamericana.

O § 2º-A foi acrescentado elucidando o sentido da expressão "razões da condição de sexo feminino", que ocorrerá em casos de violência doméstica e familiar e discriminação à condição de mulher. A lei acrescentou ainda o § 7º ao art. 121 do Código Penal estabelecendo causas de aumento de pena para o crime de feminicídio que ocorrerá de 1/3 até a metade se for praticado: durante a gravidez ou nos 3 meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; na presença de ascendente ou descendente da vítima. O art. 1º da Lei 8072/90 (Lei de crimes hediondos) também sofreu alteração, incluindo o feminicídio como modalidade de homicídio.

²⁵⁹ MCQUIGG, Ronagh. *A Contextual Analysis of the Council of Europe's Convention on Preventing and Combating Violence against Women*. International Human Rights Law Review, Vol. 1, Issue 2 (2012), p. 372.

²⁶⁰ DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: editora RT, 2007, p13 e 14.

²⁶¹ GOVERNO BRASILEIRO. *Lei Maria da Penha*. 2015. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em 07/05/17.

²⁶² BRASIL. Presidência da República. *Lei 13.104, de 9 de março de 2015*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em 23/07/15.

A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem acerca das obrigações positivas, influenciaram os julgados sobre violência doméstica. A jurisprudência sobre essa violação aos direitos humanos é mais recente, se comparada ao Sistema Interamericano, tendo sido considerada substancialmente após 2007²⁶³.

Havendo sido apresentadas as legislações gerais e específicas acerca dos direitos das mulheres e, tendo em vista todos os problemas apresentados, quanto às violações desses direitos e suas consequências para a vida, a liberdade, a saúde e a condição social e econômica da mulher, é importante analisar como o Tribunal Europeu de Direitos Humanos tem tratado as demandas nessa matéria, se tem utilizado de fato os tratados e outros documentos com status de *soft law* para garantir a proteção à mulher, no que se refere a sua competência de analisar alegadas violações a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Nesse sentido, passa-se a analisar no próximo capítulo os casos levados ao TEDH que envolvem questões de direitos das mulheres e violações com base no gênero, nomeadamente os que tiveram decisão definitiva proferida entre 2011 e 2015²⁶⁴, com ênfase aos casos de violência contra a mulher, direitos reprodutivos e discriminação.

²⁶³ MCQUIGG, Ronagh. *A Contextual Analysis of the Council of Europe's Convention on Preventing and Combating Violence against Women*. International Human Rights Law Review, Vol. 1, Issue 2 (2012), p. 374.

²⁶⁴ O corte metodológico adotado nessa pesquisa opta por analisar os casos julgados entre 2011 e 2015 para efeitos de verificação do grau de densificação dos direitos contidos na Convenção Europeia na jurisprudência do Tribunal.

3 A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS PARA GARANTIR OS DIREITOS DAS MULHERES

Neste capítulo passa-se a analisar os casos julgados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos entre 2011 e 2015 que dispõem sobre violações aos direitos das mulheres. Buscando analisar quais os direitos da Convenção Europeia que consagram a proteção à mulher, e também outros instrumentos de direito internacional que a Corte tem utilizado para salvaguardar esses direitos e liberdades, e seu grau de densificação no tocante ao gênero.

Serão enfatizadas as demandas relativas à discriminação e violência contra a mulher e aos direitos reprodutivos, pois constituem os tipos mais recorrentes de violações aos direitos da mulher na jurisprudência do Tribunal. Sem, contudo, deixar de referenciar os demais casos de violações de gênero sujeitos à apreciação do Tribunal no período em análise.

3.1 Casos julgados pelo TEDH: análise da violação de gênero

Várias demandas, relativas a violações aos direitos humanos das mulheres vem sendo apresentadas ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, tais como discriminações de gênero, violência contra a mulher, seja em âmbito público ou privado, direitos de personalidade, integridade física, escravidão, tráfico de pessoas, direitos reprodutivos e assédio sexual.

Neste tópico e sub tópicos passa-se a analisar os casos julgados entre 2011 e 2015, nomeadamente quanto aos direitos que foram violados, e quais as questões levantadas pela Corte nas suas decisões. Vale ressaltar que as sentenças da Corte, tem natureza jurídica vinculativa e obrigatória²⁶⁵.

O Tribunal possui natureza jurídica de órgão judicial de organização internacional²⁶⁶. Os princípios gerais de igualdade e não discriminação contidos na Convenção Europeia não configuram disposições autônomas, ficando sua aplicação sujeita a invocação conjunta com algum direito acolhido nos textos²⁶⁷.

Nesse sentido, no período em análise nessa pesquisa, trinta e sete casos que envolvem violações aos direitos das mulheres tiveram sentenças finais proferidas pelo Tribunal. Um

²⁶⁵ Art. 44; Art. 46 da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>>. Acesso em 11/05/17.

²⁶⁶ MESQUITA, Maria José Rangel de. *Justiça Internacional – Lições*. Parte I. Lisboa: AAFDL, 2010, p. 126-127.

²⁶⁷ PIRES, Maria José Morais. *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*. In: Separata do Boletim Documentação e Direito Comparado, n° 79/80. Lisboa: PGR, 1999, p.341.

quantitativo que varia de cinco a nove acórdãos anuais, conforme gráfico nº 1. Nesse período, diversos países foram demandados²⁶⁸, dentre os quais destacam-se com maior número de sentenças, a Moldávia, com sete casos, a Turquia e Eslováquia, com cinco e quatro casos respectivamente²⁶⁹. O gráfico n. 2 aponta o número de sentenças proferidas por países da União Europeia em matéria de violação aos direitos das mulheres. Os tipos de violação de gênero são variados, conforme aponta o gráfico n. 3, mas a questão da violência contra a mulher, incluindo a doméstica e sexual representam o maior número de ocorrências.

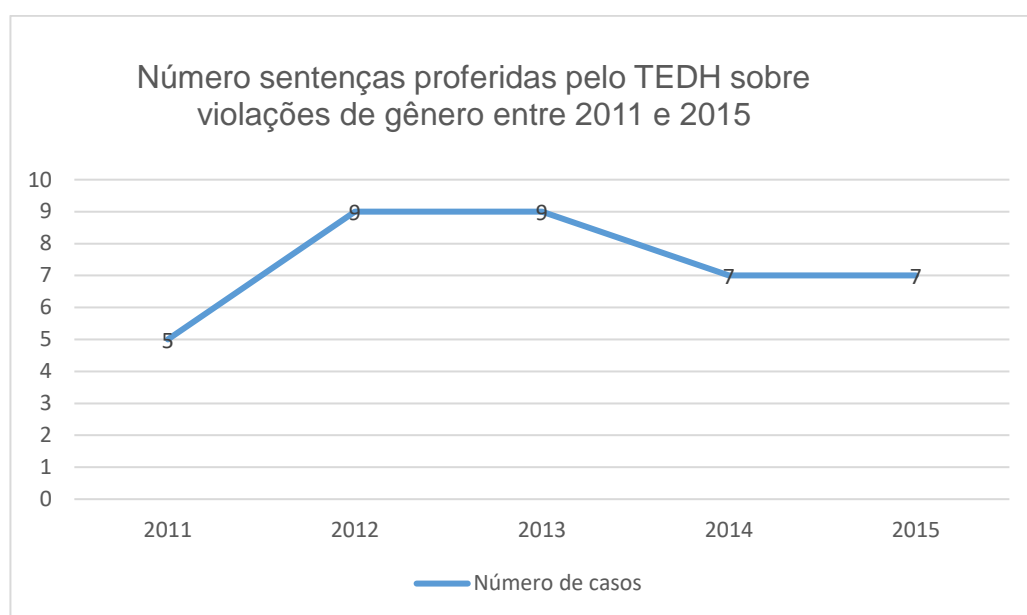


Gráfico n. 1: Número de sentenças proferidas pelo TEDH acerca das violações de gênero no período de 2011 a 2015. (Foram excluídas as sentenças sem decisão final, assim como as que foram rejeitadas por inadmissibilidade ou *strike out*.)
Fonte: dados da pesquisa²⁷⁰.

²⁶⁸ No período da análise em tela, 16 países foram demandados em sentenças definitivas do TEDH a respeito de alegadas violações aos direitos das mulheres, nomeadamente, a Turquia, Moldávia, Eslovênia, Croácia, Bulgária, Suécia, França, Espanha, Eslováquia, Hungria, Irlanda, Chipre, Itália, Romênia, Polônia e Letônia.

²⁶⁹ Cfr. gráfico n. 2. Quantitativo de casos de violações de gênero julgados pelo TEDH por países da União Europeia de 2011 a 2015.

²⁷⁰ Os casos analisados foram retirados da página eletrônica do TEDH. Disponível em: <http://echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=caselaw&c=#n14597620384884950241259_pointer>. Cfr. também: <http://www.echr.coe.int/Documents/FS_Gender_Equality_ENG.pdf>.

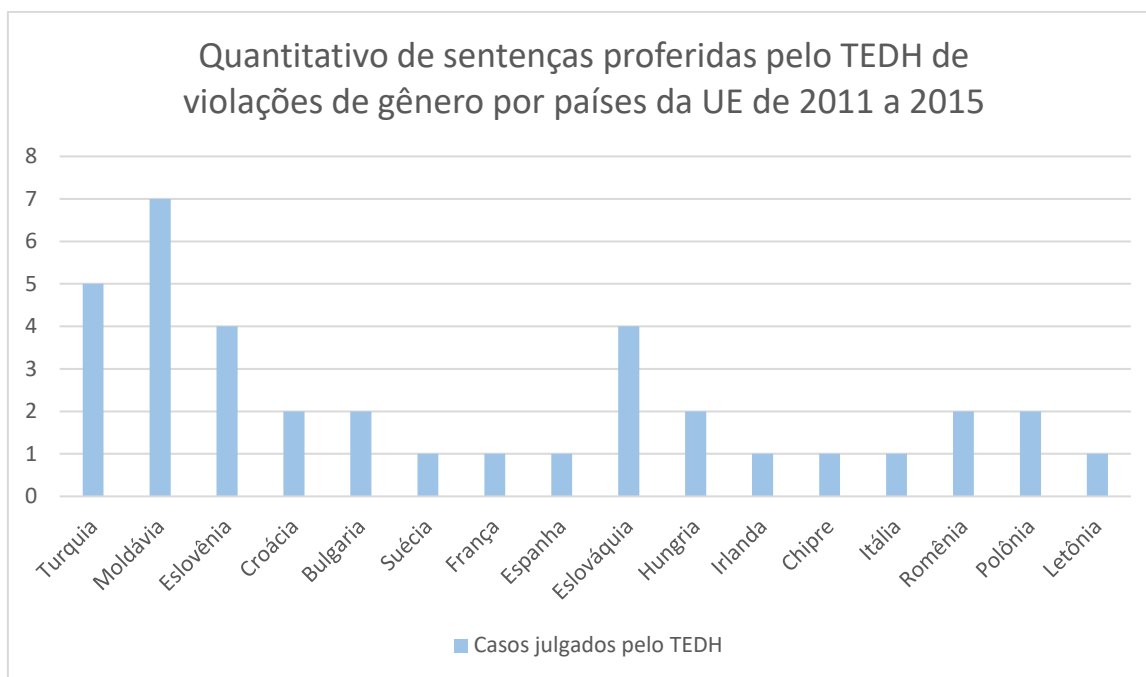


Gráfico n. 2: quantitativo de sentenças proferidas pelo TEDH por países da UE entre 2011 e 2015.
Fonte: dados da pesquisa.

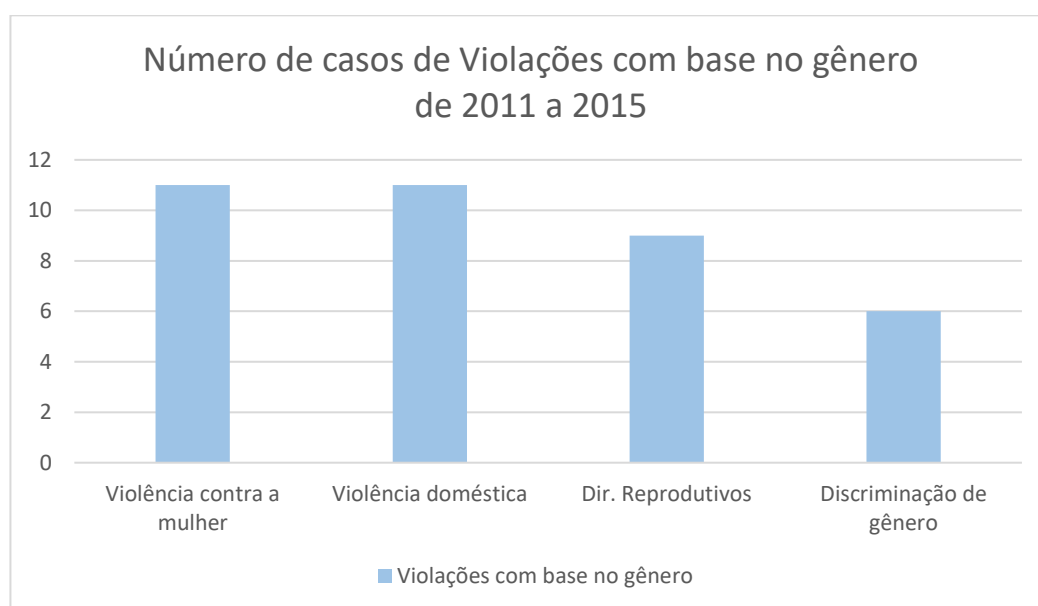


Gráfico n. 3: número de casos por tipo de violação aos direitos humanos das mulheres No TEDH entre 2011 e 2015.
Fonte: dados da pesquisa

Dos dados apresentados, é interessante notar que os Estados com maior número de ocorrências de alegadas violações aos direitos das mulheres, na grande maioria, passaram por conflitos internos culturais, sociais e políticos, como é o caso da Turquia, da Moldávia, Eslovênia e Eslováquia. É certo que condições sociopolíticas desfavoráveis afetam as relações

sociais e acentuam a desigualdade de poder entre os sexos, vulnerabilizando ainda mais os grupos menos favorecidos ou discriminados, podendo implicar em aumento da violência.

Tendo sido exposta a sintética análise quantitativa dos casos levados ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, a título informativo, passa-se a analisar qualitativamente as demandas de gênero mais recorrentes na Corte, nomeadamente, sobre a discriminação de gênero, direitos reprodutivos e violência contra a mulher, primeiro em âmbito público, seguida da violência doméstica.

3.1.1 Da discriminação de gênero

A discriminação baseada no sexo ou gênero é um problema recorrente que tem levado o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem a desenvolver uma jurisprudência considerável em matéria de igualdade de tratamento para efetivação dos Direitos Humanos. É sobre essa perspectiva que passa-se a analisar os seguintes casos, partindo do princípio de que a Corte tem corroborado com o entendimento do direito a não discriminação de gênero como direito humano.

No caso *Emel Boyraz c. Turquia*²⁷¹, que trata da discriminação de gênero no acesso ao serviço público. Uma mulher alegou ter sido impedida de assumir um cargo de segurança numa companhia estatal de energia elétrica, mesmo havendo passado em todos os exames admissionais. A reclamante foi dispensada, pela autoridade administrativa da empresa sob a justificativa de não ser homem e não ter completado o serviço militar. O Governo alegou, ainda, que as atividades que o cargo exigia não eram adequadas para o exercício das mulheres, tendo em vista que exigia deslocamento para áreas rurais e o uso de força física para proteção dos depósitos em caso de invasões ou incêndios no local de trabalho. Boyraz interpôs recurso junto ao Tribunal administrativo de Ankara para anulação da decisão, alegando que as especificações do cargo não continham a exigência de ser homem.

O Tribunal administrativo determinou que a exigência de ter completado os serviços militares era voltada aos homens, não havendo esse requisito para as mulheres. Levando a empresa a ingressar com recurso, julgado pelo Supremo Tribunal Administrativo que anulou o

²⁷¹ *Emel Boyraz c. Turquia*, Caso nº 61960/08, decisão em 2015. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"ecli":\["2014:1202JUD006196008"\],"itemid":\["001-148271"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{). Acesso em 14/05/17.

acórdão do Tribunal Administrativo de Ankara, declarando que a exigência relativa ao serviço militar demonstrou que o lugar em questão era reservado aos candidatos masculinos e este requisito era lícito tendo em conta a natureza do lugar e o interesse público.

Diante do impasse, Boyraz ingressou com reclamação junto ao TEDH, alegando violação ao art. 14²⁷² em conjunção com o art. 8²⁷³ da Convenção Europeia de Direitos Humanos, quanto à discriminação em razão do gênero por parte das Cortes nacionais. O problema jurídico do caso, portanto, gravita em torno da interferência estatal de forma discriminatória no gozo da liberdade e direito à vida privada, fazendo com que a Corte precisasse se manifestar acerca da alegada violação de direitos.

Em contrapartida, o Governo argumentou que a alegação de violação aos artigos 8º e 14º não se aplicavam, tendo em vista que o direito em questão se referia ao recrutamento como funcionário público, que não possui abrigo na Convenção, mantendo a posição de que a recusa em nomear funcionário público não representava violação à Convenção, podendo a recorrente ter assumido outros postos, que não o de segurança, se tivesse cumprido os requisitos necessários²⁷⁴. Boyraz respondeu que, em primeiro lugar, foi nomeada como segurança, sendo destituída posteriormente, e, que as decisões administrativas e judiciais a impossibilitaram de continuar perseguindo outro posto de trabalho.

A esse respeito o Tribunal se pronunciou, afirmando que de fato, o direito de recrutamento para a função pública foi omitido da Convenção, o que, impede a recusa de nomeação de funcionário servir de base a uma queixa nos termos da Convenção. Contudo, a questão jurídica a se analisar no caso, não diz respeito ao direito de nomeação, mas sim a diferença de tratamento em virtude do sexo²⁷⁵. Boyraz, foi aprovada e notificada da tomada de posse do posto de segurança e, posteriormente, destituída. O Tribunal referenciou os casos *Özpinar c. Turquia*, no. 20999/04, §§ 43-48, 19 outubro 2010; e *Oleksandr Volkov c. Ucrânia*, no. 21722/11, §§ 165-167, como precedentes do posicionamento de que o despedimento de

²⁷² Art. 14 da CEDH: “O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação”.

²⁷³ Art. 8º da CEDH: “1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência. 2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem - estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros”.

²⁷⁴ §38 do Acórdão *Emel Boyraz c. Turquia*, Caso nº61960/08, decisão em 2015.

²⁷⁵ Cfr. os precedentes *Glaserapp c. Alemanha*, 28 agosto 1986, § 52, Series A no. 104; e *Kosiek c. Alemanha*, 28 agosto 1986, § 38, Series A no. 105.

funcionário público constitui interferência no direito à vida privada, violando, portanto, o art. 8º da Convenção.

O Tribunal ressaltou que, no tocante à concepção de vida privada, o sexo é parte intrínseca da identidade pessoal. E que a demissão fundada no sexo culmina em impactos sobre a identidade da pessoa, seu autorrespeito e autopercepção, com reflexos na sua vida privada, familiar e emocional, já que a perda do emprego resulta em consequências para o bem-estar emocional e econômico da família.

Sendo assim, o Tribunal Europeu considerou como suporte legislativo internacional o art. 20 da Carta Social Europeia que diz respeito ao direito à igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e de profissão sem discriminação em razão do sexo e, também, o art. 11²⁷⁶, §1 da CEDAW, acerca do comprometimento dos Estados em eliminar a discriminação das mulheres em questões de emprego; ambos ratificados pela Turquia. Além de citar os artigos 10 e 70 da Constituição do país que garante a equidade entre homens e mulheres e o acesso ao serviço público levando em conta como fator de ingresso, as qualificações, apenas.

A Corte reconheceu a violação do artigo 14 da Convenção, em conjugação com o artigo 8, destacando o significado de discriminação: *“The Court reiterates that in order for an issue to arise under Article 14 there must be a difference in the treatment of persons in comparable situations. Such a difference of treatment is discriminatory if it has no objective and reasonable justification; in other words, if it does not pursue a legitimate aim or if there is not a reasonable relationship of proportionality between the means employed and the aim sought to be realised. The notion of discrimination within the meaning of Article 14 also includes cases where a person or group is treated, without proper justification, less favourably than another, even though the more favourable treatment is not called for by the Convention”*²⁷⁷.

Acrescentando que no caso em apreço, tanto as autoridades administrativas como o Supremo Tribunal Administrativo consideraram que o posto de agente de segurança na filial da empresa de energia era reservado aos homens e que, as mulheres não se adequavam ao cargo. O que aparenta a alegação de uma incapacidade da mulher em assumir as responsabilidades e riscos que o posto requeria, sem, contudo, uma explicação plausível das autoridades

²⁷⁶ Art. 11 da CEDAW: “Os Estados Partes comprometem-se a tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres no domínio do emprego com o fim de assegurar, com base na igualdade dos homens e das mulheres (...)”.

²⁷⁷ §50 do Acórdão do Caso *Emel Boyraz c. Turquia*.

administrativas e governo quanto à essa inaptidão. Sob a perspectiva do Tribunal, trata-se de uma clara "diferença de tratamento", em razão do sexo, entre pessoas em situação análoga²⁷⁸.

O Tribunal considerou também violação ao artigo 6º, nº 1²⁷⁹, devido à duração excessiva do processo e devido à ausência de fundamentação adequada nas decisões do Supremo Tribunal Administrativo, além de indenização.

Os argumentos utilizados pela Corte neste caso reiteram o entendimento de que a discriminação de gênero é violação aos Direitos Humanos e que afeta o direito à vida privada e familiar e a autoimagem da vítima, causando danos adversos à sua identidade pessoal. A referência à *CEDAW* como instrumento internacional de proteção às mulheres, também evidencia que o Tribunal tem atentado para os princípios norteadores dos direitos das mulheres.

No caso que se segue, foi levada ao Tribunal a apreciação sobre a proibição da utilização do véu completo de rosto em ambientes públicos na França. O uso do *niqab* ou da *burqa*, que são vestimentas que cobrem todo o rosto e o corpo das mulheres respectivamente, é tradição em parte da cultura e religião muçulmana. Não há ainda um consenso europeu quanto a essa proibição, apesar de vários Estados discutirem a matéria, até o momento, apenas a França, a Bélgica, a Holanda e a Bulgária utilizam o impedimento geral do uso da vestimenta em locais públicos.

O caso *S. A. S. c. França*²⁸⁰, julgado em 2014, concerne à proibição do uso do véu facial completo em locais públicos, introduzida pela Lei n. 2010-1192. A recorrente alegou que tal

²⁷⁸ §52 e 53 do Acórdão do Caso *Emel Boyraz c. Turquia*.

²⁷⁹ Art. 6º, 1 da CEDH: “1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa 10 11 sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a proteção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça”.

²⁸⁰ *S.A.S c. França*, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: <<http://www.equalrightstrust.org/ertdocumentbank/Court%20Watch%20-%20SAS%20v%20France.pdf>>. Acesso em 10/05/17.

impedimento implica em violação aos artigos 3º²⁸¹, 8º, 9º²⁸², 10º²⁸³ e 11º²⁸⁴ da Convenção, tomadas isoladamente e em conjugação com o 14º. Segundo a recorrente, de fé muçulmana, a utilização da *burqa* e do *niqab* são escolhas pessoais, devido a sua convicção religiosa e cultural, não representando imposição do marido ou nenhum outro membro da família. E que utilizava a vestimenta em público ou em ambiente privado quando escolhia fazê-lo, para o seu próprio bem-estar espiritual, a exceção dos momentos onde sua identidade precisava ser verificada, como controle de segurança em bancos, aeroportos, idas ao médico.

Antes da promulgação da Lei em questão, foi proposta a elaboração de um relatório sobre o uso do véu na França durante a Conferência dos Presidentes da Assembleia Nacional em 2009. O relatório, apresentado em 2010 continha informações históricas sobre o uso da vestimenta no país e em outros Estados europeus, suas motivações e implicações na vida em sociedade. Em parte, afirma que a utilização do véu, além de incompatível com o secularismo, representa uma violação ao princípio da liberdade e igualdade entre os sexos, uma vez que evidencia uma forma de submissão da mulher, concluindo que a negação do contato com o outro viola o princípio francês de convivência e fraternidade, “*le vivre ensemble*”.

Diante do relatório, a Comissão Nacional Consultiva de Direitos Humanos, apresentou opinião diversa, afirmando que não era favorável a uma lei de proibição geral e absoluta, tendo em vista que o princípio do secularismo não poderia embasar uma proibição geral, e que não

²⁸¹ Art. 3º da CEDH: “Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes”.

²⁸² Art. 9º da CEDH: “1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou coletivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos. 2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou coletivamente, não pode ser objeto de restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à proteção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à proteção dos direitos e liberdades de outrem”.

²⁸³ Art. 10 da CEDH: “1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia. 2. O exercício desta liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, a proteção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial”.

²⁸⁴ Art. 11 da CEDH: “1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses. 2. O exercício deste direito só pode ser objecto de restrições que, sendo previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros. O presente artigo não proíbe que sejam impostas restrições legítimas ao exercício destes direitos aos membros das forças armadas, da polícia ou da administração do Estado”.

caberia ao Estado determinar se a matéria está sob a égide religiosa. Acrescentando que tal medida poderia estigmatizar os muçulmanos, além de prejudicar as mulheres, que passariam a deixar de frequentar os ambientes públicos pela proibição do uso da vestimenta.

Após consultas jurídicas ao Conselho de Estado, a Assembleia Nacional elaborou uma resolução sobre a matéria, sublinhando o respeito aos valores da República, que estavam sendo minados pelo desenvolvimento de práticas radicais. Em 2010 o projeto de lei sobre a proibição da ocultação do rosto em locais públicos foi depositado, com apoio da Delegação da Assembleia Nacional dos direitos das mulheres e da igualdade de oportunidades e o Comitê Permanente de Legislação. A lei foi considerada compatível com a Constituição, pelo Conselho Constitucional e aprovada pela Assembleia Nacional em 13 de julho de 2010 com 335 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções, e no Senado em 14 de setembro de 2010, com 246 votos a favor e 1 abstenção, sendo promulgada em 11 de outubro de 2010.

São aspectos centrais na Lei 2010-1192 a proibição da utilização de vestimenta que cubra o rosto em todos os locais públicos, a exceção das autorizadas pela legislação, nomeadamente se justificada por questões de saúde ou profissionais ou em contexto de esportes, festas ou eventos tradicionais, sob pena de multa ou implicação penal²⁸⁵.

No caso, o Governo afirmou que a reclamante não havia esgotado as vias domésticas de solução de conflito e que não provou a utilização do véu antes da lei ou de que maneira a proibição do uso traria problemas para a sua vida, tendo em vista os critérios subjetivos que a mesma descreveu que a impulsionava a utilizar. O que foi contestado pela reclamante, que considerou imprópria a utilização de provas da sua religião e mesmo, de como poderia evidenciar isso. Outra questão em discussão entre as partes era a liberdade religiosa e de expressão. O Governo admitiu que a proibição poderia limitar a expressão religiosa, mas era necessária aos objetivos legítimos perseguidos para uma sociedade democrática. Dentre esses objetivos ressaltou a segurança pública e a convivência.

A reclamante contestou, afirmando que o Governo não atentou às particularidades culturais das minorias e que a exigência de mostrar o rosto para a boa convivência social não é absolutamente necessária tendo em vista que a comunicação visual não é a única forma de estabelecimento de contato. Além de contestar o argumento cujo uso do véu representava a posição subalterna da mulher em relação ao homem. Segundo ela, ao contrário, traduzia uma liberdade e desejo pessoal de cada mulher em fazê-lo e citou o Comentário Geral nº 28 do

²⁸⁵ Lei nº 2010-1192 da França, sessões de 1 a 3. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022911670&categorieLien=id>>. Acesso em 20/05/17.

Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas onde afirma que qualquer tipo de regulação quanto ao tipo de roupa que a mulher pode usar em locais públicos pode representar violação ao princípio da igualdade entre homens e mulheres.

O problema jurídico central dessa demanda é o direito à liberdade de expressão religiosa e discriminação, tendo em vista o argumento de que a utilização do véu geraria penalidades, discriminação e assédio, constituindo, segundo a reclamante, tratamento degradante. Quanto à discriminação, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, através da Resolução nº1743 de 2010, afirma que as comunidades muçulmanas devem abandonar a interpretação tradicional do Islã que discrimina o gênero, pela sua incompatibilidade com a dignidade humana e padrões democráticos. Pois mulheres e homens são iguais e merecem tratamento equitativo em todas as esferas. Observando que, o uso do véu completo simboliza essa diferença de tratamento, subjugação da mulher e limitações à sua interação na vida social e econômica.

Foram citados pela Corte como instrumentos internacionais relevantes na matéria: a Resolução 1743 de 2010 e a Recomendação 1927 de 2010 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e Ponto de Vista do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa²⁸⁶; o Comentário geral nº 22²⁸⁷ do Comitê de Direitos Humanos das nações Unidas; e, a situação em outros Estados europeus, nomeadamente quanto à Bélgica, Espanha e Holanda.

Algumas Organizações Não Governamentais²⁸⁸ manifestaram opiniões acerca da matéria. A anistia Internacional também se manifestou no caso, afirmando que o direito de vestir roupas com conotação religiosa, traduz-se em liberdade religiosa, e, está protegido pelo Pacto de Direitos Civis e Políticos e apelou ao Tribunal para levar em consideração os Comentários Gerais Nos. 22, 27 e 34 do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. Ademais observou que a proibição da lei pode gerar um efeito prejudicial no acesso ao trabalho, à educação e no direito à igual proteção da lei²⁸⁹.

²⁸⁶ S.A.S c. França, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, §35 a 37.

²⁸⁷ O Comentário Geral nº22 estabelece “13. [Regulations on clothing to be worn by women in public] may involve a violation of a number of rights guaranteed by the Covenant, such as: article 26, on non-discrimination; article 7, if corporal punishment is imposed in order to enforce such a regulation; article 9, when failure to comply with the regulation is punished by arrest; article 12, if liberty of movement is subject to such a constraint; article 17, which guarantees all persons the right to privacy without arbitrary or unlawful interference; articles 18 and 19, when women are subjected to clothing requirements that are not in keeping with their religion or their right of self-expression; and, lastly, article 27, when the clothing requirements conflict with the culture to which the woman can lay a claim”.

²⁸⁸ Cfr. opiniões das ONGs Amnesty International; Human Rights Centre of Ghent University; ARTICLE 19; Liberty e Open Society Justice Initiative. S.A.S c. França, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, §89 a 105.

²⁸⁹ S.A.S c. França, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, §90.

Nesse sentido, a Corte manifestou-se acerca das alegadas violações. Quanto ao artigo 3º, declarou que existe um nível mínimo²⁹⁰ de gravidade para concretização de maus tratos, o que a demanda não atinge, observando que a denúncia nos termos do presente artigo é manifestamente infundada, na acepção do artigo 35 § 3 (a) da Convenção, o que também significa que, como os fatos em causa não se inserem no âmbito do artigo 3, o artigo 14 da Convenção não pode ser invocada em conjunto com essa disposição²⁹¹.

Acerca da alegação de violação ao art. 11, associado ao 14, quanto à liberdade de associação, o Tribunal observou que a reclamante não indicou como a proibição da Lei violaria esse direito e geraria discriminação, portanto, considerou infundada a alegação.

No tocante aos artigos 8, 9 e, quanto à liberdade de religião e expressão, e o respeito pela vida privada, a Corte considerou, admissíveis as alegações e se pronunciou no sentido de que as escolhas quanto ao modo de se vestir, fazem parte da expressão da personalidade e, consequentemente no âmbito da vida privada. Sendo assim, uma interferência de autoridade pública nessa seara, em princípio, pode constituir interferência nesses direitos. Sendo o uso do véu, manifestação da fé religiosa, sua proibição também poderia suscitar a questão da limitação de liberdade religiosa. De acordo com o art. 9, §1, não pode haver restrições a esses direitos, que não as previstas em lei que sejam necessárias numa sociedade democrática.

Considerando que as limitações em causa estão prescritas nas Seções 1, 2 e 3 da lei de 2010, e que os objetivos a serem alcançados, de acordo com o Governo, são a segurança pública e o respeito pelo conjunto mínimo de valores²⁹² em uma sociedade aberta e democrática, o Tribunal observou que o § 2 dos artigos 8 e 9 não se referem expressamente ao segundo objetivo, mas sim ao primeiro. O Tribunal não se convenceu da alegação quanto a equidade entre homens e mulheres. Ressaltou que um Estado não pode, sob o argumento de equidade, proibir uma prática defendida pelas mulheres, como no caso em análise. O Tribunal observa que a vestimenta em questão “é a expressão de uma identidade cultural que contribui para o pluralismo inerente à democracia”²⁹³. E considera que sob certas circunstâncias, “*le vivre ensemble*”, pode ser ligado ao objetivo da proteção dos direitos de outrem, levando em conta a importância do rosto para a interação social.

²⁹⁰ Cfr. *Irlanda c. UK*, 18 de janeiro de 1978, § 162, Series A nº 25.

²⁹¹ *S.A.S c. França*, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, §70.

²⁹² Os valores alegados pelo Governo são o respeito pela igualdade entre homens e mulheres, pela dignidade humana e os requerimentos mínimos necessários à vida em sociedade. Estes últimos podendo ser compreendidos como proteção dos direitos e liberdades de terceiros, dispostos no § 2 dos artigos 8 e 9 da Convenção. *S.A.S c. França*, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, §116.

²⁹³ *S.A.S c. França*, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, §120.

A Corte acrescenta que “*in democratic societies, in which several religions coexist within one and the same population, it may be necessary to place limitations on freedom to manifest one’s religion or beliefs in order to reconcile the interests of the various groups and ensure that everyone’s beliefs are respected*”²⁹⁴. Que o Estado, melhor do que as Cortes internacionais, conhece as necessidades locais e deve ter uma margem de apreciação para decidir em que medida uma limitação à liberdade de expressão religiosa é necessária. Sendo tarefa da Corte avaliar a proporcionalidade dessas medidas.

Assim, quanto à questão da necessidade da proibição do véu, em matéria de segurança pública, o Tribunal entende que o Estado pode considerar indispensável identificar as pessoas para evitar problemas de segurança e combater a fraude de identidade, não encontrando, portanto, violação ao art. 9. Entretanto, tendo em vista o impacto que a proibição traz sobre as mulheres que desejam utilizar o véu, a proibição só se faz proporcional em locais públicos onde há ameaça a segurança, o que não foi demonstrado pelo Governo. Quanto a questão da convivência em sociedade, o Tribunal considera que a proibição foi proporcional com o propósito das condições de convivência e proteção dos direitos e liberdades de outrem, não havendo, portanto, violação ao artigo 8 da convenção.

Na análise da alegada violação ao artigo 14, a Corte considerou, com base nos argumentos acima citados, que não houve violação ao princípio da não discriminação. Mesmo sendo as mulheres muçulmanas a categoria atingida pela proibição e sanções por ela previstas, o impedimento do uso do véu que cubra todo o rosto tem objetivo e justificação razoáveis. Também rejeitou a alegação de violação ao art. 10.

Nesse caso, fica evidente que o Tribunal levou em conta que o uso do véu que cubra todo o rosto, como expressão religiosa e pessoal, fica limitado a objetivos maiores numa sociedade democrática. Mesmo tendo considerado que o Governo poderia, por exemplo, ao invés de uma proibição geral, exigir a limitação do uso em determinados locais públicos por motivos de segurança ou de boa convivência, o Tribunal não considerou a Lei desproporcional no âmbito da Convenção. Como sua competência é de analisar se houve violação na Convenção, ao que parece, quanto a alegada violação ao art. 14, a Corte levou em conta as recomendações da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e Comitê de Direitos Humanos, que, ao contrário da reclamante, entendem o uso do véu como forma de discriminação de gênero.

A utilização do véu, assim como outras regras de comportamento “recatado” são muitas vezes imposições do patriarcado religioso exclusivamente sobre as mulheres com vista a

²⁹⁴ S.A.S c. França, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, §126.

preservação das tradições e do modelo de dominação masculina, principalmente no que tange a sexualidade. Neste caso, a requerente alegou que, como mulher muçulmana, que por razões religiosas escolhe usar o véu, ela pertence a uma categoria especialmente afetada pela proibição, sendo por isso, discriminada. O Tribunal observou que uma medida geral que afete prejudicialmente um grupo específico, pode ser considerada discriminatória, mesmo que não haja intenção. Contudo, a medida ou política só será considerada discriminatória se não existir uma razão razoável de proporcionalidade para os fins que propõe²⁹⁵.

Nos demais casos julgados de 2011 a 2015²⁹⁶, algumas questões de discriminação de gênero foram evidenciadas, como exigência pelo Governo de provas de resistência em caso de estupro, a proibição da utilização do nome de solteira; imperícia do Estado em investigar atitudes discriminatórias contra mulher africana que trabalhava como prostituta e diferença de tratamento entre os sexos em situações análogas. Vide também caso julgado no período posterior ao analisado nesta pesquisa²⁹⁷.

3.1.2 Dos Direitos reprodutivos

Os direitos sexuais e reprodutivos, como visto, ainda não alcançaram o reconhecimento internacional necessário. As referências que se encontram a esses direitos na jurisprudência internacional, giram em torno da saúde reprodutiva. Contudo, o caso que se passa a analisar contribui para o tratamento da matéria na jurisprudência do Tribunal Europeu e pode representar um grande avanço para a proteção dos direitos reprodutivos das mulheres que tem sido submetidas à esterilização, sem consentimento pleno.

No Caso *V. C. c. Eslováquia*²⁹⁸, julgado em 2012, a violação aos direitos humanos da mulher alegada é a da esterilização forçada, tomando como base o disposto nos artigos 3º e 8º da Convenção Europeia, que se referem à proibição de tratamentos desumanos ou degradantes e o respeito a vida privada e familiar respectivamente.

²⁹⁵ *S.A.S c. França*, Caso n. 43835/11, decisão em 01/07/2014, § 161.

²⁹⁶ Cfr. *I. G. c. Moldova*, Caso n. 53519/07, decisão em 15/08/2012; *Tanbay Tuten c. Turquia*, Caso n. 38249/09, decisão em 2014; *B. S. c. Espanha*, Caso n. 47159/08, decisão em 24/10/2012; *Vrountou c. Chipre*, Caso n. 33631/06, decisão em 2015.

²⁹⁷ *Di Trizio c. Suíça*, Caso n.º 7186/09, decisão em 2016.

²⁹⁸ *V.C. c. Eslováquia*, Caso n.º 18968/07, decisão em 08/2/2012. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: <

No caso em tela, uma mulher cigana, ao realizar uma cesariana para dar à luz ao segundo filho, num hospital estadual, foi esterilizada sem o seu consentimento pleno. No registro de parto constava sua origem étnica e o pedido de esterilização, que a reclamante assinou, sem, contudo, compreender os efeitos do procedimento de ligadura de trompas. V. C. informou que a equipe do hospital, insistiu para que ela, a qual estava em trabalho de parto, assinasse a autorização para esterilização, informando apenas que uma futura gestação poderia implicar na sua morte ou da criança. Ademais, declarou a reclamante que, ao chegar ao hospital, foi posta em uma sala separada para as mulheres ciganas, todas impedidas de utilizar os mesmos banheiros das mulheres não ciganas.

A Seção de Direitos Humanos e Minorias do Gabinete do Governo iniciou uma investigação criminal sobre os diversos casos de esterilização ilegal de mulheres de etnia cigana na Eslováquia, após a divulgação do relatório denominado “*Body and Soul*”²⁹⁹, que expunha os casos ocorridos no país. O processo foi suspenso em última instância, sob alegação de ausência de infrações. A recorrente não iniciou qualquer processo penal individual, mas ingressou com uma ação civil na Eslováquia, alegando que a esterilização, nas condições em que se deu, violou a legislação nacional e de direitos humanos, mas a demanda foi rejeitada. Recorreu então ao Tribunal Constitucional, que julgou a denúncia manifestamente infundada.

Perpetrou então reclamação junto ao TEDH alegando violação dos artigos 3º, 8º, 12.º, 13.º e 14.º da Convenção, devido à sua esterilização em hospital público. Alegando que a sua esterilização significou um tratamento desumano e degradante e tendo em vista a falta de uma investigação completa, justa e eficaz pelas autoridades. Também afirmou a precariedade do seu consentimento, tanto porque, desconhecia de fato do que se tratava o procedimento, quanto por causa do momento no qual assinou, durante o trabalho de parto, uma situação particularmente frágil, de confusão psicológica. Além do fato de a esterilização não ter sido utilizada como manobra urgente de salvamento da vida dela ou do bebê, conforme o processo civil já havia revelado devido ao depoimento de um dos médicos. Atentou ainda para a consideração do contexto da prática que é realizada de forma generalizada entre as mulheres de sua etnia.

O Governo contestou as alegações negando a existência de uma política de esterilização das mulheres ciganas. Defendeu que o procedimento médico realizado neste caso condizia com a necessidade de preservação da saúde reprodutiva da mulher e que esta havia sido informada verbalmente das implicações da esterilização, de forma que pudesse compreender, não

²⁹⁹ Center for Reproductive Rights. *Body and Soul: forced sterilization and other assaults on roma reproductive freedom in Slovakia*. Disponível em: <https://www.reproductiverights.org/sites/default/files/documents/bo_slov_part1.pdf>. Acesso em 15/05/17.

havendo, portanto, negligência médica nem violação ao art. 3 da Convenção. O problema jurídico nesse caso, gravita, primordialmente em torno de da alegada violação ao direito à vida privada, ao tratamento desumano e à discriminação de gênero e etnia.

A Corte ressaltou a legislação relevante para o caso em âmbito doméstico, citando os artigos 11 e 13 do Código Civil relativos à proteção aos direitos e integridade pessoais; o Regulamento sobre Esterilização de 1972; a Lei dos Cuidados de Saúde de 1994 e 2004. Em âmbito internacional, fez menção aos documentos ratificados pela Eslováquia, nomeadamente a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e da Dignidade do Ser Humano com relação à Aplicação da Biologia e da Medicina; a Recomendação do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa relativa a certos aspectos do direito e da prática relativos à esterilização das mulheres na República Eslovaca de 2003; Relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância sobre a Eslováquia, de 2004; arts. 1, 12 e 16 da CEDAW; Recomendação n. 24 do Comitê CEDAW; a Declaração da OMS sobre a Promoção dos Direitos dos Pacientes na Europa; a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO.

O TEDH constatou violação aos artigos 3º e 8º da Convenção, na medida em que a esterilização provoca impactos na saúde reprodutiva e emocional da pessoa, com implicações na integridade física e na família. Acrescentando que, o respeito pela liberdade e dignidade humana são incompatíveis com o consentimento precário da paciente, já que a esterilização exige consentimento pleno, a exceção de casos de emergência.

O Tribunal ressaltou que mesmo havendo riscos futuros para a paciente, um dos médicos afirmou que o procedimento de esterilização não era urgente para a preservação da vida da mesma. A Corte afirmou ainda que a esterilização deveria ter sido plenamente elucidada num momento menos delicado e vulnerável, quando ela pudesse ter plena ciência da decisão. A esterilização também trouxe sofrimentos persistentes à reclamante, haja vista o divórcio do marido, dentre outros motivos, devido a sua infertilidade, o que a levou a um isolamento na sua comunidade e a necessidade de tratamento psiquiátrico.

Quanto à violação ao art. 8º, a Corte levou em consideração o descumprimento da obrigação positiva do Estado de garantir os direitos de respeito pela vida privada e familiar, criando mecanismos jurídicos eficazes para a proteção da saúde reprodutiva das mulheres de origem cigana³⁰⁰. O Tribunal, não considerou violação ao art. 14, acerca da proibição da discriminação de qualquer natureza, na medida em que não foram verificadas evidências da má-

³⁰⁰ *V.C. c. Eslováquia*, Caso nº 18968/07, decisão em 08/2/2012. § 145.

fé dos médicos em realizar o procedimento, ou uma política organizada do hospital em realizar a esterilização com base em fatores étnicos³⁰¹.

Nesse caso, a multidiscriminação evidencia a vulnerabilidade da reclamante que, além de ser mulher, pertence a uma minoria, o que provocou um tratamento discriminatório evidenciado pela questão da utilização de banheiros diferentes e a identificação da etnia no prontuário médico, o que pode ter contribuído para a sua esterilização, tendo em vista que o procedimento é realizado com frequência nas mulheres ciganas³⁰².

A questão da esterilização forçada das mulheres como violação aos direitos reprodutivos e à saúde das mulheres ciganas³⁰³ na Eslováquia merece maior atenção dos Tribunais nacionais e Internacionais, em relação ao contexto social em que se insere. Em *I.G. e outros c. Eslováquia*³⁰⁴, julgado em 2013, outras três mulheres ciganas também foram submetidas à esterilização sem o completo consentimento. O Tribunal considerou violações ao art. 3º em aspecto material e falhas quanto à investigação acerca da esterilização e ao art. 8º, não encontrando violação ao art. 13.

A indução à assinatura do consentimento para esterilização, ou os pedidos de acesso aos registros médicos, demandas de casos anteriores³⁰⁵, podem representar um padrão sistêmico de esterilização forçada desse grupo vulnerável e discriminado que, nos dois casos foram submetidas ao procedimento sem pleno consentimento. A gravidade das infrações poderia

³⁰¹ *V.C. c. Eslováquia*, Caso nº 18968/07, decisão em 08/2/2012. § 176.

³⁰² Cfr. *K.H. e Outros c. Eslováquia*, Caso n. 32881/04, decisão em 2009 pelo TEDH. Também sobre a esterilização forçada de oito mulheres de etnia cigana na Eslováquia, que ao realizarem o parto por cesariana, foram induzidas pelo hospital a assinar consentimento para a esterilização, sem, contudo, perceber do que se tratava o documento. Após a realização do procedimento, e, sem entender porque não conseguiam engravidar novamente, solicitaram ao hospital que disponibilizasse os seus registros médicos, o que lhes foi negado, inclusive em via judicial. Ingressaram então com reclamação no TEDH que considerou que tendo em vista as obrigações dos Estados dispostas no art. 8º da Convenção, acerca da vida privada e familiar, o acesso aos documentos deveria ter sido permitido. Ainda, nos termos do art. 6º, n. 1, sobre o direito de acesso aos Tribunais, a Corte considerou que a limitação de acesso às informações contidas nos prontuários médicos, reduziu as informações necessárias para o litígio, configurando violação do referido artigo.

³⁰³ “*The 2003 research study report by the European Roma Rights Centre (ERRC) titled Body and soul: Forced sterilization and other assaults on Roma reproductive freedom in Slovakia (listed in the references for this part) is based on a fact finding mission conducted between August to October 2002 in Eastern Slovakia. The fact finding involved, in part, interviews of 230 women from 40 Romani settlements in Eastern Slovakia on topics including sterilization practices, treatment by health-care professionals in maternal health-care facilities and access to reproductive health-care information. Also interviewed on the same topics were Slovak hospital directors, doctors, nurses, patients, government officials, activists, and nongovernmental organizations. The interviews were conducted by persons with expertise in the area of women’s human rights and health care who were affiliated with various highly respected independent human rights NGOs working jointly on this research*”. GROVER, Sonja C. *The European Court of Human Rights as a Pathway to Impunity for International Crimes*. Springer: Berlin, 2010. p. 107.

³⁰⁴ *I.G. e Outros c. Eslováquia*, Caso n. 15966/04, decisão em 13/11/2012. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: <

³⁰⁵ Caso *K.H. e Outros c. Eslováquia*.

inclusive, contribuir para o genocídio do povo cigano, através da adoção de “medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo”, conforme definição do Artigo 6 (d) do Estatuto de Roma³⁰⁶.

Outros casos de esterilização forçada³⁰⁷ de mulheres não ciganas foram julgados pelo Tribunal, que mantém o posicionamento quanto ao tipo de violação em que consiste o procedimento, sem o devido consentimento ou elucidação dos riscos e consequências, constituem, a submissão a tratamentos desumanos ou degradantes e o desrespeito ao direito à vida privada e familiar, entendendo que a esterilização forçada afeta não apenas a vítima mulher - sob o ponto de vista da saúde reprodutiva (aspecto físico), e psicológica – mas também a família.

Em *P. e S. c. Polônia*³⁰⁸, julgado em 2013, uma menina de 14 anos engravidou em decorrência de um estupro por um rapaz também menor. Junto com a sua mãe decidiu realizar o aborto e procurou os hospitais públicos da sua cidade, Lublin, para a realização do procedimento, onde foi informada que precisaria da autorização do consultor regional de ginecologia e obstetrícia. Segundo a reclamante um dos médicos sugeriu que procurasse um padre e o consultor regional, informou que não tinha obrigação de emitir um parecer favorável ao procedimento, sugerindo que a mãe casasse a jovem. Ele acabou encaminhando-a para outro hospital, onde o médico sugeriu que pensasse melhor a respeito.

No mês seguinte, a reclamante menor voltou ao hospital sozinha e foi levada a conversar com um padre que tentou dissuadi-la a realizar o aborto. Lhe foi dada pelo médico responsável pelo acompanhamento do caso, uma declaração escrita de que queria continuar com a gravidez, o que ela acabou por assinar. As reclamantes alegaram que a vítima assinou por não querer ser descortês com o padre e o médico.

Seguiu-se uma discussão com a chegada da mãe da menor e o médico sobre a realização do aborto, com acusações de ordem pessoal dele para com ela e afirmando que não iria realizar o procedimento, assim como nenhum outro médico. O hospital ainda realizou um comunicado à imprensa com as especificidades do caso, o que deu publicidade nacional ao ocorrido. As reclamantes então procuraram um Hospital em Varsóvia, em posse dos documentos que

³⁰⁶ GROVER, Sonja C. *The European Court of Human Rights as a Pathway to Impunity for International Crimes*. Springer: Berlin, 2010. p. 100-101.

³⁰⁷ Cfr. Casos *N. B. c. Eslováquia*, Caso n. 29518/10, decisão em 2012; *G. B. e R. B. c. Moldávia*, Caso n. 16761/09, decisão em 2013; *Csoma c. Romênia*, Caso n. 8759/05, decisão em 2013.

³⁰⁸ *P. e S. c. Polônia*, Caso n. 57375/08, decisão em 2013. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"001-114098\"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 17/05/17.

legalizavam o aborto e, quando já estava internada, o chefe adjunto da enfermagem de obstetrícia informou que recebeu do primeiro hospital o documento assinado pela menor, constatando que não queria realizar o procedimento e que precisaria por lei, esperar três dias para assinar o consentimento.

Durante esse período, a menor e o hospital receberam, inúmeras visitas e mensagens desencorajando-os a realizar o aborto, o que amedrontou a família que decidiu deixar o centro hospitalar. Ativistas anti-aborto esperavam na porta, causando mais confusão, o que resultou na ida da família à delegacia, onde após horas de depoimento, receberam por fax a Decisão do Tribunal da Família de Lublin que limitou os direitos parentais e ordenou que a menor fosse imediatamente colocada num abrigo juvenil, tomando como base o depoimento de pessoas próximas e trocas de mensagens de texto da menor com uma amiga, afirmando que gostaria de continuar com a gravidez, mas os pais não deram suporte e a estavam pressionando a realizar o procedimento.

Após interposição de recurso pela mãe, e oitiva da menor, o Tribunal anulou a decisão quanto à colocação em instituição de acolhimento. As reclamantes ingressaram com pedido de autorização de aborto junto ao Ministério Público que concedeu e encaminhou-as a um hospital ao norte do país onde o procedimento foi realizado. Essa informação foi divulgada num site católico no mesmo dia.

Ademais, o Tribunal distrital de Lublin instaurou um processo contra a menor sob a suspeita de ter mantido relações sexuais com um menor de idade, mas o processo foi encerrado já que ela era vítima e não podia figurar como autora. Vários processos foram impetrados pela família da vítima, contra o agressor, os médicos que tentaram dissuadi-la em realizar o aborto, os ativistas e policiais e contra as pessoas que revelaram os detalhes do caso à imprensa, todos rejeitados pela Justiça.

Ingressaram então, com reclamação ao TEDH, alegando que violação do artigo 8.º da convenção tendo em vista que o devido respeito pela sua vida privada e familiar e pela integridade física e moral da menor requerente foram violados pela ausência de um quadro jurídico global que regule a prática da “objeção de consciência”³⁰⁹ e que garanta o seu acesso oportuno e sem obstáculos ao aborto nas condições estabelecidas em Lei. Além da violação ao art. 3 e 5 da Convenção.

³⁰⁹ A objeção de consciência diz respeito ao direito estatutário de um médico de abster-se de prestar serviços médicos contrários à sua consciência, prevista no artigo 39 Ato de Profissões do médico e dentista, o que neste caso, resultou nas recusas em realizar o aborto pelos médicos da cidade natal da reclamante. §92, *P. e S. c. Polônia*, Caso n. 57375/08, decisão em 2013.

O Tribunal observou que é consenso no Contexto europeu a permissão do aborto. E que, mesmo o art. 8º não conferindo esse direito, a utilização do procedimento por razões de saúde e/ou bem-estar, é abrangida pelo direito ao respeito à vida privada. Sendo o Estado, obrigado positivamente a assegurar o respeito pela integridade física e psicológica dos seus cidadãos, o que pode envolver medidas de proteção à vida privada. Em processos semelhantes contra a Polônia, a Corte já observou que o Estado que permite a realização do aborto não deve limitar as reais possibilidades de se obter esse direito nos seus regulamentos.

Nesse sentido, o Tribunal verificou violação ao art. 8º da Convenção, tendo em vista a divulgação das informações pessoais da paciente pelo pessoal médico incidiu em quebra de confidencialidade de dados de saúde, ressaltando que essas informações foram pormenorizadas, haja vista a quantidade de mensagens que a reclamante recebeu em seu telefone pessoal e na visita ao quarto de hospital em que estava internada.

O Tribunal também ressaltou a condição de vulnerabilidade em que se encontrava a reclamante. Muito jovem, vítima de violência sexual que resultou em gravidez. Pressionada pelo pessoal médico, religiosos e pela população em geral, dada a publicidade indevida do fato. E, particularmente quanto à sua submissão à investigação criminal sob a acusação de relações sexuais ilícitas. O que, segundo a Corte, evidencia o tratamento deplorável ao qual foi submetida pelas autoridades, causando sofrimento suficientemente grave para incorrer em violação ao art. 3º da Convenção. Também declarou violação ao art. 5,1, no que concerne à privação de liberdade a qual foi submetida quando enviada ao abrigo juvenil.

No caso *R.R. c. Polônia*³¹⁰, uma grávida de uma criança com suspeitas de má formação genética grave, teve o direito de realizar exames genéticos comprobatórios do diagnóstico, negado pelos médicos que se opunham à realização do aborto. A reclamante tinha a intenção de interromper a gestação se fosse confirmado o diagnóstico, desejo que foi amplamente criticado pelos médicos. Diante de todas as dificuldades impostas pelos médicos e até a realização do exame que comprovou a doença, o prazo para realizar o aborto legal expirou, o que resultou no nascimento do bebê com síndrome de Turner. Após o nascimento, o marido da reclamante a abandonou.

A requerente pediu instauração de processo penal contra os médicos responsáveis em realizar os exames pré-natais em tempo hábil. O tribunal competente verificou que não havia

³¹⁰ *R. R. c. Polónia*, Caso nº 27617/04, decisão em 2011. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"dmdocnumber":\["885774"\],"itemid":\["001-104911"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 13/05/17.

sido cometida nenhuma infração penal, tendo em vista que os médicos não eram servidores públicos. A seguir, ingressou com ação civil contra um dos médicos e o hospital que concedeu entrevista a um jornal revelando detalhes da sua saúde e vida pessoal, o que a Corte regional admitiu e concedeu indenização quanto à parte do artigo, mas desconsiderou as demais acusações. As apelações da requerente também foram negadas e ela recorreu ao TEDH, alegando violação aos artigos 3, 8 e 13 da Convenção. A Corte considerou violação aos arts. 3º e 8º³¹¹, sem necessidade de examinar o art. 13, e concedeu indenização do governo à vítima.

Semelhantemente, no caso *A.K. c. Letônia*³¹², julgado em 2014, devido à inadequação em eficácia e tempo hábil dos cuidados médicos em identificar o risco de o feto apresentar má formação genética e gerar a escolha da mãe em interromper ou não a gestação, o TEDH considerou violação ao art.8 da Convenção, afirmando que: “*the essential object of Article 8 is to protect the individual against arbitrary interference by public authorities. Any interference must be justified in terms of Article 8 § 2, namely as being “in accordance with the law” and “necessary in a democratic society” for one or more of the legitimate aims listed therein. In addition, the Contracting States are under a positive obligation to secure to persons within their jurisdiction effective respect for their rights under Article 8. This positive obligation requires States to put in place domestic legislation that provides a measure of legal protection against arbitrary interferences by public authorities*”³¹³.

Sobre as dificuldades de interrupção de gestação em virtude de estupro, no caso *P. e S. c. Polônia*³¹⁴, julgado em 2013, semelhantemente ao caso *A. K. c. Letônia*, o TEDH declarou violação do artigo 8º, e ressaltou a ausência de aconselhamento médico devido e procrastinação, verificando que, mesmo o acesso ao aborto ser assunto de grande debate na Polônia, a obrigação positiva do pessoal de saúde é de sigilo médico e proteção da paciente.

A obrigação positiva do Estado é de prover legislação eficaz que proteja os direitos reprodutivos de forma que, os cuidados médicos para com a mulher, sejam ágeis, diminuindo assim, os danos causados pelo problema de saúde reprodutiva, seja em caso de má formação ou

³¹¹ “The Court reiterates that “private life” is a broad concept, encompassing, inter alia, the right to personal autonomy and personal development (...) The Court has held that the notion of personal autonomy is an important principle underlying the interpretation of its guarantees (...) The notion of private life concerns subjects such as gender identification, sexual orientation and sexual life (...) The Court has also held that the notion of private life applies to decisions both to have or not to have a child or to become parents”. *R. R. v. Polônia*, Caso n. 27617/04, decisão em 2011. §179 e 180.

³¹² *A.K. c. Letônia*, Caso n. 33011/08, decisão em 24/09/2014. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-145005"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 13/05/17.

³¹³ §84 da sentença *A.K. c. Letônia*, Caso n. 33011/08, decisão em 24/09/2014.

³¹⁴ Caso *P. e S. v. Polônia*, Caso n. 57375/08. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-114098"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{). Acesso em 17/05/17.

de violência sexual. Além de proteger sempre a paciente na sua vida privada, proibindo o vazamento de informações médicas e pessoais, que como visto, pode piorar sensivelmente a situação já vulnerável em que a vítima se encontra.

Sobre a questão da escolha de dar à luz em casa, o Tribunal se pronunciou em *Ternovszky c. Hungria*³¹⁵, julgado em 2011³¹⁶. No caso, o Tribunal concluiu que devido à insegurança jurídica que se submetem os profissionais de saúde em assistir o parto no domicílio, correndo o risco de serem processados, a negativa em permitir que a recorrente desse a luz em casa foi acertada, principalmente na ausência de legislação específica acerca da matéria. Não encontrando, portanto, violação ao artigo 8.

Outros casos julgados antes³¹⁷ e depois³¹⁸ do período em análise neste trabalho refletem o posicionamento consistente do Tribunal em relação aos direitos reprodutivos das mulheres. É interessante observar também os acórdãos acerca dos direitos à reprodução assistida³¹⁹, que foram excluídos deliberadamente da análise jurisprudencial dessa investigação por não tratarem especificamente sobre direitos reprodutivos da mulher, mas de forma geral.

3.1.3 Da violência contra a mulher

Os casos de violência contra a mulher representam o quantitativo mais elevado de violações aos direitos femininos no Tribunal Europeu. Neste tópico faz-se referência à

³¹⁵ *Ternovszky c. Hungria*, Caso n. 67545/09, decisão em 14/03/2011. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"dmdocnumber":\["878621"\],"itemid":\["001-102254"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{). Acesso em 14/05/17.

³¹⁶ Outro caso semelhante, diz respeito a legislação nacional proibir as parteiras a prestarem assistência nos partos domiciliares, o que obrigou as requerentes a utilizarem os serviços hospitalares para o nascimento dos seus filhos, ao contrário do que desejavam, um parto domiciliar. O Tribunal ressaltou, assim como havia feito no caso anterior, que, não há um consenso entre os Estados europeus quanto à permissibilidade de nascimentos em casa. Que a questão envolve aspectos complexos de cuidado com a saúde. Além de que o Estado possui uma considerável margem de apreciação discricionária no que concerne questões de saúde e alocação de recursos que equilibrava o direito das mães ao respeito pela sua vida privada e familiar, e o interesse do Estado em proteger a saúde e segurança da mãe e bebê durante e após o parto. Além disso, o Tribunal ressaltou e incentivou o prosseguimento das iniciativas recentes do Governo Tcheco na melhoria da situação das maternidades locais. Dando continuidade à revisão das disposições jurídicas relativas aos partos domiciliares, respeitando plenamente os direitos das mulheres no domínio dos direitos reprodutivos. O Tribunal considerou portanto, que a interferência no direito a vida privada foi proporcional, não havendo violação ao art. 8º da Convenção. Mantendo o seu entendimento, relativamente a demandas anteriores. Nesse sentido Cfr. *Dubská e Krejzová v. República Tcheca*, Casos n. 28859/11 e 28473/12, decisão em 15/11/2016.

³¹⁷ Cfr. *Tysiqc v. Poland*, Caso n. 5410/03, decisão em 2007; *A, B, e C c. Irlanda*, Caso n. 25579/05, decisão em 2010; *Evans c. UK*, Caso n. 6339/05, decisão em 2007; *Dickson c. the K*, Caso n. 44362/04, decisão em 2007; *Draon c. France*, Caso n. 1513/03; *Maurice v. France*, Caso n. 11810/03, decisão em 2005; *K.H. e Outros c. Eslováquia*, Caso n. 32881/04, decisão em 2009.

³¹⁸ *Laborie c. França*, Caso n. 44024/13, decisão em 2017; *Paradiso e Campanelli c. Itália*, Caso n. 25358/12, decisão em 2017.

³¹⁹ *Parrillo c. Itália*, Caso nº 46470/11, decisão em 2014; *S. H. e Outros c. Áustria*, caso nº 57813/00, decisão em 2011; *Costa e Pavan c. Itália*, Caso nº 54270/10, decisão em 2013.

violência física e sexual contra a mulher. Sendo assim, cinco³²⁰ sentenças sobre a violência contra a mulher foram proferidas de 2011 a 2015 e sete³²¹ tiveram sentenças proferidas após esse período.

Em *S.Z. c. Bulgária*³²², julgado em 2015, a requerente, uma estudante que em 1999 tinha 22 anos, natural da cidade de Sofia, entrou num carro com dois jovens que, durante o trajeto até Blagoevgrad disseram que pretendiam “vende-la” como prostituta. Ao chegar na cidade reuniram-se em alguns cafés com pessoas supostamente envolvidas no tráfico de seres humanos³²³, entre eles alguns policiais. Levaram-na a um imóvel onde foi mantida presa e repetidamente espancada e estuprada por vários homens durante aproximadamente dois dias, até conseguir escapar e se refugiar em um apartamento, onde pediu ajuda à polícia que iniciou a investigação criminal. A requerente conseguiu reconhecer os dois sequestradores e dois policiais com os quais estes supostamente conversaram antes de segurá-la contra a sua vontade e informou que os homens faziam parte de uma rede de tráfico humano para prostituição forçada.

A procuradoria militar se pronunciou no sentido de que não havia provas que incriminassem os policiais reconhecidos pela reclamante, tendo em vista que o processo investigativo em curso, referia-se ao sequestro e estupro, do qual eles não participaram.

O processo foi encerrado quatro vezes sob a alegação de insuficiência de medidas investigatórias necessárias e falhas processuais. Em 2007, sete acusados foram julgados pelo Tribunal Distrital de Blagoevgrad, sob a acusação de cárcere privado, estupro e incitamento à prostituição ou rapto com finalidade de coagir à prostituição. No acórdão, cinco acusados foram condenados a penas de prisão e multas, um foi absolvido e o processo contra a último prescreveu. Num acórdão final em 11 de fevereiro de 2014, uma das condenações foi anulada por prescrição e as penas de alguns dos outros condenados foram reduzidas.

³²⁰ *Ebcin c. Turquia*, Caso n. 19506/05, decisão em 01/05/2011; *S.Z. c. Bulgária*, Caso n. 29263/12, decisão em 03/06/2015; *A.A. e Outros c. Suécia*, Caso n. 14499/09, decisão em 28/09/2012; *Izci c. Turquia*, Caso n. 42606/05, decisão em 23/10/2013; *O’Keeffe c. Irlanda*, Caso n. 35810/09, decisão em 28/01/2014.

³²¹ *R.D. c. França*, Caso n.º 34648/14, decisão em 2016; *L.E. c. Grécia*, Caso n.º 71545/12, decisão em 2016; *Sow c. Bélgica*, Caso n.º 27081/13, decisão em 2016; *Dilek Aslan c. Turquia*, Caso n.º 34364/08, decisão em 2016; *Afet Süreyya Eren c. Turquia*, Caso n.º 36614/07, decisão em 2016; *B.V. c. Bélgica*, Caso n.º 61030/08, decisão em 2017; *J. e outros c. Áustria*, caso n.º 58216/12, decisão em 2017.

³²² *S.Z. c. Bulgária*, Caso n. 29263/12, decisão em 03/06/2015. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"appno\":\"29263/12\",\"itemid\":\"001-152630\"}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\)>. Acesso em 17/05/17.

³²³ O TEDH já se pronunciou quanto as similitudes do tráfico humano com a escravidão afirmando que ambos têm natureza e objetivo de exploração, com base no princípio de propriedade, fazendo do humano um tipo de mercadoria, sujeita à compra e venda e fortemente vigiada, por meio de coação e violência. *Rantsev c. Chipre e Rússia*, Caso n. 25965/04, decisão em 07/01/2010. §280-282.

A reclamante ingressou em 2012 com reclamação junto ao TEDH, alegando violações aos artigos 3º, quanto à proibição de tratamentos desumanos ou degradantes e 8º, sobre o direito à vida privada. S.Z. denunciou a ineficácia do processo penal no país, principalmente no que concerne à falta de investigação sobre a possível participação dos policiais no crime, no tempo excessivo de duração do processo investigativo e na ausência de julgamento de dois dos criminosos. Alegou também violação ao artigo 6º, 1, tendo em vista a morosidade dos processos penais e em relação ao seu pedido de indenização, o que implicou no desrespeito ao seu direito a um processo equitativo num prazo razoável. S.Z. ressaltou que, a ineficácia dos processos na Bulgária, são recorrentes, principalmente no que tange ao tráfico humano.

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou como legislação interna relevante para o caso, os artigos 152, 155, 156 3 142, a, e 80 do Código Penal, que se referem respectivamente ao estupro, incitamento à prostituição, sequestro e prescrição de crime. Além dos recursos disponíveis para remediar a duração excessiva dos processos. Quanto às fontes internacionais, ressaltou os artigos 4, 18 e 30 da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos, ratificada pela Bulgária. Além das diretrizes do Conselho da Comissão de Ministros da Europa sobre a erradicação da impunidade por violações graves dos direitos humanos.

Na apreciação quantos às alegadas violações de direitos, a Corte ressaltou que a duração do processo penal de catorze anos, não se justifica pela complexidade do caso (alegação da defesa do Governo), ou mesmo as muitas devoluções e encerramentos processuais, o que resultou na falta de diligência das autoridades e consequente prescrição de alguns crimes. Foi motivo de preocupação também para o Tribunal, a falta de investigação quanto envolvimento dos agentes policiais, tendo em vista a gravidade da natureza dos crimes. Observou também o efeito psicológico de incerteza de punição dos culpados que a demora no processo causou à requerente, aumentando sua vulnerabilidade e os impactos que a violência sofrida já haviam causado.

Tendo em vista o estupro e a violência sofrida, é indiscutível a violação ao artigo 3º da Convenção. O Tribunal inúmeras vezes já se pronunciou quanto à obrigação positiva do Estado em assegurar a todos que estão sob sua jurisdição os direitos e liberdades da Convenção, incluindo maus-tratos³²⁴. No caso precedente *M.C. c. Bulgária*, a Corte declarou: “*Positive obligations on the State are inherent in the rights to effective respect for private life under*

³²⁴ Cfr. *M.C. c. Bulgária*, Caso n. 39272/98, decisão em 04/03/2004. § 149. Disponível em: < https://www.coe.int/t/dg2/equality/domesticviolencecampaign/resources/M.C.v.BULGARIA_en.asp>. Acesso em 20/05/17.

Article 8; these obligations may involve the adoption of measures even in the sphere of the relations of individuals between themselves. While the choice of the means to secure compliance with Article 8 in the sphere of protection against acts of individuals is in principle within the State's margin of appreciation, effective deterrence against grave acts such as rape, where fundamental values and essential aspects of private life are at stake, requires efficient criminal-law provisions. Children and other vulnerable individuals, in particular, are entitled to effective protection”³²⁵.

Nesse sentido, o TEDH reafirma a importância da investigação efetiva em tempo razoável pelo Estado, especialmente nos casos mais graves de violação aos direitos humanos, como é o estupro e tráfico humano. A demora que muitos Governos levam a investigar ou punir os agressores gera um agravamento na situação, já vulnerável da vítima, que, por vezes sofre com a ansiedade da espera de se fazer justiça.

Nos demais casos relativos à estupro³²⁶, apresentados ao tribunal, no período em análise, as violações consideradas pelo Tribunal foram o artigo 3º da Convenção, como forma de tortura e tratamento desumano. A demora e precariedade na investigação em muitos casos foi o problema jurídico levantado. Esses casos aumentam a jurisprudência do Tribunal reconhecendo que a violência contra as mulheres é uma forma de maus-tratos proibido pelo artigo 3.º da CEDH e enfatiza as obrigações positivas do Estado em punir e investigar eficazmente casos de violência sexual.

3.1.4 Da violência doméstica

O número de casos de violência doméstica no Tribunal Europeu de Direitos Humanos é o mais elevado se comparado a outras violações de gênero. Foram onze³²⁷ as decisões da Corte

³²⁵ *M.C. c. Bulgária*, Caso n. 39272/98, decisão em 04/03/2004. § 150.

³²⁶ *D. J. c. Croácia*, Caso nº 42418/10, decisão em 2012; *P. M. c. Bulgária*, Caso nº 49669/07, decisão em 2012; *W. c. Eslovênia*, Caso nº 24125/06, decisão em 2014; *M.A. c. Eslovênia*, Caso nº 3400/07, decisão em 2015; *N.D. c. Eslovênia*, Caso nº 16605/09, decisão em 2015; *Y. c. Eslovênia*, Caso nº 41107/10, decisão em 2015;

³²⁷ Em *A. c. Croácia*, Caso n. 55164/08, decisão em 14/01/2011, uma mulher sofreu violência familiar por parte do marido, portador de doença mental, repetidamente. Sete processos foram impetrados contra o agressor, o que trouxe algumas medidas protetivas, contudo, as penas de prisão não foram cumpridas. Um mandado de injunção, proibindo o agressor de assediar e perseguir a vítima foi negado, alegando que não havia perigo iminente contra a vida, mas ele acabou sendo preso por fazer ameaças de morte ao Juiz e a filha deste. O Tribunal considerou que a vítima teria sido protegida mais eficazmente se as autoridades tivessem analisado a situação como um todo, ao invés de 7 processos separados, o que resultou na incapacidade de cumprimento das medidas protetivas. A Corte reconheceu a violação ao art. 8º da Convenção, quanto ao respeito pela vida privada e familiar, mas negou a alegação de que a legislação de violência doméstica tenha sido aplicada de forma discriminatória pela Croácia. Em *Kalucza c. Hungria*, Caso n. 57693/10, decisão em 24/07/2012, a requerente registrou queixa de abuso sexual,

encontradas entre 2011 e 2015 sobre a matéria. Outros quatro³²⁸ casos foram julgados no período anterior ao analisado neste trabalho e quatro casos já foram julgados após o período de análise dessa investigação³²⁹.

Em *Eremia c. Moldavia*³³⁰, a reclamante era casada com um policial de comportamento violento para com ela e as duas filhas do casal. As agressões se intensificaram após o pedido de divórcio da reclamante. Naquela ocasião, o juiz solicitou um prazo de seis meses para verificar a possibilidade de uma reconciliação. Em 2010 ela o denunciou à polícia, após ter sido atacada na cabeça. O agressor foi multado no equivalente a um valor mísero de doze euros e recebeu um aviso formal da autoridade policial para cessar o comportamento violento. Um mês depois voltou a agredir a reclamante, que relatou o ocorrido ao promotor local. O comportamento violento continuou, em uma certa ocasião tentou sufocar a mulher, que como consequência ficou sem voz por um dia e meio. Doze dias depois a reclamante realizou exames forenses para averiguar as lesões que não foram encontradas.

A reclamante então ingressou com pedido de ordem de proteção devido as agressões, muitas vezes na presença das filhas que tiveram seu estado psicológico afetado. O Juiz determinou o afastamento do homem por noventa dias do lar e estabeleceu uma ordem de restrição para que não se aproximasse da requerente. De posse do documento, ela solicitou urgência no divórcio, pois devido ao comportamento violento não havia possibilidade de reconciliação, contudo o juiz recusou a tratar do caso como urgente.

agressão e assédio contra seu parceiro íntimo, que foi absolvido em quatro ocasiões e condenado por duas vezes, em liberdade condicional mediante pagamento de multa. Durante o processo penal, K solicitou por duas vezes a expedição de ordem de restrição contra o ex, mas ambos foram negados sob a alegação de que ela também era responsável pelo relacionamento conturbado. O TEDH considerou que as autoridades húngaras não tinham tomado medidas suficientes para protegê-la eficazmente, em violação do artigo 8. As razões pelas quais foram negadas as ordens de restrição também não encontram fundamento. O Tribunal comentou ordens judiciais que poderiam ter sido emitidas contra a Hungria para ambas as partes e condenou a pagar danos morais a recorrente. Cfr. também: *Durmaz c. Turquia*, Caso n. 3621/07, decisão em 13/02/2015; *Rumor c. Itália*, Caso n. 72964/10, decisão em 27/08/2014; *E. M. c. Romênia*, Caso n. 43994/05, decisão em 30/10/2012; *T. M. e C. M. c. Moldávia*, Caso n. 26608/11, decisão em 28/04/2014; *N. A. c. Moldávia*, Caso n. 13424/06, decisão em 24/12/2013; *Mudric c. Moldávia*, Caso n. 74839/10, decisão em 16/10/2013; *B. c. Moldávia*, Caso n. 61382/09, decisão em 16/10/2013; *Hajduova c. Eslováquia*, Caso n. 2660/03, decisão em 28/02/2011.

³²⁸ *Opuz c. Turquia*, Caso n. 33401/02, decisão em 09/06/2009; *Branko Tomasic e outros c. Croácia*, Caso n. 46598/06, decisão em 15/01/2009; *E.S. e outros c. Eslováquia*, Caso n. 8227/04, decisão em 15/09/2009; *A. c. Croácia*, Caso n. 55164/08, decisão em 14/10/2010.

³²⁹ *M.G. c. Turquia*, Caso n.º 646/10, decisão em 22/06/2016; *Civek c. Turquia*, Caso n.º 55354/11, decisão em 04/07/2016; *Halime Kiliç c. Turquia*, Caso n. 63034/11, decisão em 28/09/2016; *Talpis c. Itália*, Caso n. 41237/14, decisão em 02/03/2017.

³³⁰ *Eremia c. Moldavia*, Caso n. 3564/11, decisão em 28/08/2013. Deste ponto em diante toda a descrição dos fatos está pautada no acórdão. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{\"itemid\":\[\"003-4371757-5247345\"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{\). Acesso em 18/05/17.

O agressor continuou assediando a mulher, violando a ordem de restrição e agredindo verbalmente as filhas. A vítima então apresentou queixa-crime, mas, segundo ela, sofreu pressões por outros policiais para que retirasse, tendo em vista que o registro criminal poderia implicar na perda do emprego. Havendo a investigação criminal iniciado, numa reunião da requerente com assistentes sociais, foi aconselhada por estes a uma reconciliação, que alegaram que ela não era "a primeira nem a última mulher a ser espancada pelo marido". Posteriormente o promotor suspendeu a investigação por um ano sujeita a reabertura em caso de novo comportamento agressivo.

O Tribunal ressaltou como legislação doméstica relevante no caso os artigos 59, 201 e 320 do Código Penal acerca da possibilidade de suspensão de investigação criminal nos casos de menor ofensividade; acerca da violência familiar e sobre o desrespeito à decisão judicial respectivamente. Também citou a Lei n. 45 de prevenção e combate à violência doméstica, além do art. 2 da Lei de Polícia que estabelece as tarefas principais da corporação que é de proteger a vida, os direitos e a dignidade, prevenindo o crime e protegendo a ordem pública.

Em âmbito internacional, A Corte ressaltou a recomendação do Comitê de Ministros sobre a obrigação dos Estados em punir atos graves de violência contra as mulheres e grupos vulneráveis³³¹.

Referindo-se a um caso semelhante, *Opuz c. Turquia*, a Corte observou também a posição das Nações Unidas quanto à violência doméstica, a definição de discriminação de gênero da CEDAW, já referida e continuou: *"The Committee on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (hereinafter "the CEDAW Committee") has found that "gender-based violence is a form of discrimination that seriously inhibits women's ability to enjoy rights and freedoms on a basis of equality with men" and is thus prohibited under Article 1 of the CEDAW. Within the general category of gender-based violence, the CEDAW Committee includes violence by "private act" and "family violence". Consequently, gender-based violence triggers duties in States. General Recommendation No. 19 sets out a catalogue of such duties. They include a duty on States to "take all legal and other measures that are*

³³¹ *"The Committee of Ministers recommended, in particular, that member States should penalise serious violence against women such as sexual violence and rape, abuse of the vulnerability of pregnant, defenceless, ill, disabled or dependent victims, as well as penalising abuse of position by the perpetrator. The Recommendation also stated that member States should ensure that all victims of violence are able to institute proceedings, make provisions to ensure that criminal proceedings can be initiated by the public prosecutor, encourage prosecutors to regard violence against women as an aggravating or decisive factor in deciding whether or not to prosecute in the public interest, ensure where necessary that measures are taken to protect victims effectively against threats and possible acts of revenge and take specific measures to ensure that children's rights are protected during proceedings". Eremia c. Moldavia, Caso n. 3564/11, decisão em 28/08/2013, §34.*

necessary to provide effective protection of women against gender-based violence”, “including penal sanctions, civil remedies and compensatory provisions to protect women against all kinds of violence”. In its Concluding Comments on the combined fourth and fifth periodic report of Turkey (hereinafter “the Concluding Comments”), the CEDAW Committee reiterated that violence against women, including domestic violence, is a form of discrimination (see UN doc. CEDAW/C/TUR/4-5 and Corr.1, 15 February 2005, § 28)”³³².

Quanto a violência familiar, o Comité de Ministros recomenda que os Estados-Membros a classifiquem como delitos penais se utilizando de medidas provisórias de proteção às vítimas. E a recomendação n.28 do Comitê CEDAW determina que "os Estados Partes têm a devida diligência de prevenir, investigar, processar e punir (...) atos de violência de gênero".

O Tribunal reiterou a necessidade de um mínimo de gravidade para que se considere maus-tratos no âmbito de aplicação do artigo 3º. Nesse sentido, deve-se levar em consideração o seu tratamento dispensado, a duração e seus efeitos físicos e psicológicos, e em alguns casos, o sexo, a idade e o estado de saúde da vítima. E que o art. 1 em conjugação com o 3, exige uma obrigação positiva do Estado em proteger e prevenir maus tratos, além de conduzir uma investigação eficaz acerca de alegados maus tratos. Nesse sentido, a “interferência das autoridades na vida privada e familiar pode tornar-se necessária para proteger a saúde e os direitos de uma pessoa ou impedir atos criminosos em determinadas circunstâncias”³³³.

A Corte ressaltou a vulnerabilidade da vítima em relação ao agressor que era policial treinado, não tendo chances de defesa contra este. E que a iminência do risco de ataque ao bem-estar físico e psicológico exigia medidas urgentes das autoridades. Reconhecendo que algumas dessas medidas foram tomadas, a exemplo da ordem restritiva, contudo, não suficientemente para proteger a vítima do assédio constante.

Tendo vista a relativa inércia das autoridades no caso, nomeadamente quanto à ciência do risco de nova violência doméstica e a sua incapacidade de tomar medidas eficazes contra o agressor, assegurando a sua punição o Tribunal considerou violação ao art. 3º, relativamente à suspensão das investigações e concluiu que a recusa em acelerar o processo de divórcio, a incapacidade de fazer cumprir a ordem de proteção e os insultos que a vítima ouviu, refletiram em ações discriminatórias, violando, assim o art. 14 da Convenção. O Tribunal considerou também violação ao artigo 8º relativamente às filhas e no que diz respeito ao seu direito ao respeito da vida privada, incluindo a integridade física e psicológica da pessoa.

³³² *Opuz c. Turquia*, Caso n. 33401/02, decisão em 09/06/2009, §74. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{"itemid":\["003-2759276-3020932"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{)>. Acesso em 11/05/17.

³³³ *Eremia c. Moldávia*, Caso n. 3564/11, decisão em 28/08/2013, §52.

Como já referido pelos instrumentos internacionais supracitados, a violência doméstica atinge desproporcionalmente as mulheres, que estão em posição vulnerável, constituindo uma discriminação grave de gênero e limitando outros direitos e liberdades. A falta de eficiência de um Estado em punir esse tipo de violência condena as mulheres a permanecerem sujeitas à situação de violação de direitos no próprio convívio familiar.

3.2 A aplicação dos direitos humanos às mulheres no caso de violação com base no gênero

Nos casos supra analisados, observa-se que o Tribunal tem recorrido tanto aos Instrumentos Internacionais de direitos humanos de maneira geral, como aos específicos de proteção à mulher, como a *CEDAW*, seus protocolos e recomendações do Comitê. É consistente o entendimento quanto a igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas, sendo possível o tratamento desigual que beneficie o grupo vulnerável. A questão da não discriminação na jurisprudência de gênero na Corte evidencia a preocupação com a igualdade de tratamento em situações análogas, questionando os Estados Partes que, limitam ou proíbem o exercício de um direito com base em argumentos fracos de incapacidade da mulher em exercer determinadas tarefas.

No que concerne à violência contra a mulher, a jurisprudência do Tribunal é densa em relação à proibição dessa violação no contexto do art. 3º da Convenção. Em vários casos a Corte afirmou que a violência é uma forma aguda de discriminação que, além das consequências para a saúde física e psicológica da vítima, limita outros direitos e liberdades, infringindo valores de personalidade, vida privada e dignidade humana. A Corte ressalta também, com veemência, a obrigação dos estados em proteger as mulheres das situações mais graves de violência, como estupro e tráfico de pessoas e punir os responsáveis por essas violações em tempo razoável, para que não haja prossecução do sofrimento da vítima, em longos processos investigativos e processuais. Nesse sentido, condenou vários Estados, por violações ao art. 8º da Convenção, ressaltando que essas medidas são urgentes e necessárias para que a discriminação de gênero que vitimiza as mulheres em âmbito público e privado possam ser senão erradicadas, reduzidas.

É interessante notar a ênfase dada pelo Tribunal às obrigações positivas do Estado para concretização dos direitos reprodutivos das mulheres, e as dimensões que o Tribunal aponta como consequências violação à saúde reprodutiva, não só em âmbito físico, mas emocional, na interferência da vida privada e familiar. Pode-se notar que nas demandas acerca do aborto que

o Tribunal é favorável a terminação da gravidez como decorrência de violência sexual e nos casos de má formação do feto. A Corte também ressalta que em âmbito europeu, existe um consenso quanto à matéria. Além de que o Estado que permite o procedimento, deve dispor de toda estrutura, para que o aborto se realize dentro do prazo legal e sob as condições exigidas de saúde reprodutiva e psicológica da mulher, não dificultando o processo, ou interferindo através do pessoal médico na decisão da gestante, quando esta lhe couber. Sendo assim, passa-se aos aspectos conclusivos dessa investigação.

A Corte tem, portanto, corroborado os direitos das mulheres no âmbito da Convenção, densificando a questão de gênero na sua jurisprudência. Aplicando os instrumentos e Costumes internacionais que favorecem a equidade. Alguns entendimentos da Corte tem divergido do posicionamento de algumas Organizações Não Governamentais e mesmo, em âmbito europeu (Alto comissariado). No caso da proibição do uso do véu pode-se notar que a Corte não considerou discriminatória a proibição do uso do véu completo pelo Estado Francês, enquanto a Anistia Internacional e outras Ongs consideram, e até mesmo a CEDAW, que essa limitação discrimina e pode ser até prejudicial para a situação das mulheres muçulmanas que terão que escolher se infringem a lei ou seus princípios pessoais e religiosos. O que, ao invés de representar uma libertação da mulher, do uso da vestimenta, teria efeito contrário, a afastando ainda mais da vida em sociedade.

4 Conclusão

Os direitos das mulheres ingressaram tardiamente no foco da investigação jurídica internacional, e como consequência dessa invisibilidade, os documentos de proteção à essa categoria humana são recentes, deixando alguns direitos específicos ainda à margem, carentes de reconhecimento e, conseqüentemente, de proteção, como é o caso dos direitos sexuais e reprodutivos.

A globalização dos direitos humanos e a criação de Tratados Internacionais que salvaguardam os direitos à não discriminação em razão do sexo ou gênero, tem, gradativamente contribuído para a melhoria da situação da mulher. O reconhecimento de direitos nesses instrumentos viabiliza a sua tangibilidade, exigibilidade e aplicação. No campo dos direitos das mulheres, os Tratados Internacionais mais relevantes despontaram ao final dos anos setenta, o que demonstra que, a proteção às mulheres não acompanhou a evolução dos direitos humanos em pé de igualdade, alcançando positividade posterior.

Quanto aos Tratados específicos de direitos das mulheres, a *CEDAW* apresenta o maior rol de direitos e vincula os Estados que a adotam. Mesmo com o elevado número de reservas à Convenção, a enunciação dos direitos gera uma necessidade de atentar às questões de gênero e adotar medidas que diminuam a discriminação em todos os âmbitos possíveis, inclusive com a adoção de medidas afirmativas, ou discriminações positivas, utilizando estratégias e políticas que beneficiem a categoria que está em situação desfavorável. Como demonstrado, as mulheres permanecem numa posição prejudicial política, social e economicamente, se comparadas aos homens. Outro tratado de elevada importância, no âmbito europeu é a Convenção de Istambul, que trata sobre a violência contra a mulher e a violência doméstica.

Importa observar que a escolha em diferenciar os dois tipos de violência geram uma atenção maior à questão da violência doméstica, que historicamente vinha sendo implicitamente aceita ou justificada, seja ela perpetrada contra a mulher, a criança ou os idosos. É claro que essas categorias humanas são mais prováveis como vítimas, mas, como bem aponta a Convenção - e sobre esse aspecto é inclusive mais completa que a Convenção Interamericana sobre a matéria, a Convenção de Belém do Pará - o tratado europeu admite a possibilidade de o homem ser vítima. Mesmo com a comprovação estatística de que a violência atinge desproporcionalmente as mulheres, qualquer pessoa pode figurar como sujeito passivo dessa

violação. Nesse sentido, a Convenção explicitou uma proteção mais ampla quanto á violência familiar.

Mesmo a enunciação dos direitos das mulheres, não tem ainda garantido a sua materialidade. Violações aos direitos que tem base na condição feminina persistem a nível mundial, assentes em tradições patriarcais, religião e costume social, a visão de inferioridade da mulher persiste e gera discriminação, violência e abusos que refletem a diferença de poder que existe entre os sexos. Dentre as violações mais recorrentes destaca-se a violência contra a mulher, que afeta a saúde física e psicológica tanto em esfera privada, quanto pública. Os índices de violência contra a mulher apresentados nesta pesquisa, evidenciam a amplitude do problema, e permitem a verificação do nível de alcance desta violação de gênero.

Nesse sentido, através da análise dos mecanismos de proteção da mulher e de igualdade de gênero no sistema do Conselho da Europa, verificou-se que a atuação do TEDH tem demonstrado a utilização desses instrumentos para garantir os direitos femininos no que se refere, especialmente à violência de gênero. O Tribunal tem referenciado em seus acórdãos a legislação primária e derivada, para construção de uma jurisprudência densa sobre a não discriminação, proteção à violência física e sexual e aos direitos reprodutivos.

Como visto, a análise da incidência de demandas que envolveram violações aos direitos humanos das mulheres no Tribunal Europeu de Direitos Humanos entre 2011 e 2015, demonstrou que as violações mais recorrentes consistem em primeiro lugar, na violência contra a mulher, seja em âmbito público ou privado. Nesse sentido, foram encontrados vinte e dois casos dentre os trinta e sete analisados no total, sendo metade deles sobre a violência doméstica. É importante ressaltar que todos os casos de violência familiar tinham as mulheres como vítimas.

Em segundo lugar, figuram as violações aos direitos reprodutivos, que, a semelhança da violência, tem como vítimas mais prováveis as mulheres. Nove casos foram identificados no período em análise e envolviam o direito à realização de aborto, questões de reprodução assistida e esterilização forçada. Por falta de legislação específica que enuncie os direitos reprodutivos e sexuais, o Tribunal conecta o problema à saúde reprodutiva, verificando violações aos direitos à vida privada e a uma investigação judicial em tempo razoável, evidenciando a importância da urgência no repasse de informações e oferecimento de condições dignas pelos Estados nos casos de abortos decorrentes de gravidez por força de estupro e em gestações de risco para a mãe ou o bebê.

A questão dos direitos reprodutivos e sexuais merece maior destaque e positivação, tendo em vista a natureza nas violações que envolvem consequências físicas e psicológicas tanto para a mulher, como para a família. Nesse sentido, é urgente a formulação de Tratado Internacional com força vinculativa na matéria, para que esses direitos não continuem invisíveis. Apesar da contribuição das normas de *soft law*, como visto, a efetivação de alguns direitos fica mais evidente se os Estados se obrigarem internacionalmente a cumprir as disposições e se sujeitar à jurisdição dos Tribunais Internacionais.

O impacto dessas violações sobre as mulheres, especialmente as que encontram-se em situação de multidiscriminação, como no caso da esterilização forçada das ciganas na Eslováquia pode ser devastador para os princípios de dignidade humana e não discriminação. Devido às diversas demandas e aos estudos que comprovaram um comportamento sistêmico de eliminação da fecundidade nessa etnia, podendo induzir ao genocídio.

As discriminações de gênero estão em terceiro lugar quanto ao número de acórdãos proferidos de alegadas violações, sendo seis os casos julgados em 2011 e 2015. As demandas dispõem sobre a diferença de tratamento para com os homens e mulheres nas mais diversas situações, em âmbito laboral, civil e liberdades individuais. Como visto, ações afirmativas tem sido utilizadas por muitos Estados Europeus para diminuir as disparidades históricas entre os sexos, o que reflete em alguns dados apresentados pela ONU mulheres sobre avanços na melhoria da situação da mulher. O Tribunal tem confirmado o entendimento de que as discriminações de gênero violam os Direitos Humanos, com implicações diversas sobre a vítima, seja em âmbito econômico, social, cultural ou na esfera privada.

Dito isto, com esta análise, mesmo que de um período curto de tempo, cinco anos, pôde-se verificar que o Tribunal Europeu de Direitos Humanos tem corroborado com a efetivação dos direitos humanos das mulheres através da aplicação das normas internacionais específicas de proteção. O seu entendimento, principalmente no que tange á violência de gênero tem se apresentado consistente ao longo dos anos, identificando a violação como um tratamento desumano, ressaltando a vulnerabilidade da mulher e as obrigações positivas dos Estados em protegê-la do agressor e do sistema judicial lento, que perpetua os efeitos da violência.

Contudo, é importante observar que políticas públicas de conscientização da sociedade para mudança do pensamento que ainda discrimina em função do gênero são necessárias e complementares à atuação do sistema judicial. Como visto, algumas ações de promoção e proteção aos direitos das mulheres tem sido realizadas pela União Europeia, como planos de ação, organizações de igualdade de gênero. Mas cabe aos Estados a obrigação de desenvolver

paralelamente ações de enfrentamento à violência de gênero e de mudança de costumes prejudiciais às mulheres e a igualdade de gênero.

O alcance da igualdade de gênero, reflete em impactos positivos na sociedade. São evidentes os contributos do feminismo e da positivação dos direitos das mulheres e sua colocação como foco da indagação jurídica no direito internacional e humanitário, na melhoria da situação da mulher. Muito ainda falta para a efetiva igualdade de gênero, mas a sociedade internacional tem atentado cada vez mais para as questões de não discriminação e erradicação da violência contra a mulher, fazendo crer que é possível um mundo onde haja equidade.

5 Bibliografia

ANISTIA INTERNACIONAL. *Mulheres e Direitos Humanos*. Edição da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional. Portugal, abril de 1995.

ACOSTA, Miguel Lorente & ACOSTA, José Antonio Lorente. *Agresión a la mujer: maltrato, violación y acoso*. Entre la realidad social y el mito cultural. Granada: Comares, 1998.

ALVES, Sofia. *Igualdade de tratamento entre homens e mulheres: discriminação positiva (sistema de quotas) a decisão Kalanke de 17 de outubro de 1995*. In: Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. nº 20, novembro, 1996.

ARMSTRONG, Nancy. *Occidentalismo: una cuestión para el feminismo internacional*. In: COLAIZZI, Giulia. *Feminismo y Teoría del discurso*. Madrid: Catedra Teorema, 1990.

BAPTISTA, Eduardo Correia. *Ius Cogens em Direito Internacional*. Lisboa: Lex, 1997.

BELEZA, Teresa Pizarro. *Direito das Mulheres e da Igualdade Social: a Construção Jurídica das Relações de Género*. Coimbra: Almedina, 2010.

BELEZA, Teresa Pizarro. *Gênero e Direito: da Igualdade ao Direito das Mulheres*. In: Themis Revista da Faculdade de Direito da UNL. Ano I – No. 2. Coimbra: Almedina, 2000.

BELEZA, Tereza Pizarro. *Violência Doméstica*. In: Revista do CEJ – 1º Semestre 2008 – Número 8 (Especial). Jornadas sobre a revisão do Código penal: estudos.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª edição. Volume 1. Editora UNB: Cidade, 1998.

BOGDANDY, Armin von; BAST, Jürgen. *Principles of European Constitutional Law*. Vol. 8. Oregon: Oxford and Portland, 2006.

BOROWSKI, Martin. *La estructura de los derechos fundamentales*. Trad. Carlos Bernal Pulido. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Masculine Domination*. Translated by Richard Nice. Stanford University Press: Stanford, 1998.

BRITO, Wladimir. *Direito Internacional Público*. 2 Ed. Coimbra Editora. 2014.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. Rotledge New York and London: New York, 1999.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. Routledge New York and London: New York, 2004.

BYRNES, Andrew. *The Committee on the Elimination of Discrimination against Women*. In: HELLMUM, Anne; AASE, Henriette Sinding. *Women's human rights: CEDAW in International, Regional and Nacional Law*. Cambridge University Press, 2013.

CALHEIROS, Clara. *Género e igualdade: há um futuro para o feminismo?* In: Scientia Iuridica. Revista de Direito comparado português e brasileiro. Setembro-Dezembro 2013. Tomo LXII. Número 333.

CAMPOS, João Mota de. *Contencioso comunitário*. Curitiba: Juruá, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª Edição. Coimbra: Almedina, 2003.

CARLUCCI, Aída Kemelmajer de. *Bioética, mujer y acciones positivas*. In: CASADO, María; ROYES, Albert. *Sobre Bioética y Género*. Thomson Reuters.Pamplona, 2012.

CARVALHO, Nancy Valadares. *A Condição Feminina*. São Paulo: UEP, 1988.

COLAIZZI, Giulia. *Feminismo y Teoría del Discurso: Razones para un debate*. In: COLAIZZI, Giulia. *Feminismo y Teoria del discurso*. Madrid: Catedra Teorema, 1990.

COOK, Rebecca J. *The interpretation and Application of Human Rights by Commonwealth Courts to Reproductive and Sexual Health*. *Commonwealth Law Bulletin*, Vol. 25, Issue 1 (Spring 1999).

COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. *O Género no Direito Internacional: discriminação, violência e proteção*. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2014.

DAHL, ToveStang. *O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista*. Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: editora RT, 2007.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa.1ª Edição. Objetiva: Rio de janeiro, 2009.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. (Trad. Vítor Marques Coelho) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

DRAY, Guilherme Machado. *O princípio da igualdade no direito do trabalho. Sua aplicabilidade no domínio específico na formação de contratos individuais de trabalho*. Coimbra: Almedina, 1999.

DUARTE, Maria Luísa. *Direito Internacional Público e a ordem jurídica global do século XXI*. I. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

Feminismo. In: *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Vol. I*, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (org.), Lisboa: Verbo, 2001.

FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014.

GARCIA, Emerson. *Proteção Internacional dos Direitos Humanos – Breves reflexões sobre os sistemas Convencional e Não-Convencional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GARCÍA-CASTRILLÓN, Carmen. *Igualdad, género y medidas de acción-discriminación positiva en la política social comunitaria*. In: *Revista de Derecho Comunitario Europeo*. 12, año 6. Mayo/agosto 2002.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6ª Ed. Trad. FIGUEIREDO, Alexandra [et all]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GREER, Steven. *The European Convention on Human Rights: achievements, problems and prospects*. New York: Cambridge University Press, 2006.

GROVER, Sonja C. *The European Court of Human Rights as a Pathway to Impunity for International Crimes*. Springer: Berlin, 2010.

GROTHUES, Carol A.; MARMION, Shelly L. *Dismantling the Myths about Intimate Violence against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. *“Intimate” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack*. Westport: Praeger, 2006.

HENKIN, Louis [et.al.]. *Human Rights*. New York: Foundation Press, 2003.

HOLTMAAT, Rikki. *The CEDAW: a holistic approach to women’s equality and freedom*. In: HELLMUM, Anne; AASE, Henriette Sinding. *Women’s human rights: CEDAW in International, Regional and Nacional Law*. Cambridge University Press, 2013.

HOMEM, António Pedro Barbas. *Sobre os Direitos do Homem*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. Et al. (Org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premium, 2014.

KNIPPEL, Edson Luz; NOGUEIRA, Maria Carolina de Assis. *Violência Doméstica – A Lei Maria da Penha e as Normas de Direitos Humanos no Plano Internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.

KRILL, Françoise. *La protection de la femme dans le droit international humanitaire*. RICR, n° 249, 1985, p.340.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. *La Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948 y la Constitución Federal Brasileña de 1988: exposición comparativa*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. Et al. (Org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premius, 2014.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. *Discriminação de gênero contra as mulheres e a violência sexual*. In: LOPES, Ana Maria D'Ávila; MAUÉS, Antonio Moreira. (organizadores) *A Eficácia Nacional e Internacional dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MARMION, Shelly L. *Global Violence Against Women*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. *“Intimate” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack*. Westport: Praeger, 2006.

MATTAR, Laura Davis. *Legal Recognition of Sexual Rights - A Comparative Analysis with Reproductive Rights* [article] *Sur - International Journal on Human Rights*, Vol. 8, 2008.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 9ª Edição. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2015.

MCCAMMON, Holly J. *Out of the Parlors and into the Streets: The Changing Tactical Repertoire of the U.S. Women's Suffrage Movements*. *Social Forces*, Vol. 81, Issue 3 (March 2003).

MESQUITA, Maria José Rangel de. *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*. Coimbra: Almedina, 2013.

MESQUITA, Maria José Rangel de. *Justiça Internacional – Lições*. Parte I. Lisboa: AAFDL, 2010.

MCQUIGG, Ronagh. *A Contextual Analysis of the Council of Europe's Convention on Preventing and Combating Violence against Women*. *International Human Rights Law Review*, Vol. 1, Issue 2 (2012), p. 369-383.

MIRANDA, Jorge. *Curso de Direito Internacional Público*. 5 Ed. Estoril: Principia, 2012.

MONEBHURRUN, Nitish. *Manual de Metodologia Jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, Vital. *“República” Europeia: Estudos de Direito Constitucional da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

NANJIRA, Daniel D. C. Don. *The Protection of Human Rights in Africa: the African Charter on Human and Peoples’ Rights*. In: SYMONIDES, Janusz.(Ed.)England: Unesco publishing, 2003.

NICHOLS, Brittney. *Violence against Women: the extent of the problem*. In: LUNDBERG-LOVE, Paula K.; MARMION, Shelly L. *“Intimate” violence against women: when spouses, partners, or lovers attack*. Westport: Praeger, 2006.

NIÑO, Carlos Santiago. *Ética y derechos humanos: un ensayo de fundamentación*. 2 ed. Buenos Aires: Astrea, 1989.

OLIVEIRA, Almir. A Mulher no Direito Internacional. In: Revista de Informação Legislativa. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: Abril a Junho de 1990. Ano 27. Número 106. ISSN 0034-835X.

ORTIZ, Daniel R. *Feminisms and the family*. *Harvard Journal of Law & Public Policy*, Vol. 18, Issue 2 (Spring 1995), pp. 523-530.

PALMER, Stephanie. *Feminism and the Promise of Human Rights: Possibilities and Paradoxes*. In: JAMES, Susan; PALMER, Stephanie. *Visible Women - Essays on Feminism Legal Theory and Political Philosophy*. Portland: Hart Publishing, 2002.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. *Noções fundamentais de Direito Internacional Humanitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

PHILIPPE, Manin. *Droit International Public*, ed. Masson, Paris, 1979.

PINHO, Leda de Oliveira. *Princípio da Igualdade: investigação na perspectiva de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2005.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Constitucionalismo Regional Transformador: O Impacto do Sistema Interamericano*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de; CAULA, Bleine Queiroz ... [et al.] (organizadores). *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*, vol. 2. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2015.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

PIOVESAN, Flávia. *Proteção Internacional da Pessoa Humana*. In: GUERRA, Sidney (coord.). *Tratado de Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2008.

QUADROS, Fausto de. *Direito da União Europeia: Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2004.

RANGEL, Leandro de Alencar. *Comentário ao Art. 8º*. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; Colaboração: Daniela Rodrigues Vieira ... [et al.] *Comentário à Carta das Nações Unidas*. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.

REILLY, Niamh. *Women's Human Rights*. Polity Press: Cambridge, 2009, p. 70.

REZEK, Francisco. *Comentário ao Preâmbulo*. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; Colaboração: Daniela Rodrigues Vieira ... [et al.] *Comentário à Carta das Nações Unidas*. Belo Horizonte: CEDIN, 2008.

RICHARDS, Janet Radcliffe. *Feminism and equality*. In: *Journal of Contemporary Legal Issues*, Vol. 9, 1998, p. 225-248.

SEGAL, Edwin S. *Cultural constructions of gender*. In: EMBER, Carol. R.; EMBER, Melvin. *Encyclopedia of Sex and Gender: Men and Women in World's Cultures*. Vol I and II. New York: Published in conjunction with the Human Relations Area Files at Yale University Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2004.

SÉGUIN, Elida. *Direitos Sexuais como um Direito Humano*. In: HOLANDA, Ana Paula Araújo de. [et al] (org.) *Direitos Humanos: histórico e contemporaneidade*. Fortaleza: Premium, 2014.

SENDEN, Linda. *Soft Law in European Community Law*. Oregon: Oxford and Portland, 2004.

SOARES, António Goucha. *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: A protecção dos direitos fundamentais no ordenamento comunitário*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

SOOHOO, Cynthia; HORTSCH, Diana. *Who is a Human Rights Defender: An Essay on Sexual and Reproductive Rights Defenders*. University of Miami Law Review, Vol. 65, Issue 3 (Spring 2011), pp. 981-998. 65 U. Miami L. Rev. 981 (2010-2011).

TARDU, Maxime. *The European Systems for the Protection of Human Rights*. In: SYMONIDES, Janusz. (Ed.) England: Unesco publishing, 2003..

VIEGAS, Lia. *A Constituição e a Condição da Mulher*. Lisboa: Diábril, 1977.

WOJCIECHOWSKI, Paola Bianchi. *O impacto do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e dos ditames da justiça transicional na interpretação e aplicação da Lei de Anistia Brasileira: a fragilização do Estado Democrático de Direito frente à denegação do direito à justiça*. In: *Direitos Humanos Atual / Coordenação Inês Virginia Prado, Flávia Piovesan*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WINKLER, Adam. *A revolution too soon: woman suffragists and the living constitution*. New York University Law Review, Vol. 76, Issue 5 (November 2001), pp. 1456-1526.

ZEMUNER, Adiloar Franco. *Cidadania da Mulher – Um Direito em Construção*. In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira; RIBEIRO, Maria de Fátima. (Coord.) *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Estudos em homenagem à Professora Fláva Piovesan. Curitiba: Juruá, 2004.

Sites consultados

2016 Report on the application of the EU Charter of Fundamental Rights. Disponível em: <http://ec.europa.eu/newsroom/just/item-detail.cfm?item_id=59189>. Acesso em 24/05/17.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos - USP. *Pacto da Sociedade das Nações - 1919*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>> . Acesso em 14 mar 2017.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos - USP. *Pacto da Sociedade das Nações - 1919*. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html> . Acesso em 14 mar 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em 23 jul. 2015.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf> Acesso em 05/04/17.

BRINDA, Ethel Mary; RAJKUMAR, Anto P.; ENEMARK, Ulrika. *Association between gender inequality index and child mortality rates: a cross-national study of 138 countries*. (Research article), 2015. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/1471-2458/15/97>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CHARLOTTE, Lindsay. *Women and War, an Overview*. Article, International Review of the Red Cross, n° 839, 2000. Disponível em: <<https://www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/57jqj3.htm>>. Acesso em 08 out. 2015.

Center for Reproductive Rights. *Body and Soul: forced sterilization and other assaults on roma reproductive freedom in Slovakia*. Disponível em: <https://www.reproductiverights.org/sites/default/files/documents/bo_slov_part1.pdf>. Acesso em 15/05/17.

CIDH. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. 1994. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em 06/05/17.

Communication 227/99 - D. R. Congo / Burundi, Rwanda and Uganda. Disponível em: <<http://www.lawschool.cornell.edu/womenandjustice/upload/DRC-v-Burundi-Rwanda-Uganda.pdf>>. Acesso em 04 out. 2015.

CONDORCET, Nicolas. *Sur l'Admission de femmes au droit de l'homme*. 1790. Disponível em: <<https://fr.slideshare.net/Museu-Bertha/sur-ladmission-des-femmes-au-droit-de-cit-condorcet-1790>>. Acesso em 25/04/17.

CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica (Convenção de Istambul)*, 2011. Art. 3, c. Disponível em: <<https://rm.coe.int/1680685fcb>>. Acesso em 25/05/17.

CONSELHO DA UE. *Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011/2020)*, 2011. Disponível em: <[http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011XG0525\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011XG0525(01))>. Acesso em 05/04/17.

CONSELHO DA UE. *Diretiva 76/207/CEE* de 1976, relativa à concretização do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31976L0207>>. Acesso em 05/04/17.

CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos*. 2005. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIPAG3_9_13.htm>. Acesso em 20/05/17.

CONSELHO DA EUROPA. *Protocolo nº 14 à Convenção Europeia de Direitos Humanos*. p.6. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Library_Collection_P14_ET5194E_ENG.pdf>. Acesso em 01/06/17.

CONSELHO DA EUROPA. *Protocolo nº 11 à Convenção Europeia de Direitos Humanos*. 1994. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Library_Collection_P11_ET5155E_ENG.pdf>. Acesso em 01/06/17.

CONSELHO DA EUROPA. *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as Mulheres e a violência doméstica*. Istambul: 2011. Art. 3. Disponível em: <<https://rm.coe.int/168046253d>>. Acesso em 07/05/17.

CONSELHO DA EUROPA. *Diretiva nº 76/207/CEE*. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31976L0207>>. Acesso em 30/05/17.

Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_9/IIPAG3_9_13.htm>. Acesso em 20/05/17.

Convenção Europeia de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=536&IID=4>>. Acesso em 11/05/17.

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção De Belém Do Pará”. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em 06/05/17.

CVRIA. *O Tribunal de Justiça da União Europeia. Direitos Fundamentais*. Disponível em: < https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7024/pt/#avantpropos>. Acesso em 31/05/17.

Declaração de Viena de 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em 20/03/17.

Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791. Biblioteca virtual de Direitos Humanos. USP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>> , Acesso em 13 mar 2017.

Declaração Sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Art. 1. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm> . Acesso em 06/05/17.

DELIMBEUF, Katya. *A Proibição da Burqa*. In: Expresso, 14/01/17. Disponível em: < <http://expresso.sapo.pt/internacional/2017-01-14-A-proibicao-da-burqa>>. Acesso em 17/05/17.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/03/2017. *Punido eurodeputado que acha as mulheres “menos inteligentes”*. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/punido-eurodeputado-que-acha-as-mulheres-mais-fracas-e-menos-inteligentes-5723505.html>>. Acesso em 14/03/17.

Diretiva 76/207/CEE do Conselho, de 9 de Fevereiro de 1976. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31976L0207>>. Acesso em 05/04/17.

Diretiva n 29/2012 do Parlamento Europeu e Conselho. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/ALL/?uri=CELEX%3A32012L0029>>, Acesso em 08/04/17.

ECHR. *Factsheet: Sexual Orientation Issues*. 2017. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/FS_Sexual_orientation_ENG.pdf>. Acesso em 13/05/17.

FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. p. 17. Disponível em: < <http://fra.europa.eu/pt>>. Acesso em 20/05/17.

GOVERNO BRASILEIRO. *Lei Maria da Penha*. 2015. Disponível em: < <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em 07/05/17.

IPPF. *Direitos Sexuais: uma declaração da IPPF*. 2008. Disponível em: http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/direitos_sexuais_ippf.pdf. Acesso em 08/05/17.

JALES, Lylia Cybelle Porto. *A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia como ponto de referência nas políticas da União*. Disponível em: < http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15824>. Acesso em 22/05/17.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. Conclusões do Conselho, de 7 de Março de 2011, sobre Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011/2020). Disponível

em: <
http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Pacto_Europ_Iguald_H_M_2011_2020.pdf> Acesso em 05/04/17.

JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. 2000. Disponível em: <
http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf>. Acesso em 30/05/17.

LAGE, Fernanda de Carvalho; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. *O Feminismo pós-moderno, a equidade de gênero e a condição de agente da mulher*. p. 2. Disponível em: <
<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=dbe2ec22cee2bf46>>. Acesso em 23/05/17.

Lei nº 2010-1192 da França, sessões de 1 a 3. Disponível em: <
<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022911670&categorieLien=id>>. Acesso em 20/05/17.

MARTINS, Ana Maria Guerra. *Constitucionalismo europeu e Direitos Fundamentais após o Tratado de Lisboa*. p. 3. Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/822-1351.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

MESQUITA, Maria José Rangel de. O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa. p. 2. Disponível em: < <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/824-1353.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

MLAMBO-NGCUKA, Phumzile. ONU Mulheres. *Informe anual 2014-2015*. p.2. Disponível em: <
http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/annual_report_SP_2014_2015.pdf> , Acesso em 10/04/2017.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em: <
http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em 31/0/17.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres*. Art. 1. Disponível em: <
http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm> . Acesso em 06/05/17.

NAÇÕES UNIDAS. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. 1998. Art. 7º. Disponível em: <http://legal.un.org/icc/statute/romefra.htm>. Acesso em 13/05/17.

Nações Unidas. *Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos de 1966*. Disponível em: <
<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>>. Acesso em 10/03/2017.

NAÇÕES UNIDAS. *Plataforma de Cairo. Relatório da Conferência Internacional Sobre a População e Desenvolvimento*. Cairo: 1994. Disponível em: <
<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em 31/05/2017.

ONU. *Protocolo Facultativo CEDAW*, 1999, p. 28 a 32. Disponível em: <
http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em 30/05/17.

ONUBR. *Declaração Universal dos direitos do homem da ONU*, 1948. Disponível em <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 23 jul. 2015.

ONU Mulheres. *Sobre a ONU Mulheres: garantir os direitos das mulheres no mundo*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>, Acesso em 18/04/17.

ONU Mulheres. *Informe anual 2014-2015.p.2*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/annual_report_SP_2014_2015.pdf> , Acesso em 10/04/2017.

ONU Mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>>. Acesso em 10/05/17.

Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>>. Acesso em 10/03/2017.

PARLAMENTO EUROPEU. *Igualdade entre homens e mulheres. Diretivas do Conselho*. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.10.8.html>. Acesso em 20/05/17.

Proclamação de Teerã. Proclamada pela Conferência de Direitos Humanos em Teerã a 13 de Maio de 1968. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/teera.htm>>, Acesso em 13 mar 2017.

RAMALHO, Maria do Rosário Palma. *O Tratado de Lisboa e o modelo social da união Europeia. Algumas notas*. p. 7 Disponível em: <<https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/825-1354.pdf>>. Acesso em 30/05/17.

Recomendação CEDAW nº 24 de 1999. Disponível em: <<http://monitoramentocedaw.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Publi-Cedaw-3-Parte-2-OK.pdf>>. Acesso em 08/05/17.

Recomendações gerais do Comitê CEDAW n. 3, 4, 12, 13, 14, 19 e 24. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>>. Acesso em 20/05/17.

Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Março de 2011, sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia – 2010 (2010/2138(INI)). Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52011IP0085>>. Acesso em 31/05/17.

SANTOS, Márcio S. *A condição feminina na Grécia antiga*. 2009. Disponível em:<<https://cpantiguidade.wordpress.com/2009/10/19/a-condicao-feminina-na-grecia-antiga/>>. Acesso em 21/05/17.

SY, Sara. *A Carta dos Direitos Fundamentais*. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_1.1.6.html>. Acesso em 22/05/17.

UE. *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Nice, 2000. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf> Acesso em 05/04/17.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado de Funcionamento da União Europeia*. Versão Consolidada. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:12012E/TXT>>. Acesso em 31/05/17.

UNITED NATIONS. *General Recommendation CEDAW nº 24 de 1999*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT/CEDAW/GEC/4738&Lang=en>. Acesso em 31/05/17.

UN WOMEN. *Annual report UN Women*. 2012-2013. Disponível em <<http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2013/6/unwomen-annualreport2012-2013-en%20pdf.pdf>>. Acesso em 23/07/15.

UN WOMEN. *Declarations, Reservations and objections to CEDAW*. 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/reservations-country.htm>>. Acesso em 11 ago. 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication of the rights of women*. 1792. Disponível em: <<http://pinkmonkey.com/dl/library1/vindicat.pdf>>. Acesso em 25/04/17.

Jurisprudência consultada

TEDH:

A. c. *Croácia*, Caso n. 55164/08, decisão em 14/10/2010. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{"itemid":\["003-3303244-3689438"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{)>. Acesso em 10/05/17.

A.A. e Outros c. *Suécia*, Caso n. 14499/09, decisão em 28/09/2012. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-111553"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 05/05/17.

A.K. c. *Letônia*, Caso n. 33011/08, decisão em 24/09/2014. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-145005"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 13/05/17.

Afet Süreyya Eren c. Turquia, Caso nº 36614/07, decisão em 14/03/2016. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-158025"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 18/05/17.

B. c. *Moldávia*, Caso n. 61382/09, decisão em 16/10/2013. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-122372"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 18/05/17.

B. S. c. Espanha, Caso n. 47159/08, decisão em 24/10/2012. Disponível em: <https://lovdata.no/static/EMDN/emd-2008-047159.pdf>. Acesso em 10/05/17.

B.V. c. Bélgica, Caso nº 61030/08, decisão em 02/05/2017. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"001-173246\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 15/05/17.

Branko Tomrasic e outros c. Croácia, Caso n. 46598/06, decisão em 15/01/2009. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{\"itemid\":\[\"003-2602993-2833362\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{\). Acesso em 10/05/17.

Civek c. Turquia, Caso nº 55354/11, decisão em 04/07/2016. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"001-161058\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 18/05/17.

Csoma c. Romênia, Caso n. 8759/05, decisão em 2013. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/fre#{\"itemid\":\[\"001-115862\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/fre#{\). Acesso em 13/05/17.

Dilek Aslan c. Turquia, Caso nº 34364/08, decisão em 20/01/2016. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"001-158027\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 10/05/17.

Di Trizio c. Suíça, Caso nº 7186/09, decisão em 2016. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=001-160262#{\"itemid\":\[\"001-160262\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press?i=001-160262#{\). Acesso em 11/05/17.

D. J. c. Croácia, Caso nº 42418/10, decisão em 24/10/2012; Disponível em: <http://ww3.lawschool.cornell.edu/AvonResources/CASE%20OF%20D.%20J.%20v.%20CROATIA.pdf>>. Acesso em 10/05/17.

Dubská e Krejzová c. República Tcheca, Casos n. 28859/11 e 28473/12, decisão em 15/11/2016. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"001-168066\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 14/05/17.

Durmaz c. Turquia, Caso n. 3621/07, decisão em 13/02/2015. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"001-147871\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 18/05/17.

E. M. c. Romênia, Caso n. 43994/05, decisão em 30/10/2012. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"itemid\":\[\"002-7228\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 18/05/17.

E.S. e outros c. Eslováquia, Caso n. 8227/04, decisão em 15/09/2009. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{\"itemid\":\[\"003-2848516-3137536\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{\). Acesso em 17/05/17.

Ebcin c. Turquia, Caso n. 19506/05, decisão em 01/05/2011. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"dmdocnumber\":\[\"880749\"\],\"itemid\":\[\"001-103143\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 17/05/17.

Emel Boyraz c. Turquia, Caso nº 61960/08, decisão em 2015. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"ecli\":\[\"2014:1202JUD006196008\"\],\"itemid\":\[\"001-148271\"\]}>](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\). Acesso em 14/05/17.

Eremia c. Moldavia, Caso n. 3564/11, decisão em 28/08/2013. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{"itemid":\["003-4371757-5247345"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{). Acesso em 18/05/17.

G. B. e R. B. c. Moldávia, Caso n. 16761/09, decisão em 2013. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-115395"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 13/05/17.

Hajduova c. Eslováquia, Caso n. 2660/03, decisão em 28/02/2011. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"dmdocnumber":\["877609"\],"itemid":\["001-101945"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 11/05/17.

Halime Kiliç c. Turquia, Caso n. 63034/11, decisão em 28/09/2016. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-164689"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 18/05/17.

I.G. e Outros c. Eslováquia, Caso n. 15966/04, decisão em 13/11/2012. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-114514."\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 19/05/17.

Izci c. Turquia, Caso n. 42606/05, decisão em 23/10/2013. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{"itemid":\["003-4443118-5346250"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{)>. Acesso em 15/05/17.

J. e outros c. Áustria, caso nº58216/12, decisão em 17/04/2017. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-170388"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 16/05/17.

Kalucza c. Hungria, Caso n. 57693/10, decisão em 24/07/2012. Disponível em: <http://ww3.lawschool.cornell.edu/AvonResources/CASE%20OF%20KALUCZA%20v.%20HUNGARY.pdf>>. Acesso em 12/05/17.

K.H. e Outros c. Eslováquia, Caso n. 32881/04, decisão em 2009. Disponível em: https://www.escri-net.org/sites/default/files/ECHR_Decision_0.pdf. Acesso em 13/05/17.

L.E. c. Grécia, Caso nº 71545/12, decisão em 21/04/2016. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-160218"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 08/05/17.

M.A. c. Eslovênia, Caso nº 3400/07, decisão em 15/04/2015. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-150318"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 12/05/17.

M.C. c. Bulgária, Caso n. 39272/98, decisão em 04/03/2004. Disponível em: https://www.coe.int/t/dg2/equality/domesticviolencecampaign/resources/M.C.v.BULGARIA_en.asp>. Acesso em 20/05/17.

M.G. c. Turquia, Caso nº 646/10, decisão em 22/06/2016. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-161521"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 08/05/17.

Mudric c. Moldávia, Caso n. 74839/10, decisão em 16/10/2013. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-122375"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 08/05/17.

N. A. c. Moldávia, Caso n. 13424/06, decisão em 24/12/2013. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-126438"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 18/05/17.

Talpis c. Itália, Caso n. 41237/14, decisão em 02/03/2017. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"itemid":\["001-171508"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 18/05/17.

Tanbay Tuten c. Turquia, Caso n. 38249/09, decisão em 10/03/2014. Disponível em: <<http://swarb.co.uk/tanbay-tuten-v-turkey-echr-10-dec-2013/>>. Acesso em 11/05/17.

Ternovszky c. Hungria, Caso n. 67545/09, decisão em 14/03/2011. Disponível em: [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"dmdocnumber":\["878621"\],"itemid":\["001-102254"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{). Acesso em 14/05/17.

V.C. c. Eslováquia, Caso nº 18968/07, decisão em 08/2/2012. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng#{"dmdocnumber":\["894992"\],"itemid":\["001-107364"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{)>. Acesso em 13/05/17.

W. c. Eslovênia, Caso nº 24125/06, decisão em 23/04/2014. Disponível em: <<http://ww3.lawschool.cornell.edu/AvonResources/CASE%20OF%20W.%20v.%20SLOVENIA.pdf>>. Acesso em 12/05/17.

Y. c. Eslovênia, Caso nº 41107/10, decisão em 28/08/2015. Disponível em: <[http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{"itemid":\["003-5091847-6273156"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng-press#{)>. Acesso em 14/05/17.

Vrontou c. Chipre, Caso n. 33631/06, decisão em 13/10/2015. Disponível em: <<http://www.equalrightstrust.org/ertdocumentbank/Case%20Summary%20-%20Vrontou%20v%20Cyprus.pdf>>. Acesso em 11/05/17.

TJUE:

Brown c. Reino Unido, Caso n. C-394/96, decisão em 30/06/1998. Disponível em: <<http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?text=&docid=43972&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=140470>>. Acesso em 24/05/17.

Defrenne c. Bélgica, Caso n. 149/77, decisão em 15/06/1978. Disponível em: <<http://curia.europa.eu/juris/showPdf.jsf?jsessionid=9ea7d2dc30db22005d1dcb1b40e89234cab7337c326b.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxuLc390?text=&docid=89720&pageIndex=0&doclang=PT&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=275434>>. Acesso em 24/05/17.

Pensionsversicherungsanstalt c. Kleist, Caso n. C-356/09, decisão em 18/11/10. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?pro=&nat=or&oqp=&dates=&lg=&language=pt&jur=C%2CT%2CF&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&td=%3BALL&pcs=Oor&avg=&page=1&mat=or&parties=Kleist&jge=&for=&cid=193022>. Acesso em 31/05/17.